



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores Diário da Sessão

VII Legislatura
I Sessão Legislativa

Número: 3
Horta, Terça-feira, 5 de Dezembro de 2000

Presidente: Deputado Fernando Menezes

Secretários: Deputados António Loura e Raúl Rego

Sumário:

(Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 25 minutos).

Feita a chamada dos Srs. Deputados, passou-se ao Período da Ordem do Dia tendo-se iniciado os trabalhos com a apreciação do **Programa do VIII Governo Regional**.

Sendo assim, e de acordo com o artigo 185º do Regimento da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, a apresentação do respectivo Programa coube ao Presidente do Governo Regional (*Carlos César*).

Posteriormente, iniciou-se os pedidos de esclarecimento tendo usado a palavra os Srs. Deputados José Decq Mota (*PCP*), José Manuel Bolieiro (*PSD*), Luís Medeiros (*PSD*), Bento Barcelos (*PSD*) e Joaquim Machado (*PSD*).

Encerrado este ponto, deu-se início ao debate, onde intervieram os Deputados Cabral Vieira(*PS*), Paulo Gusmão (*PP*), Vasco Cordeiro (*PS*), Cláudia Cardoso (*PS*), Duarte Freitas (*PSD*), Berta Cabral (*PSD*), Clélio Meneses (*PSD*), Dionísio Sousa (*PS*), José Decq Mota (*PCP*), Paulo Valadão (*PCP*), Joaquim Machado (*PSD*), Costa Pereira (*PSD*), Humberto Melo (*PSD*), Ana Paula Marques (*PS*), Herberto Rosa (*PS*), Francisco Sousa (*PS*), José Rego (*PS*), José San-Bento (*PS*), Bento Barcelos (*PSD*), bem como os Secretários Regionais das Finanças e Planeamento (*Roberto Amaral*); Adjunto da Presidência (*Francisco Coelho*), da Economia (*Duarte Ponte*) e o Presidente do Governo Regional dos Açores (*Carlos César*).

Atingida a hora regimental deram-se por encerrados os trabalhos.

(Os trabalhos terminaram às 20 horas).

Presidente: Bom dia, Srs. Deputados.

Agradecia que ocupassem os vossos lugares para se proceder à chamada.

(Eram 10 horas e 25 minutos)

Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Deputados:

Partido Socialista (PS)

Ana Paula Pereira Marques

Andreia Martins Cardoso da Costa

António José Tavares de Loura

Augusto António Rua Elavai

Cláudia Alexandra Coelho Cardoso Meneses da Costa

Dionísio Mendes de Sousa

Fernando Manuel Machado **Menezes**
Fernando Rosa Rodrigues **Lopes**
Francisco Cardoso Pereira **Oliveira**
Francisco Couto de **Sousa**
Francisco Sérgio Frade Frota Tavares **Barros**
Gilberta Margarida de Medeiros Pavão Nunes **Rocha**
Hernâni Hélio **Jorge**
João António Ferreira **Ponte**
José António **Cabral Vieira**
José Carlos Gomes **San-Bento** de Sousa
José de Sousa **Rego**
José Humberto Medeiros **Chaves**
José do **Nascimento** de **Ávila**
Lizuarde Manuel **Machado**
Luís Paulo de Serpa **Alves**
Nélia Maria Pacheco **Amaral**
Nuno Alexandre da Costa Cabral **Amaral**
Óscar Manuel Valentim da **Rocha**
Renato Luís Pereira **Leal**
Vasco Ilídio Alves **Cordeiro**

Partido Social Democrata (PSD)

António **Bento** Fraga **Barcelos**
Berta Maria Correia de Almeida de Melo **Cabral**
Clélio Ribeiro Parreira Toste **Meneses**
Duarte Nuno D'Ávila Martins de **Freitas**
Humberto Trindade Borges de **Melo**
Jorge Alberto da **Costa Pereira**
José **Joaquim** Ferreira **Machado**
José Manuel Cabral **Bolieiro** Dias
Luís Henrique de Aguiar Sequeira de **Medeiros**
Manuel da Silva **Azevedo**
Raúl Aguiar **Rego**
Sérgio Manuel Bettencourt **Ferreira**
Victor do Couto **Cruz**

Partido Popular (PP)

Alvarino Manuel Meneses **Pinheiro**
Paulo Domingos Alves de **Gusmão**

Partido Comunista Português (PCP)

José Eduardo Bicudo **Decq Mota**

Presidente: Estão presentes 42 Srs. Deputados.

Declaro aberta a Sessão. Pode entrar o público.

Vamos iniciar o debate sobre o Programa do VIII Governo Regional que será feito nos termos do artigo 153º, ou seja, por tempos globais.

Assim, foram atribuídos os seguintes tempos:

Governo: 4 horas e 5 minutos;

Partido Socialista: 4 horas e 5 minutos;

Partido Social Democrata: 2 horas e 40 minutos;

Partido Popular: 30 minutos;

Partido Comunista Português: 30 minutos.

Para apresentação do Programa do Governo, tem a palavra o Sr. Presidente do Governo Regional.

Presidente do Governo Regional dos Açores (Carlos César): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados:

O Governo apresenta hoje no Parlamento, no início desta VII Legislatura, nos termos legais, o seu Programa. Trata-se do mesmo programa que o Partido Socialista submeteu aos açorianos nas eleições legislativas regionais, nas quais obteve uma vitória significativa e uma ampla maioria parlamentar de apoio.

Tal como o dissemos, a maioria que pedimos aos açorianos e que nos foi concedida, não pretende transformar a visão do Governo e do partido maioritário num posicionamento indiscutível ou inalterável na produção legislativa e na adopção de medidas sobre os problemas regionais.

A todo o momento, a contribuição das propostas e da opinião dos partidos da oposição, bem como dos deputados do partido que apoia o Governo, será bem recebida e constituirá um meio de valorização da actividade governativa. Ao Governo interessará sempre mais agir bem do que agir por conta própria.

No novo quadro parlamentar, está afastado o espectro da instabilidade governativa, mas continua em aberto a virtualidade da participação construtiva. No apuramento do desempenho deste mandato interessará, mais uma vez, saber, não só se o Governo governou bem, como também de que forma todos contribuíram para isso.

Reitero, assim, a consideração e a atenção que o Governo dedica à participação co-responsável das senhoras e dos senhores deputados, nesta tarefa comum de fazer desenvolver os Açores com benefícios para todos os açorianos, e saúdo, de forma muito especial, o Senhor Presidente da Assembleia Legislativa Regional, a quem, nesta minha primeira oportunidade de o fazer nesta tribuna, felicito pela sua eleição e desejo o maior sucesso nas suas altas funções.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Constituem dominantes actuais da consolidação e do reforço da Autonomia Política dos Açores, não o aumento geral das suas competências, mas sim prioritariamente, a sustentação financeira e sócio- económica do modelo autonómico. É essa a orientação do VIII Governo Regional, explicitada, aliás, com igual clareza, no discurso da última campanha eleitoral.

Importa, deste modo, nos próximos quatro anos, continuar a privilegiar, no âmbito das relações exteriores que concorrem para aquelas finalidades, todos os meios e oportunidades para as alcançar.

No plano nacional, a eventual revisão da Lei de Finanças das Regiões Autónomas, num sentido favorável aos Açores, e a imobilização da atenção e de recursos do Governo da República para medidas e investimentos de impacto estruturante na economia e na sociedade açorianas, a par da solidariedade institucional, que nos é necessária, nos actos de representação diplomática a cargo do Governo da República, constituirão as principais frentes de intervenção.

Competirá à Região, no entanto, prosseguir uma política rigorosa na condução orçamental e selectiva na definição do planeamento, sem prejuízo do recurso a fontes extraordinárias de financiamento quando está em causa a impreterabilidade temporal do investimento, como são os casos da reposição da normalidade na sequência de calamidades naturais e do aproveitamento, no tempo oportuno, dos co-financiamentos com origem na União Europeia.

No plano europeu, depois da negociação bem sucedida do III Quadro Comunitário de Apoio, está reservado à Região o desafio da sua boa execução, acompanhado da necessidade de reforçar a sua capacidade política na percepção e monitorização dos assuntos europeus. A nossa presença influente nos organismos de cooperação inter-regional, a melhoria da nossa proximidade face aos centros de formação das decisões, bem como a eficácia da nossa acção na sequência, por exemplo, das importantes decisões que poderão ser tomadas esta semana sobre o POSEIMA e as Regiões Ultraperiféricas, afiguram-se fundamentais para o pleno aproveitamento das manifestações de solidariedade europeia.

Menos importante do ponto de vista da sustentação económica ou financeira da autonomia, mas ainda mais relevante na nossa projecção política exterior e no desenvolvimento das nossas relações afectivas, continuará a ser o apoio às comunidades açorianas nos seus países de acolhimento, onde o estabelecimento de relações bilaterais entre os Açores e as diversas instâncias políticas dessas áreas, serão privilegiadas.

Para além desse contexto e no que se refere ao Acordo de Cooperação e Defesa entre Portugal e os Estados Unidos, o Governo, em colaboração com uma comissão recentemente nomeada para o

efeito, está a preparar a reapresentação de uma lista de áreas de colaboração que colocará especial ênfase na cooperação científica, tecnológica e educacional.

A acção do VIII Governo Regional, também no que concerne à sua repercussão noutros espaços, visará desenvolver relações especiais e de cooperação com outras regiões e países, dentro e fora da União Europeia, conferindo natural destaque às Regiões Ultraperiféricas, aos parceiros comerciais e às relações com Cabo Verde e S. Tomé e Príncipe.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

A consolidação da Autonomia Regional, ainda que fortemente condicionada pelos factores externos de apoio dos quais temos vindo a falar, depende muito da nossa vontade e do nosso discernimento. A adesão dos açorianos ao modelo autonómico é, também, significativamente estimulada, pela percepção do progresso e do bem-estar que do seu bom uso resultaram.

Impõe-se — não só por isso! — prosseguir na perspectiva de desenvolvimento que nos últimos quatro anos mereceu uma clarificação, congregou a iniciativa empresarial e nos permitiu um conjunto de avanços nas políticas sociais reparadoras de injustiças e de desigualdades de oportunidades.

Ao Governo, irá continuar a competir uma política económica referenciada na facilitação das acessibilidades e diminuição dos custos para as empresas. Essa política — que não impedirá, por exemplo, inevitáveis actualizações tarifárias em áreas como os combustíveis, os transportes ou outros — deverá, todavia, assegurar uma constante preocupação de eliminação das desvantagens comparativas da nossa economia insular e uma correspondente capacidade de atracção do investimento interno e externo.

Essa aposta geral nas acessibilidades deve incluir, com renovado vigor, o esforço iniciado pelo VII Governo, orientado para a inclusão tecnológica e a sociedade da informação. A criação de uma Direcção Regional e de um Fundo Regional para a Ciência e Tecnologia, especialmente concentrados nestas problemáticas, permitirá outro impulso para melhorar a capacidade de investigação e aplicação das novas tecnologias, o recurso a parcerias e organizações de elevado potencial nestes domínios, a captação de práticas e de saberes, uma infraestruturização necessária ao desenvolvimento da nossa economia, o apoio à progressão e instalação de empresas de serviços tecnologicamente avançados e a generalização entre a população do uso das tecnologias de informação.

Em todas as áreas não há dúvidas que o factor de qualificação e especialização dos recursos humanos é que trará maiores vantagens e capacidades para um crescimento durável e sustentável da economia dos Açores.

Mas, no imediato, impõem-se orientações precisas nos múltiplos domínios das nossas actividades económicas.

A instabilidade gerada em torno da actividade do sector primário, especialmente nas fileiras do leite e da carne, terá de ser combatida com urgência, delimitando com clareza as potencialidades desses sectores na nossa economia, com salvaguarda dos rendimentos dos agricultores, da diversificação produtiva, das capacidades de transformação, de comercialização e de mercado, e das políticas de desenvolvimento e ocupação do mundo rural.

Desempenharão papel importante para isso, as garantias de controlo da origem e qualidade da carne açoriana, para as quais estão a ser tomadas medidas firmes com a participação dos agricultores, e a quantificação adequada da nossa quota de produção de leite, para cujo desfecho positivo temos trabalhado arduamente.

Em qualquer caso, a modernização e adaptação da estrutura industrial associada ao leite e à carne, continuarão na ordem do dia.

Entre as ocupações produtivas tradicionais, a pesca continua a desempenhar um papel económico e social importante, pelo que, na procura de uma exploração sustentada dos recursos, o Programa do VIII Governo prevê medidas para o aumento das eficiências da nossa frota pesqueira, para a valorização das capturas e a diferenciação e a qualidade dos produtos processados pela indústria transformadora já instalada. A formação profissional, o apoio científico e a melhoria das estruturas em terra e no mar, serão aspectos a evidenciar na acção governativa.

No entanto, a emergência de outros sectores dinamizadores da economia, como o turismo, exige um ritmo crescente na disponibilização de apoios e na regulamentação dos incentivos à iniciativa privada. A actividade turística, porém, não depende exclusivamente da ampliação em curso da

nossa capacidade hoteleira, requerendo, em simultâneo, um forte e urgente esforço no sentido da nossa aposta nos recursos humanos, numa orientação estratégica dos serviços públicos directos ou contratualizados de transportes, nas actividades complementares ocupacionais e de suporte, nas respectivas infraestruturas, no desenvolvimento das comunicações e na preservação minuciosa da oferta ambiental a que os açorianos também devem continuar a desfrutar, mercê de uma outra atitude promocional e de controlo dos nossos recursos naturais que o VII Governo assumiu a responsabilidade de iniciar e que agora devemos continuar.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Não obstante os progressos que de forma mais intensa ocorreram nos últimos quatro anos, e da situação de quase pleno emprego que atravessamos, são muitas as famílias açorianas que ainda vivem em dificuldades, ou que não têm acesso a bens de consumo, a níveis de escolaridade, a cuidados de saúde ou à habitação condigna a que queremos que tenham direito.

Assim, o VIII Governo acentuará a sua intervenção no combate às situações de marginalidade e pobreza, continuando a privilegiar os contratos de inserção social em detrimento das acções pontuais de assistencialismo e a estender as redes sociais de apoio através das instituições particulares de solidariedade social e da valorização do voluntariado.

A aplicação de medidas, como a do Rendimento Mínimo Garantido, obedecerá a critérios muito rigorosos quanto ao cumprimento pelos seus beneficiários das obrigações que lhe estão associadas, e o mesmo se passará na indagação real da situação daqueles que se declaram desempregados e auferem os respectivos subsídios. O esforço que neste domínio fizemos, ao longo deste último ano, permitiu já detectar largas centenas de casos que têm sido corrigidos.

As políticas de solidariedade impulsionadas pelo Governo centrar-se-ão, necessariamente, na melhoria dos rendimentos das famílias de idosos e junto de outros grupos considerados mais vulneráveis, em particular as crianças, os ex-reclusos e repatriados, os desempregados de longa duração, as pessoas portadoras de deficiência e as pessoas ou famílias vítimas de catástrofes.

Neste seu segundo mandato, o Governo da "Nova Autonomia" não poderá deixar de dirigir um esforço maior, quer no âmbito puramente social, quer através do Serviço Regional de Saúde, no tratamento de realidades preocupantes nos Açores que têm a ver, designadamente, com o alcoolismo, a toxicodependência e as doenças sexualmente transmissíveis.

Para além das vertentes informativas e pedagógicas que envolvem essas problemáticas, que afectam no seu conjunto milhares de pessoas e famílias, impõe-se alargar as respostas do Serviço Regional de Saúde nos domínios do acompanhamento e das infraestruturas. Aliás, é nessa mesma linha que todos os esforços devem ser feitos para que o acesso aos cuidados de saúde na nossa Região sejam mais facilitados, assumindo prioridade a estabilização da assistência médica familiar, o reequipamento tecnológico das unidades de saúde e a quantidade e qualidade dos recursos humanos que lhes estão afectos.

Invariavelmente, a insuficiência e a degradação das economias e das vivências familiares estão associadas às carências habitacionais. Eis outra área em que o VIII Governo não pode descansar, até porque os estudos disponíveis revelam, num horizonte de duas décadas, um incremento da procura de habitação por um maior número de famílias — ainda que com menos pessoas por agregado — e a existência de um parque habitacional muito antigo, desajustado em termos espaciais, de segurança e de conforto.

Os aspectos de segurança das habitações estiveram, como infelizmente vimos aquando da crise sísmica de 1998, bem evidenciados. Na verdade, em 1997, três quartos dos edifícios existente no arquipélago não possuíam elementos resistentes de botão armado. O investimento público habitacional só tem, por isso, razões de crescimento, sendo a reconstrução das casas afectadas pelo sismo no Faial e no Pico a tarefa mais volumosa, que gostaríamos de ver genericamente concluída no final desta Legislatura.

As obras públicas continuarão a ter um peso orçamental muito visível, não apenas nos casos da manutenção e construção de infraestruturas económicas e rodoviárias, mas também na renovação e ampliação do parque escolar dos 2º e 3º ciclos do ensino básico e do ensino secundário, nos parques desportivos e em infraestruturas que sirvam, com outra dimensão, com carácter transitório ou de permanência, a criação e a fruição culturais, ou a realização de uma diversidade de eventos.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados:

O Parlamento tem agora o dever de se pronunciar sobre o Programa de Governo que lhe é submetido.

Tal como há quatro anos atrás o dissemos — e, agora, por maioria de razão — outra coisa não faria sentido, nestas circunstâncias, do que deixar à vossa consideração o mesmo Programa que incorporou o projecto eleitoral sufragado pelos Açorianos.

Pedimos, por isso, aos partidos da oposição, que o julguem em conformidade com a vontade popular.

Dentro de pouco tempo, o Governo voltará a esta Assembleia através da apresentação das suas propostas de Plano Anual e a Médio Prazo e do Orçamento. Nessa altura, todos ganharemos, se todos nos empenharmos nas melhores escolhas possíveis.

Desejo muito que a grande vitória que o Partido Socialista teve nestas eleições, seja sinónimo do triunfo da democracia, da participação, da responsabilidade, do bom Governo, do bem-estar dos açorianos e da consolidação da Autonomia Política dos Açores, pela qual, sucessivas gerações em diferentes formações históricas, demonstraram o seu empenho e a sua coragem. Cuidar, hoje, dessa herança, é cuidar dos Açorianos.

Muito obrigado.

(Aplausos dos deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Srs. Deputados, antes de passarmos aos pedidos de esclarecimento, eu queria assinalar, entre nós, a presença do Sr. Deputado à Assembleia da República Prof. Dr. Medeiros Ferreira, a quem saúdo com muito apreço.

(Aplausos da Câmara)

Também queria assinalar a presença do Sr. Prof. Luís Fagundes Duarte, Deputado da Assembleia da República a quem também saúdo e, finalmente, uma palavra também de apreço para uma pessoa que esteve aqui connosco durante muito tempo, ex-Deputado, Manuel Serpa.

(Aplausos da Câmara)

Tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.

Deputado José Decq Mota (PCP): Sr. Presidente, nos termos regimentais solicito um intervalo de 30 minutos.

Presidente: Nos termos regimentais, e como é direito de qualquer grupo parlamentar, estão suspensos os nossos trabalhos por 30 minutos a pedido do PCP.

(Eram 10 horas e 55 minutos)

Presidente: Srs. Deputados, agradeça que ocupem os vossos lugares para retomarmos os nossos trabalhos.

(Eram 11 horas e 30 minutos)

Vamos entrar no período de pedidos de esclarecimento, após a intervenção do Sr. Presidente do Governo Regional.

Estão abertas as inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.

Deputado José Decq Mota (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Eu queria limitar-me, dentro da gestão do tempo que me é possível utilizar, a fazer algumas breves perguntas na sequência do estudo do Programa do Governo, mas também da intervenção do Sr. Presidente.

Em relação a questões referentes à agricultura, reparei que o Sr. Presidente, na sua intervenção, referiu que possivelmente na próxima semana, no que respeita ao POSEIMA e às Regiões Ultraperiféricas, poderá haver novidades.

Seria interessante saber se na discussão em curso para reavaliação do POSEIMA, haverá alguma associação clara da questão da ultraperiferia e se essa reavaliação inclui medidas relativamente à questão da quota do leite.

Portanto, uma vez que o Sr. Presidente também referiu — e cito — "a quantificação adequada da quota do leite, interessava conhecer qual o ponto de vista do Governo sobre essa quantificação a adequar, como interessava também conhecer as questões referentes, tendo presente os compromissos assumidos e as declarações feitas relativamente às multas da campanha 99/2000.

Ainda dentro deste capítulo da agricultura, registo naturalmente com agrado, que no Programa do Governo, mais precisamente na página 50, é referido que o projecto da construção da fábrica da Cooperativa Agrícola da Ilha do Faial, é um projecto prioritário. Seria importante que houvesse alguma elucidação relativamente a prazos e tempos.

Em relação à reconstrução, o Sr. Presidente manifestou vontade em que este projecto fique genericamente construído nesta Legislatura. Apraz-me registar esta afirmação, mas não queria deixar de colocar um problema que vai para além desta vontade de lançar o processo, de forma a ser concluído em 4 anos, ou seja, o facto de haver — eu posso e quero testemunhar — situações de famílias e de pessoas cujos casos não foram analisados profundamente e essas famílias vivem em situações de salubridade e de perigo.

Gostaria de saber, concretamente, qual a disponibilidade imediata dos serviços do Governo vocacionados para isto, para atacar e resolver esses casos?

No que respeita às acessibilidades — uma referência importante na intervenção do Sr. Presidente — eu gostava de colocar uma questão já referida na anterior Legislatura pelo meu partido, que consideramos importante e tem a ver com a extensão, no futuro, do cabo de fibra óptica ao Grupo Ocidental, ou seja, às Ilhas das Flores e do Corvo.

Isto tem a ver com o conceito de desenvolvimento em pé de igualdade para todas as parcelas da Região, por isso, gostaria de saber a posição actual do Governo Regional em relação a esta matéria. Naturalmente, o Programa do Governo é um documento genérico que refere e define linhas de actuação, mas é evidente que essas linhas existem para que sejam resolvidos os problemas, uns maiores, outros menores, mas todos eles são importantes na escala em que eles existem.

Outra questão importante que gostaria de ver esclarecida — recente e também tem a ver com as acessibilidades — prende-se com as dificuldades de operação que, neste momento, tem havido com os navios de mercadorias no porto da Praia da Graciosa, por carência do serviço de pilotagem.

Penso que esta situação acentua no isolamento de uma ilha, devendo por isso merecer resolução urgente.

Neste contexto, gostava de saber o que é que o Governo pensa disto.

No Programa do Governo vem referido o parque de combustíveis da Praia da Vitória. No entanto, não vêm referidos os prazos.

Evidentemente, associo a minha preocupação, nesta questão, à situação que é divulgada de que o parque de combustíveis de Angra do Heroísmo deixou de oferecer condições, nomeadamente de segurança, para a sua utilização. Gostaria, se fosse possível, que houvesse algum esclarecimento em relação a esta matéria.

Também me chamou a atenção, nesse mesmo Programa, a referência precisa à criação de um centro/escola hoteleira, nos Açores, uma escola extensível a uma instituição de qualidade. Isto é referido com precisão. É um centro, é uma escola, é uma instituição com qualidade! Mas onde fica?

De quem é?

É nos Açores! Mas em que ilha?

Quem é essa instituição?

Em relação à saúde, uma referência muito breve que me chamou a atenção e que penso que é uma questão nuclear e central, ou seja, o problema das listas de espera pode pôr em causa o próprio Serviço Regional de Saúde.

A seguir, fala-se em dar continuidade aos problemas de combate de diminuição às listas de espera.

Eu gostava de saber como é que é dada esta continuidade. Sendo um problema tão fulcral, tão central, qual a estratégia a seguir? É uma mera continuidade em relação a medidas que vieram de

trás e que não resolveram? Há a introdução de novas metodologias, novos objectivos? Eu julgo que esta é uma questão fundamental.

Eu tinha mais questões para colocar, mas o meu tempo vai-se esgotando e não posso gastá-lo todo agora.

Muito obrigado.

Presidente: Para prestar esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Presidente de Governo Regional dos Açores.

Presidente de Governo Regional dos Açores (Carlos César): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Deputado José Decq Mota:

Começando pelo fim, as questões que se prendem com as listas de espera têm já um precedente no sentido da sua resolução.

Foi um projecto adoptado no âmbito do Hospital de Ponta Delgada de reaproveitamento dos recursos humanos, ali existentes, fora das horas normais de serviço e que já permitiu, no conjunto de especialidades, significativos progressos.

Essa experiência revelou-se útil, do ponto de vista do seu alargamento, a todas as unidades que representam o mesmo potencial de recursos humanos espalhados pela Região. Portanto, será extensivo aos hospitais de Angra e da Horta.

Para além disso, e em termos de recursos, nós sabemos que há um problema nos Açores que tem a ver com a falta de recursos humanos na área da medicina, especialmente no número de médicos, e que tem tido uma reprodução, sobretudo negativa, na assistência médico-familiar, ou seja, nos médicos de família.

Todavia, a política do VIII Governo, vai no sentido de concentrar nos meios disponíveis do serviço público de saúde, a melhoria da resposta a essas situações, diminuindo os tempos de espera, fazendo de forma selectiva em relação a um conjunto de especialidades e, em último recurso, recorrendo também a convenções com o sector privado que se verifique ser a resolução que não se encontre no sector público.

No que diz respeito à questão da escola hoteleira, de facto, ela consta no Programa do Governo que aqui é apresentado. A sua solução, do ponto de vista de localização, ainda não está inteiramente definida, até porque pode ser um projecto associado a interesses e à participação de privados.

Nessas circunstâncias, do ponto de vista da sua localização, o Governo Regional não pode, perante essa possibilidade, estar a anunciar onde e em que ilha.

Se esse for um projecto totalmente público, é possível que no âmbito de rearranjo de alguns espaços que vão merecer uma intervenção específica do Governo Regional, em Ponta Delgada, essa escola possa ser localizada aí.

Em todo o caso e como disse, a nossa preferência é a de uma solução que envolva e mobilize o sector privado e nessas circunstâncias, não há nenhum lugar a indicar, em sector privado, dentro dos limites razoáveis em que estas coisas funcionam em relação ao mercado, para localização desse hotel/escola, se for por exemplo numa versão hotel/escola.

Em relação ao parque de combustíveis, ele vai para a Praia da Vitória e contamos que fique concluído no ano 2003.

No que se refere às questões do serviço de pilotagem, nós contamos que ainda este mês esse problema fique integralmente resolvido, com a passagem da tutela desses serviços para a Administração Regional, a sua consequente operacionalização e com o aumento do quadro desses serviços na Região Autónoma, de forma a responder a todas as situações de dificuldade que mencionou e que tem tido particular ênfase, por exemplo, nas ligações à Ilha Graciosa.

Em relação à extensão do cabo de fibra óptica às Flores e ao Corvo, o Governo Regional não tem previsto a realização destes investimento nos próximos 4 anos.

Aliás, tem o entendimento que os meios tecnológicos convencionais que hoje servem as Ilhas das Flores e do Corvo e que estão disponíveis, asseguram nível de qualidade que são compatíveis com as necessidades actuais.

Portanto, esse problema terá apenas esse tipo de resolução, se exceptuarmos a previsão que nós temos do preço e das tarifas de comunicações, nos Açores, virem nos próximos anos, e designadamente a partir de Janeiro, a sofrer uma diminuição, com benefícios óbvios para operadores e para os cidadãos que os utilizem, designadamente a partir da Ilha das Flores.

No que se refere à reconstrução, existem essas situações como existem outras, ou seja, situações de insalubridade e de perigo, como existem situações de sobrecupação habitacional, que ainda são na ordem das centenas.

Portanto, as prioridades continuarão a ser as mesmas, tendo em conta agregados familiares com idosos, agregados familiares com pessoas portadoras de deficiências, situações de subalojamento, quer em pré-fabricados, quer em construções precárias ou anexos.

Portanto, sendo certo que essas matérias envolvem um certo casuísmo que faz parte da humanidade com que estes assuntos tendem a ser tratados, isto significa que a reconstrução não pode deixar de ser conduzida numa perspectiva de autorização de excepções.

Face aos critérios gerais de prioridade, a nossa intenção é fazer com que o ritmo da reconstrução possa ter agora outra dinâmica, na medida em que muitos dos trabalhos preparatórios que envolviam o processo da reconstrução, estão perto do seu fim ou já conheceram o seu fim.

Portanto, podemos avançar para uma fase em que a reconstrução, em sentido restrito, tem outra expressão e por isso mesmo merecerá, no Plano a Médio Prazo e no Orçamento, uma expressão orçamental substancialmente diferente daquela que tem ocorrido até agora.

Nos próximos 4 anos, contamos poder investir num montante que se situa entre 24 a 30 milhões de contos no processo da reconstrução no Faial e no Pico.

Se a resposta, em termos da capacidade empresarial instalada e a instalar, for compatível com este volume de recursos financeiros que estamos a disponibilizar, teoricamente o número de casos que temos em presença é resolvido, com as excepções que são naturais daqueles que não desejam ver o seu problema resolvido ou das situações em que se falharam a detecção de terrenos ou outros procedimento, mas que serão uma excepção no conjunto dos casos que envolverão o processo de reconstrução.

O Programa do Governo reafirma, ainda no que respeita ao Faial, o compromisso do Governo em vir a proceder à construção de Fábrica de Lacticínios do Faial, uma fábrica cuja capacidade de transformação deve estar adaptada aos níveis de produção de leite, que julgamos também compatíveis com o Faial e com a posição desta ilha em termos produtivos, na produção regional.

No que se refere às questões agrícolas, o que neste momento se discute e se está a discutir, é uma solução para os Açores que tenha a ver com a superação da situação difícil em que se encontra os nossos agricultores, em virtude do excesso de produção de leite.

O compromisso que temos repetidamente transmitido aos agricultores, é o do Governo tudo fazer e procurar garantir que o excesso de produção, na Região, não tenha repercussões directas sobre os agricultores, na perspectiva da penalização.

Esse compromisso é assegurado, quer a Comissão Europeia e a União Europeia decidam pela aplicação de multas, quer não decidam, porque em boa verdade ainda não decidiram.

Como é que isso acontece?

Acontece em virtude do relacionamento que existe entre o Governo Regional e o Governo da República, que permitiu fazer o Orçamento de Estado, assumir directamente o pagamento dessas penalizações, ainda que o país esteja, ou venha a estar, numa posição de infractor em relação à União Europeia.

Portanto, o primeiro objecto é salvaguardar os agricultores para não pagarem as multas.

Para já, esse objectivo parece o mais próximo, senão o mais consolidado de alcançar, na perspectiva da produção atingida na campanha 99/2000, mas continuamos a trabalhar no plano diplomático e com a ajuda preciosa do Primeiro-Ministro dos Negócios Estrangeiros, e nestes últimos dias com particular ênfase pelo Ministro da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas, em frentes que têm a ver com a Comissão Europeia, desde o Presidente da Comissão Europeia ao Comissário da Agricultura e ao Presidente, agora Francês, da União Europeia, numa solução que se coadune com o nosso propósito inicial em relação a toda esta problemática.

O nosso propósito inicial foi o de aumentar a quota dos Açores ou estabelecer uma franquia em relação ao montante de quota que nos estava atribuído, no montante que seja equiparado ou argumentativamente sustentável nos níveis de autoconsumo da Região.

Se conseguirmos essa solução, que é a melhor solução como é evidente, conjugando isso com pequenas operações de resgate que não atingiram, nem de perto, nem de longe, a dimensão da proposta do Comissário Fishler no âmbito do POSEIMA, e com alguma redução de efectivos que

por razões sanitárias extraordinariamente terá de ocorrer, nós temos o problema resolvido em relação à produção no final da campanha 99/2000.

O compromisso que temos com as organizações associativas da lavoura é o de defender, não só os interesses dos agricultores do ponto de vista da sua não penalização, como os interesses da agricultura do ponto de vista dos níveis de produção de 1999/2000, como ano de referência.

São estes dois ângulos de intervenção que permanecem actuais, do ponto de vista do combate diplomático, que o Governo Regional participa com o Governo da República junto da União Europeia, e é sobre esses objectivos que continuamos a depositar, não só o nosso trabalho, como a esperança de uma boa resolução.

Digo-vos com absoluta sinceridade que essa, para nós, era a situação razoavelmente ideal. Não sei se a vamos conseguir, mas continuamos a trabalhar intensamente.

Há alguma instabilidade em torno do processo de decisão da União Europeia sobre esse caso. Há dias em que tudo parece estar bem, há dias em que já não parece assim. Hoje, por exemplo, é um dia em que não está nem bem, nem mal. Oxalá que amanhã esteja bom e que fique assim até que se tome uma decisão definitiva.

O que importa agora é saber: o Governo Regional considera essa batalha perdida ou não? O Governo Regional descansa um minuto ou um dia sem cuidar deste problema da forma que entende mais adequada? Não, não descansamos um único dia!

Portanto, continuamos na esperança correspondente à intensidade do nosso trabalho, sabendo que somos uma pequena Região na Europa com pequenos poderes e possibilidades de influência nos centros de decisão, mas que mobilizamos muitos sectores, muitos países, muitas organizações, muitos políticos, muitas personalidades para fazer valer os nossos argumentos e os nossos pontos de vista, não só sustentando-os do ponto de vista da nossa condição de Região Ultraperiférica, mas salientando, sobretudo, o facto daquilo que pedimos não afectar, pela sua dimensão, aquilo que poderão ser outras preocupações no plano da produção do mercado da concorrência na União Europeia.

Parece-me que essa última vertente tem sido politicamente mais absorvida pelos decisores, do que propriamente a nossa condição ultraperiférica.

De uma forma ou de outra não é o conceito que nos salvará, será a solução e sobre a solução mantemos a já expressa.

Muito obrigado.

Presidente: Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Antes de mais, uma primeira saudação ao Sr. Presidente da Assembleia.

Pela primeira vez que tenho oportunidade de intervir no início desta VII Legislatura, gostaria de cumprimentá-lo e saudá-lo.

Esta saudação é também extensível a todos os Srs. Deputados e em especial aos novos que, pela primeira vez, tomam assento no Parlamento e também ao VIII Governo Regional.

Tendo em conta que segui com atenção a intervenção do Sr. Presidente do Governo na apresentação do seu Programa, vou ter em conta três ou quatro ideias de força que contradizem e revogam, designadamente, aquilo que foi dito pelo Sr. Secretário Regional Adjunto, aquando da apresentação do Programa do Governo.

Afinal, é possível — parece-me que essa postura foi revogada e por isso foi seguido o bom caminho — esperar alguma coisa da oposição, ao contrário do que dizia o Sr. Secretário Regional Adjunto.

Por outro lado também, gostaria de ter em conta que a votação ou a pré-disposição dos partidos da oposição, perante o Programa do Governo, não pode ser, tendo em conta o resultado eleitoral, de uma aproximação às teses defendidas pelo Partido Socialista no seu programa eleitoral.

O próprio PSD e todos os restantes partidos da oposição, apresentaram-se ao eleitorado com o seu próprio projecto, com o seu próprio programa eleitoral, também ele sufragado, embora em minoria, por parte significativa do eleitorado e dos açorianos, no caso do PSD.

Por isso, embora não esteja em causa a expressiva votação que o Partido Socialista teve nestas eleições e a garantia de passagem do Programa do Governo neste Parlamento, por uma absoluta maioria de apoio parlamentar, a verdade é que não se pode pedir aos partidos da oposição que se aproximem só porque o PS e o programa eleitoral do Partido Socialista teve a votação que teve.

O que é fundamental é que o Governo tenha a disposição afirmada pelo Sr. Presidente do Governo de não assumir uma posição única e atender aos contributos da oposição.

O PSD, como partido de projecto que é, como partido de afirmação de um exercício de alternância para a governação na Região Autónoma dos Açores, tem alguns projectos que pode afirmar mesmo na oposição.

Por isso, gostava de saber da parte do Sr. Presidente do Governo, qual a disponibilidade que o executivo tem para uma proposta que o PSD mantém de redução dos impostos, designadamente da taxa do IRS, numa linha de aproveitamento do limite legal que a Lei de Finanças das Regiões Autónomas permite, mais precisamente, na taxa do IRS que ainda está por esgotar até aos 30%?

Também queria saber da parte do Governo — já decorreu algum tempo e a verdade é que não vimos no debate público qualquer posição do Governo Regional — que projectos de interesse comum podem estar em cima da mesa, em negociação com o Governo da República, para uma comparticipação do Estado em investimentos na Região Autónoma dos Açores e desonerando assim o Orçamento Regional.

Outra questão que pretendia colocar vai no sentido de saber se o Governo, no seu projecto de melhoria de rendimento dos açorianos, tenciona ou não, por um lado, o desagravamento fiscal, e por outro melhorar e aumentar as pensões. Que projecto tem o Governo para uma continuidade ou não do aumento das pensões, que os nossos pensionistas e reformados têm neste momento, nos Açores, e que não são dignificantes para uma vida de trabalho?

Finalmente, também gostaria de saber que medidas tem o Governo, ainda no Plano da Lei de Finanças das Regiões Autónomas, para um melhor aproveitamento do fundo de coesão?

Esse debate tem sido feito várias vezes e publicamente, mas a verdade é que o Governo nunca colocou em cima da Mesa (o anterior Governo e este agora terá a oportunidade de o fazer) que projectos tem para aproveitamento do fundo de coesão, antes da revisão da Lei de Finanças das Regiões Autónomas, e qual a possibilidade máxima de explorar já todos esses mecanismos que a lei nos permite para reforço do investimento na Região Autónoma dos Açores?

Para já fico por aqui.

Muito obrigado.

Presidente: Para prestar esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Presidente de Governo Regional dos Açores.

Presidente de Governo Regional dos Açores (Carlos César): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Deputado José Manuel Bolieiro:

Em relação à redução do IRS, volto a dizer nesta Assembleia aquilo que disse aos açorianos, em sucessivas ocasiões, no decurso da campanha eleitoral: O Governo do PS, o Governo da Nova Autonomia, não pretende introduzir qualquer despenalização fiscal antes de verificar o impacto da reforma fiscal nacional que foi anunciada no mês de Setembro.

Da aplicação dessa reforma decorrerá, necessariamente, uma despenalização em sede de IRS, para alguns escalões, e decorrerão também benefícios em sede de IRC, designadamente para as pequenas e médias empresas, ou seja, no ano 2001, prevê-se uma diminuição da carga fiscal sobre os açorianos, desta vez por via de legislação nacional já anunciada.

Por outro lado, pode dizer-se o mesmo em relação às pensões. A atribuição de um subsídio especial, anunciado pelo Sr. Ministro da Solidariedade, e a actualização das pensões acima da inflação, garantirão também, no ano 2001, que haja uma evolução no rendimento dos idosos que recuperará algumas das situações e será largamente acima da inflação para o próximo ano.

Portanto, no próximo ano, continuará a existir uma diminuição da carga fiscal dos açorianos e o aumento das pensões, desta vez induzidos por reformas que têm sede em âmbito nacional.

Verificaremos qual o impacto de uma e de outra medida, sendo certo que a orientação geral do Governo é a da despenalização progressiva e até aos limites possíveis, quer dos cidadãos, quer das famílias com maiores dificuldades, quer sobretudo ao nível da economia empresarial, mas existe, sobretudo, áreas que não confinam especificamente com a fiscalidade, em que nós podemos ser úteis e às vezes mais úteis, às empresas.

A facilitação de circuitos, a diminuição de um conjunto de custos empresariais, a preocupação de que os transportes, as comunicações e os sistemas de incentivos tenham — comparativamente a outras realidades — vantagens que procurem anular as insuficiências da nossa economia insular,

face às economias continentais, são naturalmente ângulos de muito maior eficiência para a recuperação de muitas empresas e para a atracção do investimento da nossa Região.

Finalmente e no que se refere à Lei de Finanças das Regiões Autónomas, há, desde logo, a seguinte questão:

A Lei de Finanças das Regiões Autónomas tem, no seu próprio texto, a previsão da sua revisão para o ano 2001. Essa revisão poderá fazer-se ou poderá não se fazer, poderá haver iniciativas para isso, ou poderão não existir, mas havendo iniciativas ou vontade de algumas das partes envolvidas, essas alterações poderão não ter a maioria qualificada que exige a sua aprovação. Daí eu ter usado a expressão, no discurso de apresentação do Programa do Governo, da eventual Revisão da Lei de Finanças das Regiões Autónomas.

Em qualquer caso, o Programa do Governo explicita com total clareza os nossos pontos de vista, sobre as matérias que devem merecer, prioritariamente, uma revisão no âmbito da Lei de Finanças.

Por outro lado, o Programa do Governo da República, que tive o gosto, aliás, de escrever, assegura que, no que se refere à Lei de Finanças das Regiões Autónomas, essa revisão deverá operar-se e passe a assentar num sentido obrigatoriamente favorável às regiões autónomas.

Portanto, mais não temos que esperar, se essa revisão se operar, do que uma revisão que beneficie efectivamente os Açores.

Evidentemente que as propostas que o PS apresenta hoje, são as propostas que considera mais importantes, mas essa matéria transitará em debate e na formulação de uma proposta de lei da Assembleia da República para este Parlamento e os diversos partidos colocarão as suas questões e creio que não haverá necessidade de levar para essa revisão uma proposta minimalista.

Portanto, o desejo permanente que nós temos na oposição de querer sempre mais do que aquilo que nós fazemos, poderá ter expressão nessa iniciativa legislativa perante a Assembleia da República.

No que diz respeito ao fundo de coesão, ele terá a sua tradução no planeamento regional.

Portanto, se me permite, será de esperar que as propostas de plano e de orçamento tragam uma resposta à questão que agora colocou.

Presidente: Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Luís Medeiros.

Deputado Luís Medeiros (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Srs. Membros do Governo:

Sendo esta a primeira vez que uso da palavra, seja-me permitido também dirigir a V. Exas. uma saudação muito cordial e manifestar o meu mais firme propósito de, com o trabalho aqui desenvolvido, poder contribuir sempre para a dignificação desta Assembleia e para a defesa dos interesses dos Açores.

Eu peço desculpa de insistir, mas não fiquei totalmente esclarecido com os esclarecimentos prestados pelo Sr. Presidente do Governo Regional, no que respeita ao POSEIMA.

Anunciam-se decisões para breve.

Esta é uma matéria que se arrasta, se não me falha a memória, desde 1996 e, até ao momento, sem qualquer desfecho, o que me parece bastante prejudicial para alguns sectores da agricultura regional.

Eu gostaria de perguntar ao Sr. Presidente do Governo, se me é permitido, quais as novas medidas que foram propostas nesta revisão do POSEIMA, se há alterações às medidas que já existiam, e, sobretudo, a verba de 6 milhões de contos anunciada pelo Sr. Presidente da Comissão Europeia para os Açores, em que contexto é atribuída e qual o seu objectivo concreto? Já temos vistos casos que se destinariam exclusivamente à resolução do problema das quotas leiteiras, com vista a financiar operações de resgate

Por outro lado, fala-se na constituição, eventualmente, o envelope financeiro global do POSEIMA.

De referir que ainda hoje o Sr. Ministro da Agricultura refere que esta verba (e considera-a insuficiente) é para as operações de resgate entre produtores de leite do Continente e dos Açores, o que me faz supor que se irão lançar operações de resgate pelo Governo da República na totalidade do território nacional, mas depois temos legislação interna do país que limita as transferências desses quantitativos de leite a serem libertados para a Região.

Eram estas as questões que eu gostaria de ver esclarecidas.

Muito obrigado.

Presidente: Para prestar esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Presidente de Governo Regional dos Açores.

Presidente de Governo Regional dos Açores (Carlos César): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Deputado Luís Medeiros:

A resposta que posso dar é que nós temos substituído e mantemos em *stand by* um conjunto de propostas referentes ao POSEIMA, na vertente do leite e da carne, que estão condicionadas na sua apresentação/apreciação, a uma decisão da Comissão Europeia, referente à quota de leite dos Açores.

Como toda a gente percebe, se houver uma decisão amplamente desfavorável para os Açores, no âmbito da quota de leite, nós temos que reorientar o POSEIMA no sentido de causar o menor prejuízo possível, ou amenizar os prejuízos que daí resultam.

Se houver uma decisão favorável do ponto de vista, por exemplo, da absorção do autoconsumo no volume de quota garantida para a Região, pois bem, nós não temos necessidade de apresentar um conjunto de medidas no âmbito do POSEIMA que se colocariam como espúrias nesse contexto.

Foi por essa razão que o POSEIMA não teve um desfecho nesta última Comissão Europeia, ao contrário dos outros Programas POSEI, porque a Comissão reconheceu que estava num ambiente negocial relativamente à solução dos problemas de excesso de produção de leite e, por isso mesmo, a minha resposta não pode ser precisa, porque ontem à noite esse resgate não era necessário, hoje é melhor ficar aqui (não sei como é que é!).

Portanto, nós estamos a viver este ambiente de alguma instabilidade do ponto de vista da decisão, do ponto de vista da posição dos principais decisores europeus e, sobretudo, uma contradição flagrante e em alguns casos de pouca articulação entre alguns desses decisores ao mais alto nível da União Europeia.

Portanto, o POSEIMA será, em parte, resultado da solução política que se der ao problema do excesso de produção.

Numa solução, por exemplo, de incorporação do autoconsumo na quota, como se perceberá, este resgate é maioritariamente irrelevante.

É por isso mesmo que não lhe posso responder com precisão, mas penso que lhe transmiti no essencial a razão pela qual não é possível esta resposta e as dúvidas que nos subsistem para nos posicionarmos definitivamente em relação ao POSEIMA.

Presidente: Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Bento Barcelos.

Deputado Bento Barcelos (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Srs. Membros do Governo:

Eu não vou repetir as questões que aqui foram levantadas pelo Sr. Deputado Decq Mota e pelo Sr. Deputado Luís Medeiros, em relação aos dossiers que estão na mesa das entidades competentes da União Europeia e que preocupam os Açores.

No entanto, parece-me que há uma questão que, à primeira vista, poderá não ter significado, mas na minha opinião tem algum.

O Sr. Presidente referiu que se vive um certo momento de instabilidade. Referiu que um dia avança-se, no outro recua-se em relação a estes dossiers. Também referiu que a Região e o Governo da República têm estado presentes nos organismos competentes, nomeadamente no nível da cooperação inter-regional, mas eu perguntava qual o timing?

Até que altura é que vê que é possível esperar uma resposta da União Europeia?

Será que é possível até a apresentação, neste Parlamento, do Orçamento e do Plano, tendo em conta que os nossos empresários, as empresas agrícolas estão angustiadas em relação a estes dossiers?

Uma segunda pergunta em relação ao acordo de cooperação e defesa de Portugal com os Estados Unidos.

Quando o Partido Socialista estava na oposição, o actual acordo foi altamente criticado quando foi celebrado entre Portugal e os Estados Unidos — nessa altura, Portugal era governado por um Governo Social Democrata — nomeadamente com a circunstância de ter saído da possibilidade da cooperação, a cooperação financeira.

O actual Governo, da responsabilidade do Partido Socialista, no entendimento do Ministro dos Negócios Estrangeiros, entendeu que o acordo não devia ser revisto.

Sabe-se que têm havido contactos e trabalho no sentido de haver cooperação com os Açores. Esses contactos não têm sido bem sucedidos e essa cooperação não se tem vindo a verificar.

Dada a informação que foi prestada nesta Assembleia pelo Sr. Presidente, de que existe uma equipa a preparar um conjunto de áreas que possam ser objecto dessa cooperação, eu perguntava que áreas,

que sectores, que projectos, nomeadamente ao nível da cooperação científica e tecnológica que aqui foi referida?

Corre alguma informação informal, no sentido de que uma área importante, era a área do abastecimento de combustíveis e dos depósitos de combustíveis, que os americanos também poderiam ter interesse nesse sector.

Perguntava se tem alguma consistência.

Uma pergunta final na área social:

Os mais fragilizados da nossa sociedade, são, no meu entender, os deficientes e os idosos integrados em famílias carenciadas e, no caso concreto também, os idosos e os deficientes que vivem sem apoio familiar.

O Governo está na disposição de criar iniciativas legislativas no sentido de, na linha mais directa e actual do apoio aos deficientes, aos idosos e às suas famílias, haver redução do horário de trabalho dos elementos da sua família, para poderem cooperar com os seus deficientes ou com os seus idosos, integrando-os sempre no seu ambiente próprio, ou seja, a sua própria casa?

Muito obrigado.

Presidente: Para prestar esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Presidente de Governo Regional dos Açores.

Presidente de Governo Regional dos Açores (Carlos César): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Respondendo às perguntas do Sr. Deputado Bento Barcelos, no que se refere ao adiamento das decisões relativas à quota leiteira e outras decisões problemáticas, como por exemplo as medidas destinadas às RUP nesta e noutras áreas, a posição do Governo Regional é tão simples como esta:

Quando a solução não está a nosso favor, nós queremos sempre mais uma reunião ou queremos prolongar sempre mais o debate, porque não desejamos interrompê-lo ou aceitá-lo no situação negativa para os Açores.

Portanto, o único sinal que hoje, manifestamente, temos na sequência da prestação deste meu esclarecimento, é que ainda não há solução para os Açores, considerada para nós satisfatória. Por isso, não encerramos esse processo negocial e temos desenvolvido diligências fortes e a todos os níveis para que ele não fosse encerrado.

Na última reunião da Comissão Europeia, a 28 de Novembro, todos esses dossiers tiveram para ser encerrados com uma solução que não nos agradava, razão pela qual desenvolvemos diligências diplomáticas ao longo de todo o dia, que culminaram com a suspensão de decisões em relação ao POSEIMA e em relação às quotas, pela própria Comissão Europeia, que deveria ter decidido tudo isso e só não decidiu essas duas questões.

O adiamento neste caso é por vezes tecnicamente um mau sinal, mas tem um outro lado, ou seja, terem aceite reestudar o problema no sentido de uma solução mais satisfatória.

Portanto, temos ido sucessivamente de adiamento em adiamento, na procura de uma boa solução final.

No que diz respeito ao Acordo de Cooperação e Defesa entre Portugal e os Estados Unidos, como sabe, nós temos uma comissão formada, que está publicada em Jornal Oficial e congrega representações institucionais e parceiros sociais com uma grande diversidade.

Essa Comissão tem a seu cargo não só a projecção daquilo que é interessante do ponto de vista da Região para a cooperação futura, como também o estudo da cooperação até hoje ocorrida, e um estudo comparativo dos benefícios que têm resultado para outros países ou regiões da presença de bases Norte-Americanas.

Esse estudo já foi em parte feito e uma das suas componentes tem servido de reflexão para a reapresentação de propostas que o Governo Regional tenciona fazer, porque há, sobretudo, nestas questões de cooperação bilateral, um problema, isto é, a Região, também ela, fazer um esforço de adaptação às áreas tradicionais de cooperação Norte-Americana para com os países ou regiões onde tenham bases.

Portanto, devemos não insistir em temáticas ou em áreas onde nada se resolve, como por exemplo a questão dos combustíveis ou a questão de um rebocador. Ficamos presos à ideia de um rebocador, que aliás já vinha da lista anterior, do anterior Governo.

Continuamos a abordar esse problema, visitámos rebocadores que nos eram oferecidos, estacionados nos mais diversos portos dos variados Continentes, alguns não tinham máquinas,

outros não tinham aparelhos, outros ainda não se sustentavam à tona da água. Portanto, havia uma diversidade de situações com as quais pareceu-me que a Região devia romper, porque somos uma Região ultraperiférica, pobre, mas somos uma Região com algum orgulho sobre aquilo que a solidariedade nos deve beneficiar e nos termos em que isso deve ser feito.

Portanto, rompemos com isso e a ideia é proceder a essa reapresentação.

Eu terei muito gosto, aliás, no âmbito da Comissão da Assembleia que tiver especializada para o efeito, em trocar impressões com a Assembleia Legislativa Regional sobre o conjunto dessas temáticas, mas é certo que aquilo que nós poderemos extrair com maior eficiência deste acordo, é um domínio de cooperação na área da educação, do desporto, da protecção civil, da inovação tecnológica, da formação profissional e retiraremos maiores vantagens do que aquela lista de géneros que habitualmente submetíamos à consideração.

Além disso, eu não tenho escondido — de resto, renovo a minha convicção sobre o assunto — que existe, no âmbito da negociação e do acompanhamento do acordo de cooperação e defesa com os Estados Unidos, um peso excessivo da componente militar na representação diplomática e na preocupação essencial dessas negociações.

Já o exprimi ao Governo da República e penso que a parte do Ministério dos Negócios Estrangeiros está minorizada neste contexto e, por via disso também, interesses (passe a expressão) civis, como os nossos por arrastamento, também o estão.

Urge mudar também essa metodologia, eventualmente passando a fazer diferenciar do âmbito orgânico dos organismos de acompanhamento do acordo, aquilo que é militar daquilo que não o é.

Penso que isso poderá ser um bom contributo para que o país ganhe mais na cooperação militar, mas ganhe também mais nos outros aspectos de cooperação que não devem estar permanentemente subordinados àquele tipo de primacialidade que tem no decurso das reuniões em que se discute a cooperação com o futuro.

Foram estes, creio eu, os esclarecimentos solicitados.

Muito obrigado.

Presidente: Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo Regional:

Duas questões muito breves, a primeira das quais decorre não propriamente da apresentação do Programa do Governo, mas de um dos esclarecimentos entretanto produzidos pelo Sr. Presidente do Governo, nomeadamente no que diz respeito à anunciada redução, já em Janeiro, dos custos de comunicação de voz e de dados.

Eu pretendia saber, exactamente, em que modalidade de comunicação se vai verificar essa redução? Qual o seu valor nominal ou percentual?

Esse abaixamento resulta de algum investimento realizado pelo Governo Regional ou é tão simplesmente uma contingência do mercado e da política do principal operador nacional que o Sr. Presidente procura capitalizar em favor do seu Governo?

A segunda questão, e esta sim decorrente da apresentação do Programa do Governo, tem a ver com a área da educação.

Suponho que a circunstancialidade da sua intervenção sobre esta área é resultado do contexto do momento e não propriamente de uma paixão que possa estar a definhir.

Pretende ou não o Governo Regional realizar materialmente, e nos termos previstos no respectivo calendário, a Carta Escolar da Região? Para não entrarmos em grandes divagações, nomeadamente, em relação a alguns empreendimentos mais próximos, a saber:

— Escola Domingos Rebelo;

— Ginetes;

— Nordeste;

— Maurício de Freitas;

— Graciosa;

— Francisco Ornelas;

— Canto da Maia.

Acho que estas matérias e os empreendimentos em causa podem ajudar a reduzir as anomalias que se verificam no início de cada ano lectivo.

Muito obrigado.

Presidente: Para prestar esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Presidente de Governo Regional dos Açores.

Presidente de Governo Regional dos Açores (Carlos César): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Como o tempo escasseia, vou ser breve.

As questões relativas aos custos de comunicações serão respondidas pelo Sr. Secretário Regional da Economia e as questões relativas à educação serão respondidas pelo Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura nas suas intervenções, até porque no caso concreto não me parecem de imediato relevantes, mas terão a sua resposta adequada.

Presidente: Srs. Deputados, uma vez que não há mais ninguém inscrito para pedidos de esclarecimento, vou dar a palavra ao Sr. Deputado Cabral Vieira, para proferir a sua intervenção.

Deputado Cabral Vieira (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo Regional:

Sendo esta a primeira vez que subo a esta tribuna, gostaria de, em primeiro lugar, cumprimentar Vossas Excelências desejando a todos as maiores felicidades e êxitos no desempenho das suas funções.

Formulo igualmente votos para que o nosso trabalho em conjunto seja profícuo, assente nos princípios do diálogo, da criatividade, da lealdade, da honestidade e da determinação.

Julgo que são também estes os desejos e as aspirações daqueles que nos elegeram como seus representantes nesta Câmara.

Ao analisar o programa do VIII Governo Regional dos Açores, verifico, com agrado, o empenho na consolidação e no equilíbrio das finanças públicas regionais.

A Lei de Finanças das Regiões Autónomas, consubstanciada na Lei nº 13/98, de 24 de Fevereiro, representou um passo importante, senão mesmo crucial e decisivo, na prossecução de tal desígnio.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo Regional:

O exercício da autonomia política e administrativa e o ambicionado desenvolvimento económico e social que lhe está subjacente, dificilmente se coadunam com uma cultura de indefinição, de conflito, de instabilidade, de imprevisibilidade e de aleatoriedade das finanças públicas regionais.

Por exemplo, e a prática já o demonstrou, de pouco serve a apresentação de um programa de médio prazo sem que o subjacente suporte financeiro esteja devidamente antecipado e determinado. Isto com a agravante de, passado um certo tempo, as empresas, fruto de sinais errados por parte do poder político, verem as suas expectativas frustradas, sentirem-se imobilizadas, sufocadas, descapitalizadas e, no limite, aniquiladas.

Embora não seja possível eliminar todos as fontes de incerteza, a teoria económica ensina-nos que esta pode ser substancialmente reduzida e, conseqüentemente, o relacionamento entre os agentes económicos significativamente melhorado, através da assinatura de contratos ou compromissos relativamente ao futuro.

A Lei de Finanças das Regiões Autónomas enquadra-se perfeitamente neste tipo de raciocínio, sendo que a sua criação constituiu um elemento estruturante da Autonomia e introduziu, certamente, melhorias significativas no relacionamento financeiro entre a Região Autónoma dos Açores e o Estado, através de uma definição clara e objectiva dos meios que a Região dispõe para a concretização da autonomia financeira consagrada na Constituição e no Estatuto Político-Administrativo.

A fixação de uma regra de transferências do Orçamento de Estado, a criação de um Fundo de Coesão, a definição das receitas fiscais próprias da Região e a determinação da sua capacidade e tipos de endividamento, são peças fundamentais desta lei.

Como resultado imediato da aplicação da lei, parece-me justo destacar o desafogo financeiro causado pela significativa redução da dívida pública regional, no montante de 110 milhões de contos.

De cerca de 6% do PIB regional em 1987, a dívida da Região passou, por razões por vezes exógenas à Região, para aproximadamente 44% daquele indicador em 1997, não devendo exceder, na sequência do apoio especial à amortização da dívida estipulado no artigo 47º da Lei de Finanças das Regiões Autónomas, 13% no final de 1999.

É justo também referir que a atribuição de competências legislativas e regulamentares tributárias à Região, nomeadamente a possibilidade de adaptação, dentro de certos limites, do sistema fiscal

nacional às especificidades regionais e a criação e regulamentação de contribuições específicas com vista a corrigir externalidades negativas, dotaram a Região com novos instrumentos destinados à condução da sua política económica e social.

Contudo, tais atribuições também nos trouxeram novos desafios e, diga-se, novas responsabilidades. O debate orçamental deixa, neste novo contexto, de se limitar a uma discussão sobre a afectação de receitas previamente determinadas e negociadas. Ou seja, deixa, ou deve deixar, de constar primordialmente de uma discussão sobre a fixação e a distribuição da despesa pública regional.

A esta deve juntar-se a discussão dos impactos sobre a receita, na medida em que uma parcela significativa dos meios financeiros ao dispor da Região passou a depender da condução da política económica regional, sem que, com esta afirmação, pretenda negar ou diluir a influência que a conjuntura externa exerce sobre uma pequena economia aberta como é a nossa.

A investigação, pela sua capacidade de reduzir a probabilidade de se cometerem erros, torna-se assim um elemento fundamental de apoio à tomada de decisão nesta área.

Com a possibilidade de adaptar o sistema fiscal nacional, a Região passou, no sentido estrito do termo, a usufruir da capacidade de utilizar os instrumentos de política propagandeados pelos defensores da Economia da Oferta. Com isto, ganhámos, pois, alguns graus de liberdade na condução dos nossos destinos.

Não quero com tal afirmação dizer que a Economia da Procura deixou de fazer sentido. Bem pelo contrário, a experiência internacional tem mostrado que estas duas perspectivas produzem melhores efeitos quando usadas em complementaridade.

Não significa isto também que numa Economia da Oferta a capacidade de arrecadação de impostos por parte do Estado deva diminuir. Bem pelo contrário uma leitura atenta da curva de Laffer — cuja validade empírica já foi testada em muitos países, incluindo Portugal — mostra que, quando tal acontece na sequência de uma medida de política, como por exemplo a redução da pressão fiscal, algo está mal do ponto de vista da medida.

Aliás, para Laffer, que foi um reputado economista de cariz marcadamente liberal e de grande influência na concepção da Economia da Oferta, a pressão fiscal socialmente óptima, maximiza sempre a receita fiscal arrecadada pelo Governo.

Mais recentemente, um dos maiores especialistas em matéria de influência dos impostos sobre a actividade económica de seu nome Agnar Sadmo, mostra ser esta a única taxa compatível com a maximização da eficiência económica e geradora das condições de optimalidade no sentido de Pareto.

A nós compete a tarefa de definir, estudar, testar e enquadrar as múltiplas determinantes que definem a pressão fiscal adequada, aferir a necessária variação em relação ao nível prevalecente e deixar sempre ao eleitorado a última palavra.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo Regional:

A Lei de Finanças das Regiões Autónomas será revista em 2001. Torna-se importante que este processo resulte na obtenção de um volume de transferências do Orçamento do Estado que assegure o esperado crescimento das despesas de investimento, como as decorrentes das aplicações no âmbito do III Quadro Comunitário de Apoio, sem comprometer a estabilidade e o equilíbrio das finanças regionais. Assume, pois, particular importância, a correcção nessa altura da fórmula das transferências do Orçamento do Estado.

Tal como consta no Programa do VIII Governo Regional, devemos continuar também a zelar pela exacta determinação das receitas próprias da Região, mas também cogitar, em colaboração com o Governo da República, sobre uma potencialidade expressa na lei e que diz respeito à definição e execução de projectos de interesse comum.

A Região possui um instrumento legal que determina os meios financeiros ao seu dispor e destinados a cumprir as suas obrigações decorrentes da necessidade de provisão de bens públicos e semi-públicos, da correcção de externalidades, da promoção da eficiência e do crescimento económico, do exercício de funções de justiça social e de estabilização económica.

Interessa, pois, dar-lhe continuidade e pô-la, em toda a sua plenitude, ao serviço dos Açores.

Tenho dito!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Gusmão.

Deputado Paulo Gusmão (PP): Sr. Presidente da Assembleia Legislativa Regional, Sras. e Srs. Deputados Regionais, Sr. Presidente do Governo Regional, Sra. e Srs. Membros do Governo: Discutimos o Programa apresentado pelo VIII Governo Regional dos Açores: o último Governo Regional deste século.

Apesar de tudo, é um Programa que tem uma parte boa e uma parte original.

A parte original é a falta de motivação que se pode extrair de um Programa de Governo que assume a imagem de quem dialoga sem governar. A parte boa para os Açores é a certeza de que este Programa é bem o espelho de um Governo cansado para um segundo mandato, à semelhança do Governo da República. Boa, porque significa o fim de ciclo, porque significa a renovação da democracia.

Pena é, portanto, que a parte original não seja boa e que a parte boa não seja original.

Diz-nos o Governo, e passo a citar o Programa: "Ainda bem que assim é! É sinal que a democracia sobreleva o Governo e não que o Governo condiciona a democracia."

Não bastava sabermos que o Governo tem medo de operar uma única reforma, vem ele próprio orgulhar-se neste Programa de ser um Governo tão fraco que é ele próprio quem é dominado pelos grupos de pressão e não quem lidera a sociedade civil.

Qual virgem insensata sem azeite para a lamparina, este Governo orgulha-se de ser fraco, imprudente, aberto a agradar a tudo e a todos, a transformar a democracia em anarquia desde que isso traga simpatia.

Volto a citar: "Ainda bem que assim é! É sinal que a democracia sobreleva o Governo e não que o Governo condiciona a democracia. É sinal que os Açorianos confiam nos Açores." Faltou apenas acrescentar: e que por isso não precisam deste Governo. Porque não basta os Açorianos confiarem em si próprios.

As reformas necessárias à consolidação de uma Região moderna, desenvolvida, democrática, culta, orgulhosa de si própria, ciente de que aquilo que está bem é para conservar, mas preparada para reformar as tantas e tantas aberrações que envergonham os 25 anos de Democracia e Autonomia, todas só serão possíveis quando os Açorianos puderem ter também confiança no Governo dos Açores.

Este é o Programa de um Governo que gere o dia a dia sem ter um desígnio para os Açores. Mais do que isso: que gere os votos do dia a dia. Porque são duas coisas bem diferentes: ter votos e ter poder. Só quem tem poder pode ter desígnios; quem tem apenas votos tem-nos à cobrança nos quatro anos seguintes, dialogando, sorrindo, cedendo, mas não tendo poder sequer para decidir quem governa ou deixa de governar.

Este é um programa que nos dá apenas uma garantia: o Governo regional dos Açores não irá proceder a uma única reforma, seja ela em que área for. Aliás, o seu modelo de desenvolvimento assenta no sucesso das alterações dos últimos quatro anos. O mesmo é dizer que nos próximos quatro elas estão condenadas, à nascença. Desde a redução de impostos ao aumento do complemento das reformas, os próximos quatro anos serão sobretudo um compasso de espera.

Um compasso de espera entre o tempo em que o centro esquerda governava com minoria e o tempo em que o centro esquerda voltará a ser minoria na oposição.

Mais do que isso, o Programa de Governo orgulha-se de quatro anos que puseram os Açores no mapa da Europa. No mapa da Europa sem dúvida que este Governo contribuiu bastante para que esta continuasse a ser uma das regiões mais pobres.

Este é o mesmo Programa de Governo de há quatro anos, numa edição já vista e de desânimo aumentado.

Os Açorianos precisam de força, de coragem, de transformar, de desafiar o futuro. O Governo nem para desafiar o presente consegue ter chama.

É ver a nova geração de excluídos gerada pelo sistema, gerada pelo socialismo: os excluídos remunerados. Foi este Governo quem criou o presente, desenvolveu a apatia em muitos dos beneficiários do rendimento mínimo; mesmo assim, assiste impávido e sereno, como se nada lhe dissesse respeito. Mais do que isto, conclui ingenuamente que, e volto a citar, "perante a pobreza, o desemprego, a exclusão e a marginalidade social, a insensibilidade e a sobrançeria do neoliberalismo dogmático constituem a principal ameaça à coesão e à paz social".

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Não conheço muitos neoliberais dogmáticos nos Açores, até penso que existirão mais neoliberais envergonhados da sua antiga ideologia, mas conheço muito neocidadão cansado da malandrice, de um Estado frouxo e de uma Região irresponsável.

A paz social começa a ser quebrada em muito boas nações da Europa por uma razão simples e humana: porque os homens que trabalham e produzem cansam-se de ver outros homens a viver à sua conta, não por necessidade, mas pela insensatez demagógica de Governos que, apelando ao sentimento dos pobrezinhos, transforma em marginais quem devia ser encaminhado para o mundo da realização humana.

A paz social começa a ser quebrada em muito boas nações da Europa porque há homens e mulheres que, desconhecendo o que significa neoliberalismo dogmático, fartam-se, cansam-se, indignam-se que, perante a marginalidade por opção, a insegurança, o desrespeito, a libertinagem, a esquerda dominante tenha apenas como resposta a pieguice e o laxismo.

O mesmo laxismo que entra pela escola dentro, onde a ignorância é um mero resultado de pormenor. Mesmo assim é essa a Educação que se quer prosseguir.

Na educação, em que a única reforma visível foi a substituição das letras que diziam Plano dos Centenários por lápides onde se pode ler "Inaugurado por sua excelência o Senhor Presidente do Governo Regional dos Açores."

Na saúde, onde a principal questão que o PS traz ao debate político é a pequenez regional de discutir se a Secretaria dos Assuntos Sociais deve ser em Ponta Delgada ou fora de Ponta Delgada. Quando aquilo que se devia debater era se queremos um serviço de saúde gratuito sem qualidade ou um serviço que só fosse gratuito para quem realmente precisa. *Quem a todos dá um pouco ou é rico ou é louco.* Olhemos para os Orçamentos e concluamos.

Apenas na lavoura foi com este Governo que houve mudanças. Mudanças quantitativas e mudanças qualitativas. Quantitativas no leite, qualitativas na carne. Na quantidade do leite, porque este Governo não foi capaz de negociar na Europa; na qualidade da carne, porque este Governo não soube pôr um travão na importação de gado quando já tantos e há tanto tempo o alertavam para isso.

Este Governo diz ter tanta obra feita que, gozando de paz social; gerindo o orçamento; não tendo feito uma única reforma; beneficiando de um ciclo económico favorável; sustentando centenas de famílias; acudindo com lágrimas e milhões às intempéries; recebendo benesses orçamentais do país; com uma oposição a quem atribuiu a causa de todos os males; mesmo assim é preciso muito engenho para conseguir perder milhares de votos nesta eleições. Se há quem diga que o poder é efémero, neste caso nem chega a ser poder. Basta que caia uma das cartas para o castelo se desmoronar.

Sr. Presidente da Assembleia Legislativa Regional, Sras. e Srs. Deputados Regionais, Sr. Presidente do Governo Regional, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Discutimos o Programa apresentado pelo VIII Governo Regional dos Açores: o último Governo Regional deste século.

Apesar de tudo este Programa tem mais condições do que ser apenas a base do último Governo Regional deste século. Será, sobretudo, o último Programa de esquerda, do último Governo Socialista dos Açores.

Tenho dito

Presidente: Para participar no debate, tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Paulo Gusmão:

Eu estou estarecido!

V. Exa. traça um quadro que é de *meter medo ao susto*, literalmente. Isto é desgraça, atrás de desgraça. Este Governo e este partido que saem vitoriosos de umas eleições legislativas regionais, afinal são os piores deste mundo!

Há algo aqui que falha!

Como não é possível que 49 mil açorianos tenham falhado, certamente a falha residirá em V. Exa. e só aí.

O Sr. Deputado colocou o seu discurso essencialmente em duas partes.

Por um lado, teve uma originalidade, manteve um discurso, já resolvidas as eleições, tipicamente de campanha eleitoral e não se apercebeu, por certo, de que esta parte já passou.

Por outro lado, teve também uma parte boa no seu discurso, ou seja, demonstrou aquele que vai ser o timbre das suas intervenções, nesta Casa e já não digo o mesmo do outro Deputado do Grupo Parlamentar do CDS/PP, mas de qualquer das formas, da sua parte, já sabemos com o que contamos.

Teve uma parte boa e uma parte original. Pena é que a parte boa não tenha sido a original e que a original não tenha sido boa.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra a Sra. Deputada Cláudia Cardoso.

Deputada Cláudia Cardoso (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

No momento em que pela primeira vez subo a esta tribuna, permitam-me saudar Vossa Excelência Senhor Presidente da ALRA e desejar-lhe um trabalho profícuo na condução das nobres missões que lhe foram confiadas. Permitam-me também saudar as Sras e Srs Deputados, especialmente aqueles que, tal como eu, tomam, pela primeira vez, assento nesta Câmara.

De igual modo, permitam-me saudar o Sr. Presidente do Governo Regional bem como os restantes membros do Governo e desejar-lhes um trabalho frutuoso orientado para a defesa desta Região e dos legítimos interesses dos açorianos.

Permitam-me, por último, expressar a honra que sinto em tomar parte nesta Assembleia como deputada, função que desempenharei com grande sentido de responsabilidade e dedicação.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Esta Assembleia encontra-se hoje reunida para debater o Programa do VIII Governo Regional dos Açores. Documento que explicita as orientações da governação socialista para os próximos quatro anos.

A minha intervenção incidirá sobre o âmbito da Educação, mas não se aterá à explanação dos objectivos, julgo eu, que se encontram sobejamente clarificados no Programa de Governo, antes se concentrará no debate pontual de algumas medidas que considero particularmente relevantes.

No documento apresentado a debate refere-se a propósito da evolução do sistema educativo regional que a “baixa escolarização, acompanhada por uma ainda menor qualificação profissional (...) e por uma elevada iliteracia, está intimamente associada à pobreza e à baixa empregabilidade de grandes estratos da população (...)”

Como é de todos sabido a sociedade açoriana debate-se com a questão de alguns dos problemas particulares do sector educativo estarem intimamente relacionados com situações de pobreza. A questão do abandono escolar precoce e do absentismo estão ligados, regra geral, a meios familiares pobres que depositam muito pouca credibilidade no sistema educativo. O fraco nível de escolarização destas pessoas limita, como é óbvio, o seu acesso à generalidade dos empregos. É este condicionamento alarmante que é necessário e fundamental interromper.

Durante os últimos quatro anos de governação da responsabilidade do Partido Socialista, o sistema educativo foi repensado e reestruturado. Privilegiou-se a implementação de alternativas educativas como o ensino profissional, criaram-se programas de educação extra-escolar destinados aos beneficiários do Rendimento Mínimo Garantido, adaptaram-se currículos escolares, promoveram-se programas de Apoio Pedagógico Acrescido, fortaleceu-se a acção social escolar. O projecto educativo do anterior Governo privilegiou, fundamentalmente, as pessoas.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O programa que este Governo agora nos apresenta insiste na consolidação e no aprofundamento das medidas adoptadas pelo Governo anterior, almejando a um quadro de crescente estabilidade no mundo educativo.

Este programa assume que o investimento "na educação continua a ser uma prioridade já que cada vez mais o principal recurso das sociedades modernas é o seu **capital humano**". Partindo desta premissa é, portanto, natural que as suas linhas orientadoras perfilhem uma política orientada para a valorização progressiva e constante das pessoas.

É este o compromisso deste programa.

É esta a política de continuidade que este nos garante.

O VIII Governo entende “Promover a extensão da rede de escolas básicas integradas e a especialização do ensino secundário”.

Como os senhores deputados reconhecerão esta iniciativa denota grande coragem. Coragem política para enfrentar os contratempos que uma medida desta natureza acarreta, como sejam os avultados investimentos necessários à construção de diversas escolas que permitirão progressivamente dismantelar a actual organização escolar.

Com esta medida conseguiremos ter na nossa Região a separação dos dois níveis de ensino. Por um lado, a lógica integração de todos os ciclos do ensino básico que compreende os nove anos de escolaridade obrigatória; por outro, a constituição de escolas secundárias puras.

A legitimidade desta medida reside na diferenciação da filosofia subjacente a cada um destes níveis de ensino. Por esta razão faz sentido que ocupem espaços também diferenciados. Esta separação é, por isso, lógica e necessária.

O Programa do VIII Governo assume o pressuposto de “Dotar as escolas dos meios necessários ao apoio pedagógico dos alunos com dificuldades de aprendizagem ou com deficiências formativas que requeiram apoio pedagógico acrescido.”

É muito simples percebermos a pertinência desta medida se conhecermos a realidade escolar. Esta, tal como a própria sociedade, é multifacetada. Nem todos os alunos atingem os objectivos propostos com a mesma celeridade, nem com o mesmo êxito. Cada um tem o seu próprio ritmo de aprendizagem. Se este não for respeitado periga o seu sucesso escolar.

Com esta medida, cada aluno recebe o apoio de que necessita para colmatar as suas dificuldades. Esta medida favorece, assim, o sucesso escolar dos nossos alunos, atendendo às suas singularidades.

O VIII Governo Regional propõe no seu programa de Governo “Dignificar o ensino profissional e profissionalizante, criando condições de efectiva igualdade deste com o ensino regular.”

Muitos dos senhores deputados aqui presentes se recordam das chamadas Escolas Industriais que formavam jovens para a inserção na vida activa, ensinando-lhes técnicas conducentes ao exercício de uma profissão. Estas escolas foram extintas e este tipo de ensino, pura e simplesmente, desapareceu.

De há seis anos para cá retomou-se a valorização do ensino profissional. Primeiro timidamente e demasiado centrado no então Centro de Formação Profissional dos Açores, posteriormente alargado a outras escolas profissionais dotadas de autonomia administrativa e financeira.

Em 1996 existiam quatro escolas profissionais nesta Região. Hoje existem catorze. A variedade de cursos oferecida aumentou e, conseqüentemente, o número de alunos inscritos também.

Apesar dos evidentes progressos, este tipo de ensino possui ainda uma conotação menos positiva quando comparado com o ensino regular. Os alunos resistem a ingressar por este tipo de ensino com o temor injustificado de dar acesso a profissões menos prestigiantes.

É por isso fundamental a aposta deste Governo na dignificação deste ensino que dotará a Região de profissionais qualificados.

O Programa deste Governo propõe-se “até final da legislatura ter introduzido nos currículos de todas as escolas as matérias referentes à educação sexual, à prevenção das dependências e à promoção de estilos de vida saudáveis.”

A Lei nº 3/84, de 24 de Março, conferia ao Estado a incumbência de garantir a educação sexual dos jovens através da escola. Esta Lei não foi implementada.

Passados catorze anos sobre a sua publicação, a Resolução da Assembleia da República nº 51/98, recomendava ao Governo a sua aplicação “considerando que os trabalhos da comissão de estudo para a introdução da educação sexual nos currículos escolares (...) não tiveram continuidade.”

Esta medida prenuncia o surgimento do Decreto-Lei nº 259/2000, de 17 de Outubro, que regulamenta a promoção da Educação Sexual em meio escolar.

Apesar de existir legislação nacional que regulamentava a aplicação desta medida, o Grupo Parlamentar do PS entendeu apresentar uma Proposta de Decreto Legislativo Regional neste âmbito, sendo posteriormente aprovado por esta Assembleia o Decreto Legislativo Regional nº 18/2000, de 8 de Agosto, que resultou da fusão das propostas de vários partidos.

Considero que este enquadramento prévio permite compreender a morosidade com que esta matéria tem sido tratada. A promoção da Educação Sexual nas escolas foi considerada um assunto menor e foi sucessivamente protelada. Os atrasos na sua aplicação prejudicaram gravemente uma fatia substancial dos nossos jovens e, conseqüentemente, afectaram o equilíbrio da nossa sociedade.

O VII Governo resgatou esta polémica, inscreveu-a nas suas prioridades, formou docentes — como sabem, durante este último ano decorreu um núcleo experimental na Escola Secundária das Laranjeiras — e propiciou as condições necessárias a que no próximo ano lectivo esta seja uma disciplina obrigatória nas escolas da Região.

É pretensão do Decreto Legislativo Regional proporcionar uma vivência mais informada, mais gratificante, mais autónoma e mais responsável da sexualidade. É também esta a pretensão legítima do Programa Educativo do VIII Governo Regional.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Poderia continuar a expor a pertinência de outros objectivos a que o VIII Governo se propõe, mas imperativos temporais impedem que me alongue, gostaria apenas de deixar aqui este repto.

A escola tem um papel determinante na formação da sociedade. É o lugar onde se arquitectam os futuros cidadãos.

Cada decisão política desta Câmara arrasta consigo inúmeras consequências que influenciarão o percurso do nosso sistema educativo e, com ele, o dos nossos jovens. E os jovens de hoje não são, como se ousa dizer, indivíduos passivos e desinteressados; são antes pessoas eivadas de ideais por cumprir e donas de um espírito revolucionário que todos nós conhecemos e que o tempo progressivamente vai tolhendo.

Acredito que as medidas implementadas por este Governo humanizarão a nossa Escola e beneficiarão os nossos jovens. É para ela que devem olhar, e é com eles que se devem preocupar. Para que eles usufruam de uma Escola substancialmente melhor do que aquela de que pudemos desfrutar.

É esta política sustentada e justa que eu, enquanto deputada me esforçarei por ver implementada, e que enquanto professora gostaria francamente de ver executada.

Tenho dito.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Srs. Deputados, atingimos a nossa hora regimental para almoço.

Vou passar a divulgar os tempos disponíveis para cada um dos partidos políticos:

O Governo dispõe ainda de 3 horas e 13 minutos;

O Partido Socialista de 3 horas e 44 minutos;

O Partido Social Democrata de 2 horas e 26 minutos;

O Partido Popular 20 minutos;

O Partido Comunista Português de 24 minutos.

Estão suspensos os nossos trabalhos até às 15 horas.

Bom almoço.

(Eram 13 horas)

Presidente: Srs. Deputados, agradeça que ocupem os vossos lugares para reiniciarmos os nossos trabalhos.

(Eram 15 horas e 10 minutos)

Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Estamos perante o Programa de Governo de um Partido que venceu as últimas Eleições Legislativas Regionais com uma maioria absoluta que tem tradução expressa neste quadro parlamentar.

Este Programa de Governo é, em boa parte, um discurso de tipo eleitoral, mais virado para o auto-elogio da Governação do VII Governo do que para a actualização de conteúdo face à

conjuntura em que vivemos e que se prevê prolongar, influenciando decisivamente os tempos mais próximos.

O aumento dos preços do petróleo, a desvalorização do Euro face ao dólar, a subida das taxas de juro e a divergência de crescimento da economia em que nos inserimos face aos nossos parceiros Europeus, devem-nos preocupar no sentido da contextualização dos cenários económicos e sociais traduzidos para a nossa Região.

Já estão anunciados aumentos nos custos de transportes marítimos.

Ninguém se admirará, depois da intervenção feita pelo Sr. Presidente do Governo esta manhã, do aumento das passagens aéreas, dos combustíveis ou do tarifário eléctrico.

Numa Região como a nossa, altamente condicionada pelos custos de transporte e quase exclusivamente dependente do petróleo como fonte de energia, este conjunto de tendências, perspectiva tempos menos bons para os açorianos.

Talvez agora o Governo e o PS se lembrem que existe uma conjuntura externa, já que quando ela era mais favorável assumiam muitas vezes como obra sua as consequência positivas que o ambiente económico trazia.

Todos estes factores afectarão a base económica regional, agravando os problemas das Pescas e da Agricultura e constringindo o emergir potencialmente equilibrador do produto que o turismo poderia provocar.

As más safras da Pesca condicionaram as receitas da exportação de pescado, embora o crescimento do valor comercial das espécies tenha compensado de algum modo a quebra da tonelagem capturada. Contudo, a situação particular do atum assume características desoladoras pelo plano inclinado em que se situem as sucessivas safras com resultados directos para a indústria, para a nossa balança comercial e para o abastecimento do mercado que se fidelizou na qualidade Açores.

Na agricultura ao problema das quotas soma-se o pesadelo da B.S.E.

Se quanto ao primeiro não houve ainda solução perene, quanto ao segundo as medidas tomadas, infelizmente, só terão resultado quando o efeito especulativo e psicológico sobre os consumidores tiver passado.

O turismo tem, em termos de procura, uma estreita correlação com a situação económica geral.

As perspectivas de crescimento do sector mantendo-se, não serão grandemente optimistas na medida em que, estando o mercado Europeu em expansão, continua a ser Portugal o nosso principal fornecedor e o país poderia estar bem melhor do que está, segundo quase todos os analistas e organizações internacionais.

A nossa pequenez inviabiliza acções sobre o ambiente económico que nos rodeia, porém os instrumentos de Governo próprio que detemos podem contribuir para tentar atenuar as influências externas menos positivas que se fazem sentir sobre o nosso tecido económico.

Desde logo, acelerando a entrada em vigor dos instrumentos de apoio ao investimento que foram aprovados nesta Assembleia em Junho passado.

O SIDER foi aqui discutido e aprovado apressadamente, com dispensa de exame em Comissão, por forma a que os empresários açorianos tivessem o mais depressa possível ao seu dispor os apoios do III Quadro Comunitário de Apoio.

Vai passar um ano sem que o turismo, a indústria ou o comércio possam aceder a apoios ao investimento no âmbito dos Fundos Comunitários, situação que tende a agravar-se na medida em que, aquando da entrada em vigor dos regulamentos, existirão certamente um grande pacote de projectos para análise com as consequências burocráticas que levarão ao despacho ainda mais tardio dos contratos de concessão de incentivos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

O Senhor Secretário Regional Adjunto da Presidência, ao entregar o Programa do Governo, nesta Casa, suscitou aos Partidos com assento parlamentar uma atitude de humildade.

Todavia, num documento que deveria corporizar a base programática da actuação do VIII Governo, começamos logo a descortinar o estilo que tem vindo a ser seguido pelo último Governo e que se reafirma para o actual.

Metade do documento são loas à última governação, intercaladas com ataques mais próprios do período eleitoral do que do momento institucional que estamos a viver.

Diz-se que o VII Governo propôs e conseguiu uma baixa de impostos que ainda foi ampliada pela acção de partidos incapazes quando no Governo, mas insaciáveis quando na oposição.

Fala-se de clima de descompressão e vivacidade, no aprofundamento da vida democrática e ainda num novo enquadramento de liberdade e participação.

Sugere-se que os parceiros sociais emergiram da letargia e se eliminou a arbitrariedade.

A verdade é que foram os partidos da oposição que baixaram os impostos nos termos em que estão, com os votos contra do Partido Socialista.

A verdade é que a democracia e a autonomia já existem nos Açores há mais de vinte anos e que, muitas vezes, quem por elas lutou, fê-lo sem aliados.

A verdade é que os parceiros sociais estão dependentes de apoios casuísticos e que, se existiram arbitrariedades, elas persistem e basta olhar para o Jornal Oficial.

Quem assim se expressa não se está colocando numa posição institucional, não está procurando o diálogo ou promovendo o consenso, está sendo de algum modo provocatório para com quem em público pede humildade.

Mais, fazem-se considerações de matriz ideológica acerca de uma pertença insensibilidade e sobrançeria de pretensos neo-liberalistas dogmáticos que, pretensamente, ameaçariam a coesão e paz social .

Se assim fosse um qualquer neo-liberalista, mesmo que neo-dogmático poderia retorquir que o socialismo (dogmático ou não), constitui a principal ameaça — provada sucessiva e historicamente — à boa gestão dos recursos, vista de uma forma sustentada e não imediatista ou de mera sustentação política, o que a prazo, leva aos verdadeiros e profundos desequilíbrios económico-sociais.

Este Programa de Governo a certos trechos é excessivo no auto-elogio, desvalorizando gratuitamente a nossa memória colectiva política, democrática e autónoma.

Porém quem venceu as eleições é quem deve governar.

Presidente do Governo Regional dos Açores (Carlos César): Já mudaram de opinião!

O Orador: Os açorianos disseram que o PS seria Governo e o PSD oposição.

Contudo, se o poder é espólio dos vencedores, a razão, pelo menos toda a razão, não o será.

Se nos podem pedir humildade, não nos podem obrigar à submissão do pensamento, face aos excessos de quem ganha.

Numa democracia, quem não vence eleições, não fica apenas relegado a assessorar quem ganha.

A Democracia não pode ser uma paleta de cores que se resume a uma única depois das eleições, caso contrário só estariam aqui Deputados do Partido vencedor.

De resto, e a finalizar, espero sinceramente — para bem dos Açorianos — que o Governo consiga exercer o seu mandato com um verdadeiro espírito democrático e interiorize o trecho do seu programa que refere que "os primeiros anos do milénio terão de ser aproveitados minuciosamente, para assegurar o futuro dos Açores nas próximas décadas".

Por nós, estamos dispostos a contribuir para tal, com uma oposição de razões, no superior interesse dos Açores.

Disse.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): *Muito bem!*

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Para uma intervenção, tem a palavra a Sra. Deputada Andreia Cardoso.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Nesta minha primeira intervenção pretendo saudar Vossa Excelência Senhor Presidente da Assembleia Legislativa Regional, como representante do órgão máximo da nossa Autonomia, assim como as Sras. e Srs. Deputados em especial aqueles que, como eu, pela primeira vez tomam assento nesta Assembleia, desejando a todos um trabalho exímio norteado pela defesa e consolidação da autonomia política e legislativa da Região.

De igual modo, saúdo o Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo, e espero que no desempenho das vossas funções contribuam com o mesmo empenhamento e determinação para o desenvolvimento da Região Autónoma dos Açores.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

1 de Janeiro de 1999, foi o marco de uma nova fase da integração europeia, a fase da união monetária. Foi um passo decisivo no aprofundamento da integração europeia com significativas alterações na economia e sociedade europeias. A partir dessa data o Euro passou a ser a moeda oficial dos Estados participantes, tendo sido irrevogavelmente fixadas as taxas de câmbio às quais foram substituídas as moedas nacionais.

Neste período de transição para o Euro, as empresas terão de realizar as alterações exigidas pela substituição do Escudo pelo Euro e suportar os respectivos custos. As mudanças atingem praticamente todos os sectores da actividade: o planeamento, as compras, as vendas, os sistemas de informação, a tesouraria, a gestão de pessoal, a contabilidade bem como as obrigações fiscais.

A calendarização dessas mudanças é substancialmente distinta tratando-se de grandes empresas ou de pequenas e médias empresas. As primeiras tenderão a mudar mais cedo, enquanto as últimas, que actuam predominantemente no mercado doméstico, tenderão a esperar pelo fim de 2001.

O que é facto é que muitas empresas estão a aproveitar a introdução do EURO para proceder à modernização dos processos e métodos de trabalho internos e melhorar a eficiência das suas organizações.

O Governo Regional, com muito mérito, associou-se aos desafios colocados às empresas do sector comercial e ao natural esforço financeiro que lhes foi e ainda é exigido, tendo implementado, nestes últimos quatro anos, um conjunto de sistemas de incentivos criados, a nível nacional e regional, com o intuito de melhorar a capacidade competitiva das pequenas e médias empresas.

No que toca à revitalização das zonas de comércio tradicional, o Procom Urbanismo Comercial, suscitou uma dinâmica sem precedentes, tendo promovido um investimento superior a 5 milhões de contos, correspondente a 353 candidaturas.

Tendo a noção da distância que separa a nossa Região dos principais mercados com os quais a economia açoriana mantém relações comerciais, o Governo Regional apoiou, por um lado, o escoamento dos nossos produtos nomeadamente mediante compensações pelos custos adicionais de transporte, e, por outro, acções promocionais, tais como:

— campanhas publicitárias;

— concepção e execução de rótulos e/ou embalagens;

— participação dos produtos regionais em feiras e exposições de carácter internacional;

por forma a assegurar a presença qualitativa dos produtos no mercado destino.

No âmbito da dinamização comercial, diversas acções foram promovidas, em parceria com a Câmara do Comércio e Indústria dos Açores, nomeadamente campanhas publicitárias para promoção do comércio tradicional e apoio a projectos de animação de rua. Paralelamente às acções anteriormente referidas, foram realizadas feiras e exposições de âmbito nacional e internacional.

A função do Governo evoluiu no sentido de privilegiar o papel de guia da actividade económica no contexto da globalização, sensibilizando os agentes económicos para os problemas da competitividade internacional, e incentivando-os a agir conforme, desenvolvendo uma acção concertada com as autarquias e as associações empresariais.

O programa do VIII Governo Regional define uma estratégia comercial que assenta, a nível interno, na modernização e dinamização do comércio tradicional e, a nível externo, no reforço à promoção de produtos regionais.

Destacamos como medidas fundamentais para garantir a competitividade do sector a nível interno, a implementação de um novo quadro de incentivos regionais mais adequados às actuais exigências do mercado, que irão complementar o Programa Operacional de Economia, uma vez que este último se destina a investimentos superiores a 30.000 contos.

A curto prazo, consideramos imprescindível que o Governo, em colaboração com a Comissão Euro Açores e a Câmara de Comércio e Indústria dos Açores, desenvolva acções de sensibilização e consciencialização das empresas para a problemática do Euro na contabilidade, fiscalidade e afixação de preços, os agentes económicos estarão mais receptivos a este tipo de informação.

Com o intuito de promover os produtos regionais no exterior, parece-nos determinante a manutenção e o reforço do actual sistema de ajudas ao transporte e à promoção de produtos regionais no exterior, porque, como referiu Joaquim Ramos Silva (Professor do Instituto Superior de Economia e Gestão): "... sobretudo se certas condições se verificarem, como a definição de uma estratégia comercial adequada, existe uma correlação positiva entre o comportamento do sector externo e o crescimento, a produtividade e o rendimento".

O programa de Governo em análise dedica o seu capítulo IX à protecção dos consumidores, adoptando nesta matéria medidas de carácter preventivo na defesa da saúde pública e segurança dos mesmos.

Neste âmbito, consideramos fundamental que o Governo, em colaboração com a Associação de Consumidores da Região Açores, desenvolva acções e adopte medidas tendentes à formação e educação dos consumidores. Deverá fazê-lo fundamentalmente através da concretização no sistema educativo, em particular no ensino básico e secundário, de programas e actividades de educação orientadas para o consumo.

Ainda neste domínio, o Programa do VIII Governo dedica especial atenção à participação do órgão executivo na instalação e apoio ao funcionamento de um Centro de informação, mediação e arbitragem dos Açores destinado à resolução de pequenos conflitos de consumo.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Empresas como a Gracitur, Siturflor, Estalagem da Serreta, Siturpico e Sanibritas, eram tuteladas ou comparticipadas pelo Governo Regional e foram, neste último quadriénio, gradualmente transferidas para a iniciativa privada, concretizando um conjunto de orientações políticas estabelecidas no VII Programa do Governo.

A acção governativa, neste sector, pugnará pelas máximas da transparência, isenção, rigor e funcionalidade económica e social.

A estratégia definida neste Programa de Governo, determina que a gestão e administração das empresas do sector público, deve pautar-se por critérios de racionalidade económica, não ignorando a diversidade de sectores que abrange.

Como tal, consideramos essencial definir os objectivos a médio e longo prazo, bem como os investimentos que permitam conciliar os recursos financeiros disponíveis com a garantia de satisfação do crescimento da procura, premissas determinantes para o reforço da competitividade, para a eficiência da gestão e para a consequente valorização das empresas do sector público regional.

Entendemos ser fundamental a redução da presença do estado na Economia. Como sabem um processo de privatização não se trata de mera arrecadação de receitas, por esta razão defendemos que a operação se efectue apenas quando as condições de mercado se revelarem favoráveis.

Assim sendo, é nossa convicção que o Programa do VIII Governo Regional apresenta um modelo de desenvolvimento assente numa estratégia de sustentabilidade que prevê medidas políticas objectivas para a modernização do sector comercial, para a formação, informação e educação dos consumidores, bem como para uma gestão racional do sector público empresarial.

Tenho dito.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Presidência para as Finanças e Planeamento.

Secretário Regional da Presidência para as Finanças e Planeamento (Roberto Amaral): Sr. Presidente da Assembleia, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

O Programa do VIII Governo Regional dos Açores, agora em apreciação nesta Assembleia, constitui a 2ª fase do ciclo da "Nova Autonomia", iniciada no final de 1996 pelo VII Governo Regional, da responsabilidade do Partido Socialista.

Uma fase que consolidará todas as conquistas conseguido no nosso anterior mandato.

Uma fase que será decisiva para a obtenção de maiores níveis de desenvolvimento para os Açores e para a obtenção de um ainda mais elevado ritmo de convergência com as médias de desenvolvimento nacional e europeu.

Uma fase que se pretende seja, também, de afirmação da nossa Região no processo em curso de construção e de alargamento da União Europeia e de globalização das economias e das sociedades.

Este fenómeno da globalização não é um fenómeno novo, iniciado, agora, na era dos computadores. Talvez se possa mesmo dizer que ele se iniciou nos séculos XIV e XV, com os descobrimentos portugueses que tornaram o mundo conhecido e, também, mais pequeno. Só que ele é, hoje, muito mais intenso processando-se a uma velocidade muito maior.

No início deste processo de globalização, os Açores tiveram um papel de relevo como base de apoio para novas e mais longínquas descobertas marítimas, continuando, igualmente, importantes até aos nossos dias mercê do seu posicionamento geo-estratégico.

Porém, em todo este longo processo, que também corresponde à própria História dos Açores, os benefícios dele decorrentes foram sempre mais aproveitados por terceiros do que, propriamente, pelas populações aqui residentes.

Prevaleceram, sempre, os factores que caracterizam a economia de uma Região insular, arquipelágica e ultraperiférica, isto é,:

i) dificuldade de acesso e de transportes;

ii) reduzido mercado interno e ausência de economias de escala;

iii) reduzida capacidade de fixação da população e de capitais;

iv) baixo grau de realização de investimentos produtivos e inovadores;

e, como consequência de tudo isto,

v) persistência de um baixo nível de desenvolvimento económico, com frequentes situações de desequilíbrio, geradoras de crises sociais.

Agora, nos nossos dias, em que a globalização se processa a um ritmo muito mais intenso e em que a própria percepção de espaço e de tempo se alterou profundamente, em virtude das novas tecnologias e meios de comunicação, os Açores terão, também, de se posicionar de forma diferente neste mundo em rápida transformação e de encontrar o seu próprio caminho.

Os Açores terão, necessariamente, de romper com este permanente ciclo vicioso de subdesenvolvimento e de prosseguir uma estratégia de desenvolvimento que promova a sua integração activa na União Europeia e na Economia Global, com todos os proveitos daí decorrentes a beneficiarem a generalidade dos agentes económicos regionais, públicos e privados.

Este será o grande desafio deste nosso novo mandato, desta nova etapa da "Nova Autonomia".

É um desafio que está ao alcance da Região e que será possível vir a concretizar, porque nestes últimos 4 anos se conseguiram criar as condições de estabilidade económica e financeira necessárias para tal.

Com efeito, para além das importantes alterações conseguidas neste período ao nível dos textos jurídicos fundamentais — Constituição da República Portuguesa, Estatuto Político-Administrativo dos Açores e Tratado da União Europeia (com a introdução, neste último, do artº 299.2 que consagra o conceito de ultraperiferia), — o VII Governo Regional, em estreita articulação com o Governo da República, conseguiu fazer aprovar uma Lei de Finanças para as Regiões Autónomas extremamente favorável e negociar um III Quadro Comunitário de Apoio com contrapartidas financeiras substancialmente superiores às dos anteriores.

Com estas duas importantes conquistas, o Governo Regional assegurou um novo padrão de consolidação orçamental em níveis superiores de receitas e de despesas e, também, importantes recursos para financiamento do investimento público e privado, o que nos possibilita encarar o futuro com um optimismo que julgamos ser realista.

A Lei de Finanças das Regiões Autónomas tornou também possível que nestes últimos anos se desenvolvesse uma política orçamental de carácter francamente expansionista, que imprimiu um muito maior dinamismo em toda a actividade económica regional. Os investimentos inscritos no Plano assumiram, no nosso anterior mandato, valores tendencialmente crescentes, sendo a sua média anual superior em mais de 50% à do período homólogo anterior e sendo coberta em apenas 27%, com recurso a endividamento, em oposição a 60% do período anterior.

A Lei de Finanças das Regiões Autónomas, tornou igualmente possível uma redução substancial dos défices orçamentais e do peso da dívida pública regional no P.I.B. da Região. Os défices orçamentais passaram de 4,5% do P.I.B. em 1996, para apenas 1,4% em 2000, enquanto que a dívida pública da Região passou, entre estes mesmos dois anos, de 38,8% para 13,7% do P.I.B..

Estes reduzidos défices que agora é possível conseguir, conjugados com o actual menor nível de endividamento público, vêm aumentar, substancialmente as defesas da Região, face a eventuais futuras crises e choques económicos adversos, diminuindo o risco de recessões económicas, como, por exemplo, aquela que afectou os Açores no início da década de noventa.

Por outro lado, os mais elevados montantes de transferências de Fundos Estruturais conseguidos no âmbito do III Q.C.A. para o sector privado da economia, também contribuirão para que este continue a responder, favoravelmente, aos estímulos públicos contidos no Orçamento Regional,

também ele agora acrescido de substanciais meios financeiros, em ordem a prosseguir a sua missão de modernização e de expansão da estrutura produtiva a outros sectores para além dos tradicionais, tornando, assim, toda a economia regional mais sólida e competitiva.

Estão criadas as condições indispensáveis para que a Região possa enfrentar com serenidade e determinação o desafio do desenvolvimento neste mundo cada vez mais globalizado.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

O Programa do VIII Governo Regional constitui peça essencial e insubstituível para a prossecução deste objectivo, sendo certo que o desenvolvimento é um objectivo que não compete, em exclusivo, ao Governo Regional.

Ele é um objectivo de todos nós e todos nós temos o dever e a obrigação de para ele contribuir.

O Governo Regional criará, sempre, as condições para que todos possam participar na definição e na construção do nosso destino colectivo.

Relativamente ao sector público empresarial regional, a actuação do Governo orientou-se no anterior mandato, e continuará a orientar-se no futuro, por princípios coerentes de transparência, isenção, rigor e funcionalidade económica e social.

Nesta como noutras matérias, a actuação do VIII Governo Regional não se pautará, nunca, pela obediência cega a dogmas de qualquer natureza nem a soluções teóricas puras.

O sector público empresarial regional será, assim, reestruturado e gerido em função das realidades concretas e dos objectivos definidos para cada um dos sectores de actividade económica em que as empresas regionais estão inseridas.

Não haverá, pois, um modelo de gestão rígido e imutável para o sector público empresarial regional.

Ele será organizado e gerido em função do interesse público, tendo sempre presente que as empresas que o integram deverão passar para o sector privado sempre que tal se justifique, ou seja, sempre que as empresas sejam fornecedoras de bens ou serviços em mercado concorrencial e sempre que a gestão empresarial privada contribua para reforçar a sua competitividade e eficiência.

Constitui, assim, nesta matéria, objectivo do VIII Governo Regional a redução da presença do Estado na economia, redução esta que será efectuada logo que se verifique haver resposta positiva do mercado às operações de privatização. Esta transferência para o sector privado da economia terá como contrapartida um reforço da função reguladora e fiscalizadora do Governo Regional, por forma a que o interesse público seja sempre salvaguardado.

Nesta, como nas demais matérias que dizem respeito à nossa vivência colectiva e ao nosso futuro, o Programa do VIII Governo Regional é suficientemente pormenorizado e esclarecedor quanto à forma como agiremos nos próximos quatro anos.

Não vos vou, portanto, maçar com uma repetição daquilo que, nas matérias que dizem respeito à minha área de responsabilidade dentro do Governo Regional, já lá está dito.

Permito-me, no entanto, chamar a vossa atenção apenas para os seguintes aspectos.

No âmbito da revisão da Lei de Finanças das Regiões Autónomas, que se efectuará, nos termos da própria Lei, no próximo ano de 2001, o Governo Regional pugnará para que ela se faça no interesse da Região e de forma a assegurar os indispensáveis meios financeiros para a manutenção de elevados níveis de investimento e o equilíbrio dos seus orçamentos, sem o recurso sistemático ao endividamento.

Pugnará, igualmente, pela definição e execução dos projectos de interesse comum, a desenvolver na Região conjuntamente com o Governo da República, com vista à atenuação da sua condição de Região Ultraperiférica, e, também, pela constituição e entrada em funcionamento do Conselho de Acompanhamento das Políticas Financeiras, previsto no artº 9º da Lei de Finanças das Regiões Autónomas.

No quadro da política orçamental, que tem uma importância determinante na consolidação duradoura das finanças públicas regionais e na obtenção dos diversos equilíbrios macroeconómicos, destacarei apenas os seguintes pontos do Programa do Governo Regional:

— continuação do processo de modernização do sistema de gestão financeira da administração pública regional, possibilitando uma maior descentralização de atribuições acompanhada por uma maior responsabilização e controle "a posteriori";

— introdução, sempre que possível, do critério de análise custo/benefício para aferir a validade e importância das acções a desenvolver pela administração regional e, assim, melhor corresponder aos objectivos políticos definidos;

— prosseguimento da colaboração técnica com o Ministério das Finanças, tendo em vista uma rigorosa determinação das receitas próprias da Região, nomeadamente das receitas fiscais nela geradas e ainda não cobradas, e;

— manutenção de um fluxo estável de transferências financeiras, que permitam a continuação do bom ritmo de pagamento que tem vindo a ser assegurado aos fornecedores do Governo e que muito contribuiu para o elevado nível de confiança actualmente existente e para as expectativas favoráveis relativamente ao futuro.

No quadro da adopção do EURO como moeda, o Governo Regional continuará o trabalho de divulgação que tem vindo a desenvolver nos termos do Programa oportunamente aprovado.

Dado que a entrada em circulação das notas e moedas EURO se processará já a partir de 1 de Janeiro de 2002, este trabalho de divulgação será intensificado durante o 2º semestre do próximo ano, tendo em especial atenção os consumidores, a população escolar, a população rural e os sectores da população mais vulneráveis, como os deficientes visuais e os idosos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Os próximos quatro anos serão decisivos para o futuro dos Açores.

Serão quatro anos de intenso trabalho, mas eu estou certo de que ninguém se eximirá à suas responsabilidades e todos darão o seu contributo para a tomada das grandes opções que há a fazer.

Contamos com todos, para esta grande tarefa que é desenvolver os Açores!

Muito obrigado.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): *Muito bem!*

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Para pedir esclarecimentos, tem a palavra a Sra. Deputada Berta Cabral.

Deputada Berta Cabral (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Ouvi atentamente a intervenção do Sr. Secretário Regional das Finanças e devo dizer, em primeiro lugar, que quero congratular-me com o facto de ele ter elegido o objectivo da convergência real, como o principal desafio para os próximos 4 anos.

Verifico que tem evoluído nessa forma de pensar, na medida em que recentemente na Madeira referiu exactamente esse objectivo, mas já há alguns meses atrás, em declarações públicas a órgãos de comunicação social regionais, afirmou que a convergência real não era, necessariamente, uma questão muito importante a atingir nos próximos anos.

Depois desta breve referência, gostava que precisasse um pouco mais e nos dissesse qual o ritmo de convergência que continua adequado, quer em termos de taxas de crescimento do produto interno bruto, quer em termos de anos, para atingirmos as médias europeias.

Em relação a uma referência que fez sobre a necessidade de romper o ciclo vicioso do subdesenvolvimento, eu estou de acordo consigo, só não percebo como é que nos últimos quatro anos nada fez para romper esse ciclo. Citando aquilo que disse, penso que foi um pouco excessivo na forma como o disse.

Outra questão que gostaria de ver esclarecida, que decorre da discussão que tivemos aqui da parte da manhã e que não ficou clara, refere-se à estratégia a seguir na Revisão da Lei de Finanças Regionais.

Inicialmente, penso que nem sequer ficou muito claro se haveria ou não revisão.

Depois da sua intervenção percebi que haverá revisão, o que não me surpreende, porque, por um lado, está previsto na lei e, por outro, penso que há algum consenso sobre a necessidade de se rever a fórmula e outros aspectos das transferências do Orçamento de Estado para a Região.

Partindo desse princípio de que é par rever, eu gostaria que me explicasse qual a estratégia a seguir.

O que significa, quando diz no Programa do Governo, que é preciso fixar novos limites para o Fundo de Coesão? Que limites? Em função de quê?

É preciso definir projectos de interesse comum. Em que áreas? Quais?

O que significa a introdução de melhorias no processo de adaptação fiscal nacional, conforme está no seu programa? Que melhorias são essas? A que nível devem ser introduzidas estas melhorias?

Será que inclui a alteração dos limites de redução das taxas conforme já foi publicamente enunciado?

Uma última questão:

Refere que o VII Governo Regional apresenta uma dívida que corresponde a 13,7% do PIB. Qual é o PIB? Qual a fonte desse indicador?

Já agora, qual a dívida da Região? Directa? Indirecta? Fundos Autónomos? Fundo Regional de Abastecimento? Serviço Regional de Saúde?

Qual a dívida directa do Serviço Regional de Saúde aos fornecedores? Dívida do Serviço Regional de Saúde à banca, directa? Dívida do Serviço Regional de Saúde à banca sob a forma de "factoring"?

São questões que não estão esclarecidas; são questões que temos que ter em conta; são questões que devem ser pormenorizadas num programa que é para executar ao longo dos próximos 4 anos; são questões que esta Assembleia quer ver esclarecidas.

Muito obrigada.

Deputado Victor Cruz (PSD): *Muito bem!*

Presidente: Para prestar esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Presidência para as Finanças e Planeamento.

Secretário Regional da Presidência para as Finanças e Planeamento (Roberto Amaral): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Foi-me colocado uma quantidade de questões que terei muito gosto em passar a responder.

A questão da convergência real com os níveis de desenvolvimento nacional e europeu, deve preocupar-nos a todos.

Quanto à interpretação dada pela Sra. Deputada entre o que eu disse na tribuna e outras declarações proferidas por mim há algum tempo atrás, eu não encontro nenhuma incompatibilidade, nenhuma divergência.

A Sra. Deputada, certamente, estará a lembrar-se de uma polémica que eu tive com o Deputado Costa Neves, onde eu referi como sendo uma utopia a convergência da Região com as metas de desenvolvimento europeu. Será isto?

Utopia, não quer dizer que não seja alcançável. Utopia quer dizer que é difícil alcançá-la e que poderá não constituir um objectivo primordial para a vigência de um Programa de Governo, para a vigência de um Plano a Médio Prazo.

O objectivo, sim, será convergir a um ritmo tanto maior quanto aquele que as reais possibilidades da Região exigirem a cada momento, e nisto nós estamos profundamente empenhados em aumentar o ritmo da convergência com as metas nacionais e europeias. Seria mesmo de estranhar que houvesse um qualquer Governo que não tivesse este objectivo.

Quanto ao ritmo de convergência de que durante o VII mandato este ter sido superior ao do passado, isto é inegável.

Não temos um quadro macroeconómico devidamente quantificado, como todos nós sabemos e isso já foi aqui repetido várias vezes; não temos contas económicas, eu não direi, nem fidedignas, porque não temos. Não temos indicadores das principais variáveis macroeconómicas, mas temos o Produto Interno Bruto e todos nós conhecemos o método através do qual ele é quantificado.

Quanto a isto, basta comparar o ritmo de investimento do passado com o de agora e eu referi na minha intervenção que durante o VII Governo Regional dos Açores, o investimento público havia subido, em média, 50%, relativamente ao período anterior.

Se se faz todo este investimento na Região, relativamente ao ano anterior, como este investimento tem também uma reprodução directa no Produto Interno Bruto da Região, é inegável concluir-se que a convergência foi maior no VII Governo Regional do que nos anos anteriores.

Presidente do Governo Regional dos Açores (Carlos César): *Muito bem!*

O Orador: A Sra. Deputada pergunta-me qual a taxa, que influência tem e que percentagem de crescimento é atribuído ao investimento público da Região.

Sra. Deputada, ninguém poderá responder com rigor, fielmente, a essa pergunta.

Eu posso ter alguns critérios que me levam a supor que ele é superior ao do Continente e estou firmemente convencido que o é, mas poderemos chegar lá por aproximações sucessivas, mas não pelo modelo econométrico que nos diga exactamente qual a repercussão em termos quantificados desta influência.

Recuperar o ciclo vicioso do subdesenvolvimento como sendo um objectivo deste VIII Governo, é do VIII Governo, foi do VII, mas nós no VII Governo conseguimos uma coisa muito importante que ninguém nos poderá tirar, ou seja, criámos as condições de base para tornar possível isto, ou seja, criámos as condições de base para aumentar as nossas receitas orçamentais, quer através das transferências do Orçamento do Estado, quer através das transferências dos Fundos Comunitários. Isto é inegável!

Se V. Exa. fizer as contas, constatará que as transferências do Orçamento de Estado para a Região duplicaram relativamente ao passado.

Isto são fontes de financiamento que ficam para sempre, estão asseguradas em lei e ela só poderá ser notificada se dentro da Assembleia da República houver uma maioria para alterar. Nós queremos alterar no sentido positivo e para isso contamos com os votos dos deputados do PSD na Assembleia da República, que estou certo que não se refutarão a isto.

Quanto a eu ter dito na minha intervenção que a lei, por imperativos da própria lei, seria revista em 2001 e o facto do Sr. Presidente ter referido "eventualmente", não há nenhuma incompatibilidade de afirmações, até talvez seja mais certo dizer-se eventualmente, porque os deputados na Assembleia da República poderão não querer mudar a lei. Até inclino-me mais a aceitar agora, racionalizando o peso e o alcance das palavras, o "eventualmente", porque eu não posso responder pelos Deputados do PS.

Eu tenho quase a certeza que eles quererão rever a lei, mas não posso responder pelos deputados do PSD. Eles já nos têm feito tantas surpresas, que mais esta não é de estranhar.

(Risos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente do Governo Regional dos Açores (Carlos César): Há-de arranjar o Campelo!

O Orador: Quanto às dívidas da Região, Sra. Deputada, eu não tenho aqui todos os elementos dos serviços autónomos, mas durante esta sessão V. Exa. ainda os terá.

Lamento, que na Comissão onde estivemos, não tenha levantado essas perguntas, porque já teria a resposta. Em relação às perguntas que levantou na Comissão, eu já tenho aqui os dados para lhe entregar, nomeadamente quais as receitas fiscais arrecadadas até ao momento e qual o volume das transferências do Orçamento de Estado.

Essas outras perguntas que aqui colocou, neste momento, não tenho aqui os dados, mas ainda no decorrer deste debate, V. Exa. estará habilitada com esses documentos.

Muito obrigado.

Presidente: Para mais esclarecimentos, tem a palavra a Sra. Deputada Berta Cabral.

Deputada Berta Cabral (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional das Finanças:

Em primeiro lugar, creio que não houve nenhuma Comissão para apreciar o Programa do Governo. Sobre isso deve estar equivocado em relação aos meus eventuais pedidos em Comissão.

Em segundo lugar, perguntei-lhe qual era o PIB, mesmo estimado. Não fiz qualquer consideração sobre o efeito do investimento público no PIB regional, mas devo-lhe dizer que não é directamente proporcional.

Não é tirando conclusões apressadas sobre o maior investimento público que chega ao maior crescimento do Produto Interno Bruto.

Em relação a tudo mais, considero que no essencial não me esclareceu quanto à estratégia de Revisão da Lei de Finanças Regionais, quanto à fórmula, quanto aos projectos de interesse comum, quanto às áreas em que eles devem incidir, quais os sectores que pretende inscrever em termos de projectos de interesse comum e quais as melhorias em termos de adaptação fiscal.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Presidência para as Finanças e Planeamento.

Secretário Regional da Presidência para as Finanças e Planeamento (Roberto Amaral): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo, Sra. Deputada Berta Cabral:

O PIB a que eu venho fazendo referência é o PIB destinado para 2000. Obviamente, quando comparo o défice de 2000, tem que ser comparado com o PIB do mesmo ano e resulta de projecções feitas no âmbito do trabalho de planeamento, que para o ano 2000, estima que o PIB na Região será de 360 milhões de contos.

Quanto às contas de 96, a comparação que faz do PIB real de 96 está publicado e constante no SREA.

Quanto àquilo que se pretende introduzir na Lei de Finanças das Regiões Autónomas, isso é suficientemente claro no Programa do Governo, por isso dispensei a referência na minha intervenção. Portanto, seria aqui uma repetição daquilo que cá está e até consta uma parte específica relativamente à Lei de Finanças das Regiões Autónomas.

No quadro de revisão da Lei de Finanças das Regiões Autónomas, o Governo diligenciará pela obtenção de volume de transferências no Estado que assegurem aos Açores o crescimento sustentado das despesas de investimento e equilíbrio dos seus orçamentos, pela correcção de uma imperfeição detectada no processo de elaboração da Lei de Finanças Regionais e que consiste na eliminação dos investimentos a efectuar ao abrigo do PIDAC, da forma de transferências orçamentais para as regiões, previstas no nº 2 do artigo 31º, pela fixação de novos limites de transferências de verba do fundo de coesão para as regiões, a efectuar a partir de 2001.

Deputada Berta Cabral (PSD): Quais?

O Orador: Como sabe, na própria Lei de Finanças Regionais, diz-se que no ano de 1999 as transferências eram de 25%, 30% e 35%. Para os anos seguintes não está estipulado. Nós temos que fixar.

É óbvio que queremos um valor superior a 35%, mas os dois deputados da Assembleia da República é que o fixarão. Nós, até lá, diligenciaremos para que seja um valor superior a 35%.

Deputada Berta Cabral (PSD): Mas em função de quê?

O Orador: Também vamo-nos debater pela definição, execução e colaboração com o Governo da República dos projectos de interesse comum. É natural que tudo isto tenha que ser visto em conjunto.

Nós já anunciámos, publicamente, — se a Sra. Deputada tivesse prestado atenção àquilo que o Governo disse, já sabia — que um dos projectos a incluir aqui, é a protecção da orla costeira, um projecto muito vultuoso. São milhões e milhões de contos que temos que aplicar para fazer a protecção de toda a nossa orla costeira e isto será um projecto a incluir aqui, mas serão também negociados outros.

Nós pugnaremos também pela constituição e entrada em funcionamento do Conselho de Acompanhamento das Políticas Financeiras. Só houve uma reunião de carácter mais ou menos informal deste conselho e isto ainda no tempo do Ministro Sousa Franco. Nós entendemos que a constituição e entrada em funcionamento deste Conselho será muito útil para a Região e para o país, porque haverá uma colaboração a nível e no interior deste conselho.

Nós não vemos aqui nenhuma ingerência como inicialmente havia essa suspeição por parte dos deputados da sua bancada.

Também vamos bater-nos pela introdução de melhorias no processo de adaptação do sistema fiscal às especificidades regionais. É sempre possível melhorar, é sempre possível aperfeiçoar.

A nível técnico, nós já desenvolvemos muito em colaboração com o Ministério das Finanças, daí que as nossas receitas fiscais tenham aumentado muito nestes últimos anos, mercê de um muito maior rigor na determinação das receitas que cabem à Região, na determinação de um muito maior rigor também naquilo que já estava nos estatutos e que agora vai ser possível efectivar, ou seja a determinação e quantificação da receita gerada e que ainda não é cobrada. Somente nas declarações do IRC, que vão ser presentes relativamente ao ano 2000, é que isto vai ser integrado pela primeira vez.

Portanto, será mais um factor que irá contribuir para a estabilização, em progresso, em crescimento das nossas receitas fiscais.

Também tentaremos um melhor funcionamento dos serviços centrais da Administração Fiscal na Região e de combate à evasão fiscal.

Já tem sido feita alguma coisa neste sentido, daí que as receitas, principalmente em matéria de IRC também tenham subido muito. É preciso aumentar este serviço de fiscalização e de combate à evasão fiscal, aliás esse é um objectivo permanente e deve ser constante em todos os Governos, pela exacta determinação das receitas próprias da Região e nomeadamente as receitas fiscais.

Está tudo aqui no Programa do Governo.

Para além disto, nós entendemos que a Lei de Finanças Regionais é uma boa lei, que corresponde às necessidades e às aspirações da Região, constituiu um factor de saneamento das finanças públicas

regionais, de estabilização para, a partir daqui, podermos pensar em romper os círculos viciosos do desenvolvimento que eu frisei na minha intervenção e para o qual é necessário também a colaboração não apenas do Governo.

O Governo quanto muito pode criar as condições para que todos possam dar o seu contributo: agentes económicos públicos, privados, agentes sociais.

Todos os quantos vivem nos Açores têm a obrigação e o dever de contribuir para este objectivo.

Muito obrigado.

Presidente: Para mais esclarecimentos, tem a palavra a Sra. Deputada Berta Cabral.

Deputada Berta Cabral (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional das Finanças:

As suas explicações continuam a ir ao encontro do que está no Programa no Governo, mas apenas isso. Não avança um milímetro em termos de pormenorização daquilo que pretende fazer.

Deixo-lhe uma pergunta muito concreta e curta:

Sim ou não à alteração dos limites das taxas fiscais nacionais?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Presidência para as Finanças e Planeamento.

Secretário Regional da Presidência para as Finanças e Planeamento (Roberto Amaral): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo, Sra. Deputada Berta Cabral:

Uma resposta muito simples para dizer não!

Muito obrigado.

Presidente: Para mais esclarecimentos, tem a palavra a Sra. Deputada Berta Cabral.

Deputada Berta Cabral (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional das Finanças:

Só para precisar que a sua resposta foi que **não** alterará os limites previstos na Lei de Finanças das Regiões Autónomas.

Muito obrigada.

Secretário Regional da Presidência para as Finanças e Planeamento (Roberto Amaral): Exactamente.

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Clélio Meneses.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A Região Autónoma dos Açores vive tempos diferentes que se baseiam no quadro político resultante das últimas eleições legislativas regionais.

Com efeito, pela primeira vez, no nosso sistema autonómico, existe uma maioria de representantes do Partido Socialista, fazendo com que se esteja agora a discutir o primeiro Programa de um Governo Socialista com ampla sustentação parlamentar.

Neste quadro, permitam-me que dê uma Nota Prévia de Preocupação, mas também de Convicção.

Efectivamente, e apesar da imagem que se quis hoje aqui fazer passar e de parte da letra do próprio Programa do Governo, não pode deixar de ser com preocupação, que percebo o estado de espírito com que o Governo Regional dos Açores deu o primeiro passo para que o seu Programa fosse discutido nesta Assembleia.

De facto, no passado dia 20 de Novembro, quando o representante do executivo regional entregava ao Sr. Presidente desta Câmara tal documento, e ao ser instado pelos órgãos de comunicação social a dizer o que esperava da oposição, afirmou de forma clara: "Eu, sinceramente, não espero nada! "

Perante tal atitude desmobilizadora e desrespeitadora de qualquer acção da oposição, mais não resta do que basearmo-nos na convicção que cada um tenha para poder analisar, debater e tomar posição relativamente a um documento que, pela lei, ainda, deve ser aprovado por este órgão deliberativo.

O mesmo é dizer, o trabalho dos Deputados da oposição, na análise e discussão do documento, vai valer menos pelo efeito que tenha perante a anunciada surdez do Governo, do que pela convicção que cada um demonstre na defesa e valorização daquilo em que acredita.

De resto, não poderá esquecer-se que se as maiorias determinam as decisões, não poderão, seguramente, impor o silêncio e a inacção, conforme era previsto e, se calhar, desejado.

Passando à análise que me cumpre fazer do Programa ora em discussão, devo dizer que, em termos genéricos, se grande parte da acção do anterior Governo Regional dos Açores, no qual o presente se baseia, na forma e na substância, se poderia resumir na chamada política dos quatro Ps ("Promessas,

Projectos, Propostas Primeiras Pedras"), a primeira sensação que se tem ao apreciar o programa do actual Governo, é a de que se está perante a Política dos três Is ("Ideias, Intenções" e seguramente "Interrogações") que aquelas geram sobre a forma com as mesmas serão postas em prática.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Permitam-me que faça algumas considerações relativamente a duas adoptadas "coroas de glória" do anterior Governo Regional dos Açores e, pelos vistos, do actual.

Refiro-me, em primeiro lugar, ao Emprego, área assumida como positiva na exacta medida do baixo nível das taxas de desemprego na Região em comparação com o resto do país e, alegadamente, como consequência da acção governamental.

Também neste âmbito, algumas Interrogações me ficam perante as Ideias e Intenções do Governo.

A princípio, e tendo em conta que a relação de emprego é estabelecida necessariamente entre duas partes — o trabalhador e o empregador —, não parece potenciador de uma política sustentada, estruturante, equilibrada e activa de emprego, que se foque a atenção da acção governativa apenas numa das partes — o trabalhador.

De facto, em 15 objectivos identificados pelo Governo para este sector, apenas um diz respeito ao empregador e nas 7 medidas propostas, nem uma é relativa a esta indispensável parte da relação laboral.

De tal modo, que poderá considerar-se a política proposta pelo Governo para o Emprego como uma política manca, na forma como acentua quase unicamente uma das duas indissociáveis componentes de tal realidade.

Para o P.S.D., só poderá existir uma política solidária e eficaz de emprego, quando se considerem de forma integrada e equilibrada tanto a parte empregadora como o trabalhador.

Só se atingirá tal desiderato com medidas tendentes a evidenciar que ambas as partes integram de corpo inteiro a actividade produtiva e assumem um papel dinâmico no desenvolvimento económico e social da Região.

Isto sempre numa acção unívoca e consensual e não através de uma prática difusa e conflitual, que justifica por si medidas de protecção e promoção desmesurada de uma das partes, partindo de pressupostos de outros tempos e outras realidades que não se conjugam com as novas exigências da Economia dos nossos tempos e com a realidade social que se quer perspectivadora de um Futuro que se deseja melhor e não conservadora de um Passado e Presente que se pretenda conformar.

Por outro lado, diagnosticando-se as mulheres e os jovens como os detentores das mais altas taxas de desemprego, não são propostas medidas efectivas e concretas para atenuar este que será um dos maiores, se não mesmo o maior, problema de empregabilidade na Região.

Sendo de realçar, em especial, uma preocupação já do presente e seguramente do futuro que reside na dificuldade que a Região vem demonstrando na absorção de jovens licenciados .

Nesta matéria, apenas é evidenciado um objectivo e proposta uma medida, dando-se, assim, tons de excepção àquilo que deveria constituir grande parte do esforço da acção governativa nesta área.

Outra interrogação que se levanta e sobre a qual não se vêm respostas do Governo, tem a ver com o ainda considerável número de desempregados existente, com capacidade activa de trabalho, a beneficiarem de Rendimento Mínimo Garantido, por contraponto à grande falta de mão-de-obra em alguns sectores de actividade que fundamenta a tendência acentuada de entrada de trabalhadores vindos do exterior do arquipélago, tornando-se, assim, necessárias e prementes medidas eficazes de aproveitamento de activos em situação de desemprego com vista a beneficiarem de políticas sociais. Com ligações a este sector, resta dar uma nota positiva pela forma como é vista, genericamente, a formação profissional, integrando-a na área mais ampla da Educação.

Com efeito, a Formação Profissional não deve ser vista como resíduo da formação pessoal de cada pessoa e nessa medida da sociedade.

Deve ser perspectivada integrando um amplo sector de acção política ligado à formação pessoal e social dos cidadãos.

Já não estamos no tempo em que se ia à escola para ter habilitações de modo a garantir emprego e, de forma distinta e separada, se recebia alguma formação profissional para haver adaptação às inovações empresariais.

Hoje, os processos de aprendizagem e formação pessoal devem ser promovidos ao longo da vida e desenvolvidos em todos os contextos, englobando os homens e as mulheres, os empregados e os desempregados os ricos e os pobres, sempre e em todas as idades.

É de relembrar, a este propósito, que já o ano de 1996 foi considerado o "Ano Europeu para a Educação e a Formação ao Longo da Vida".

Porém, se é de elogiar a integração da Formação Profissional no sector mais amplo da Educação, resta questionar a circunstância de continuarem a existir duas Direcções Regionais distintas e com diversas formas de encarar o processo formativo e educativo em causa.

Nessa medida e apesar de constituir competência própria do Governo Regional, parece importante alterar a lógica de organização e funcionamento das estruturas. Parece óbvio que há que viver com a estrutura já existente, mas é necessário reformar, criando novas lógicas integradoras e impulsionadoras das soluções necessárias aos novos tempos.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Outra área objecto do auto-elogio do Governo e respectivos apoiantes, é a das acessibilidades e em especial os Transportes.

Porém, e não querendo ser desmancha prazeres, não posso deixar de evidenciar algumas interrogações sobre a política governamental adoptada para o sector.

No que respeita aos transportes aéreos, em especial os habitantes do Grupo Central do arquipélago, vêm condicionada a sua acção pela forma em como estão definidas as rotas da SATA.

Efectivamente, constata-se que o fluxo aéreo da empresa regional está direccionado para São Miguel de modo a que o escoamento com o exterior seja efectuado pela SATA Internacional.

Se com tal estratégia não se afectasse os interesses dos habitantes dessas ilhas dos Açores, nada de mal viria ao mundo. Porém, a vida dos habitantes das dessas ilhas é muitas vezes condicionada por tal situação.

De facto, acontece muitas vezes que alguém querendo deslocar-se de uma para outra ilha do Grupo Central, não o possa fazer no dia ou hora pretendido sem passar por Ponta Delgada com os necessários e evidentes prejuízos pessoais de tal imposição.

Tal situação só não aconteceu na passada Segunda-feira (ontem), com a deslocação da Terceira para o Faial a ter de ser feita via São Miguel, porque a natureza se revoltou contra tal desvio, obrigando-nos a chegar a esta cidade hoje.

As preocupações que tal realidade encerra, têm a ver com a constatação de que o interesse público das populações açorianas, que deveria presidir às intenções da companhia em causa, acaba por ser preterido em favor da viabilidade económica de uma sua sucedânea a SATA - Internacional.

Com tal estratégia, também acaba por ser afectada a própria realidade arquipelágica, que faz com que sejamos o que somos, exactamente, pelas ilhas que temos e como elas são.

Não poderá nunca ser esquecido que a nossa autonomia reside de forma fulcral na especificidade da realidade geográfica em que assenta, não parecendo curial alterar tal realidade apenas pela justificação económica de uma empresa.

Também, no mesmo sector, fica a interrogação sobre o fim das viagens regulares entre a Ilha Terceira e Toronto e Boston, em prejuízo das necessidades das populações, açorianas e das respectivas Comunidades de Emigrantes, da prática positiva dos últimos anos e, mais uma vez, da própria Geografia que faz com que a Ilha Terceira pudesse assumir, em termos de tráfego aéreo, a função de centralizar as deslocações das demais ilhas do Grupo Central para com as comunidades açorianas na América do Norte.

Ao invés de tudo o que pareceria normal e necessário, o Programa de Governo, em apreciação, não esclarece tais questões, nem sequer as levantando, fazendo, no entanto, gala em apresentar as novas rotas com Lille e Estocolmo — critérios e opções no mínimo questionáveis.

Só se espera que com o futuro domínio da SATA relativamente a todas as ligações regulares dos Açores com o exterior, a Geografia volte a ser o que realmente é e os interesses dos Açorianos imperem.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Como deputado eleito pelo círculo eleitoral da Terceira, permitam-me que deixe mais três interrogações sobre outras tantas situações que, não estando previstas no Programa de Governo, podem ser confrontadas com outras de idêntico teor e importância que, dizendo respeito a outras ilhas, têm tratamento expresso no documento ora em discussão.

Refiro-me, a título de exemplo, à ausência de menção ao Porto de Recreio da Praia da Vitória, a obras no Aerogare Civil da Terceira e ao Porto de Pescas dos Biscoitos.

A propósito, devo referir que, para o Partido Social Democrata, a Região deve promover e desenvolver um plano global de investimentos que potenciem as capacidades próprias das várias localidades do arquipélago e atenuem os constrangimentos naturais e sociais de algumas delas, de modo a fomentar-se um crescimento integrado e equilibrado de todas as parcelas dos Açores, e não, como parece, ser o caso, fazer condicionar tais investimentos a interesses de promoção ou sanção eleitoral que nada têm a ver com a função política reservada a quem tem o encargo de gerir os interesses de uma sociedade.

Perante a análise efectuada e as interrogações levantadas, constata-se facilmente que o Programa em discussão não é, como nunca seria, o nosso, não podendo, por isso, ter a nossa aprovação.

Para além de que não se espera, por aquilo que foi dito no início, uma resposta efectiva por parte do Governo Regional, apenas se pretende que as preocupações e reflexões mencionadas não descensem no chão como poeiras inúteis e invisíveis, mas fiquem a pairar no ar esperando por dias de outras cores e dando diferentes tons a um debate que nunca poderia ser descolorido e cinzento como alguém desprevenidamente poderia esperar.

Disse.

Deputado Victor Cruz (PSD): *Muito bem!*

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Para prestar esclarecimentos tem a palavra o Sr. Secretário Regional Adjunto da Presidência.

Secretário Regional Adjunto da Presidência (Francisco Coelho): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Colegas de Governo:

Um pequeno esclarecimento relativamente a uma questão menor, mas como já foi aqui abordada duas vezes, nomeadamente pelos Srs. Deputados José Manuel Bolieiro e agora pelo Sr. Deputado Clélio Meneses, julgo que é útil esclarecer.

Foi aqui referido que eu, aquando da entrega nesta Casa do Programa do Governo, terei dito a um órgão da comunicação social que me questionou sobre o que é que eu esperava dos partidos da oposição, que não esperava nada.

Efectivamente, num determinado contexto que eu já explico, disse isso, porque entendi essa pergunta inicial como o que é que previa do comportamento dos partidos da oposição. Obviamente que não previa, nem teria que prever, nada.

Seguidamente, foi-me perguntado se porventura fossem apresentadas propostas pelos partidos da oposição, o Governo estaria disposto a estudá-las?

Eu respondi: estudá-las sempre! Com certeza que sim.

Em primeiro lugar, eu gostava de lamentar que numa reportagem que julgo que não terá ultrapassado os 3 minutos, tenha havido dois Srs. Deputados que, possivelmente, tenham visto só o primeiro minutos e, inexplicavelmente, não viram os dois seguintes, ao contrário, por exemplo, do Sr. Deputado Duarte Freitas, por aquilo que eu consegui perceber da sua intervenção, julgo que ouviu todas as notícias, no que se refere à minha intervenção.

Gostava também de dizer, Sr. Deputado Clélio Meneses, que quanto à parte um pouco poética da sua intervenção e à parte inicial, que é uma perspectiva dizer que este é o primeiro Governo com apoio parlamentar, claro do Partido Socialista, mas há outras perspectivas. Podemos dizer que só o VII Governo Regional dos Açores é que não teve nesta Câmara um apoio parlamentar claro, o que torna o caso menos inédito.

Com respeito a estas "poeiras" que vê no presente, relativamente à sua intervenção inicial, eu gostava de lembrar um conselho do dramaturgo Humberto Brecht ao camarada Estaline, quando constou que ele estava meio insatisfeito com alguns comportamentos do povo.

Eu gostava de dizer ao Sr. Deputado Clélio Meneses e aos Srs. Deputados da sua bancada que, se porventura não estão satisfeitos com o comportamento eleitoral do povo, dissolvam o povo e elejam outro.

Muito obrigado.

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Dionísio Sousa.

Deputado Dionísio Sousa (PS): Srs. Presidentes, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária e Srs. Membros do Governo:

O tema que me traz a esta tribuna é o tema das relações externas da Região, no quadro das relações com a União Europeia e a Cooperação com os Estados Unidos, no quadro do respectivo acordo. Tudo isto, no quadro das competências constitucionais e estatutárias que a Região detém.

Alguns dos dados destas questões já foram aflorados em intervenções anteriores, nomeadamente pelo Sr. Presidente do Governo, ou em esclarecimentos prestados, a propósito de perguntas da oposição.

Por esta razão e por limitações de tempo, reduzirei a minha abordagem a uma questão meramente teórica ou abstracta, relativa às competências da Região, na definição da política nacional com a União e de algumas vertentes mais pormenorizadas relacionadas com o Acordo das Lajes.

Começemos, então, Sras. e Srs. Deputados pela temática mais abstracta e teórica das relações da Região com a União Europeia.

Neste aspecto, talvez não seja do ponto de vista histórico considerar que nem sempre é suficientemente sublinhado que os grandes temas do debate político e os motores de muitas transformações políticas giram à volta da definição e do conteúdo de simples conceitos.

Neste aspecto, talvez não seja, do ponto de vista histórico, totalmente errado afirmar que os grandes confrontos políticos passaram a ser, nas sociedades modernas e democráticas, o sucedâneo das antigas guerras de religião, nomeadamente entre o ocidente romano e o oriente bizantino, que tinham sempre por quadro de fundo uma alteração à volta de conceitos.

Lembremos como exemplo caricatural a ingente questão que ocupou horas ou dias um concílio do Século V sobre a possibilidade de se aplicar com rigor, o conceito de homem à mulher e ao homem.

Indo para conceitos mais próximos no tempo e mais interessantes no espaço, lembremos o nosso conceito familiar de autonomia, com a sua variada adjectivação histórica — administrativa, distrital, regional, política, político-administrativa, progressiva, tranquila e, finalmente cooperativa.

Podemos lembrar, a esse propósito, a batalha que a Região trava neste momento nas instâncias comunitária para impor o conceito de produção dominante em Região Ultraperiférica.

Ou então podemos lembrar outros dois conceitos que nos são igualmente familiares como os de insularidade e periferia.

Aquele, como contraponto de outro conceito, com que se chegou a tentar confrontá-lo — o de interioridade. Qualquer deles sujeitos a uma tentativa de graduação e operacionalização como os conceitos compostos de dupla insularidade, ou ainda de insularidade açoriana e insularidade madeirense — a primeira mais arquipelágica e a outra menos arquipelágica. Ou ainda, atentarmos na gradação e graduação do conceito de periferia com a sua maximização no conceito de ultraperiferia.

Acrescentemos a todos estes, mas ainda no mesmo domínio, os conceitos opostos e contrastantes de centralidade e até o de capitalidade. À volta deste último, até se chegou a falar, e não só no continente português, de custos de capitalidade para contrapor a custos de periferia ou de insularidade.

Uma primeira observação a fazer sobre este leque de conceitos é que, politicamente, alguns são nados mortos ou porque não têm condições político-sociais para se imporem ou porque se impõem de facto, sem necessidade do conceito.

A outra observação pode assumir a forma de uma pergunta:

Que ligação tem, quanto atrás fica dito, com as relações com a União Europeia?

A conexão entre uma coisa e outra está no facto, como procurarei elucidá-lo a seguir, de a consagração constitucional e estatutária das competências da Região nesta matéria ter por pano de fundo os conceitos, embora nunca explicitamente invocados, de subsidiariedade e parceria.

Com sabemos, Sras. e Srs. Deputados, estes dois conceitos, embora muito antigos, foram reintroduzidos no léxico político pela construção europeia, e a conseqüente exigência de novos modelos conceptuais, para as relações entre Estados e regiões, entre estados-membros e entidades infraestaduais, poderes estaduais e poderes regionais e locais.

Vejamos, em primeiro lugar, como se encontram definidos estes conceitos de subsidiariedade e parceria nos textos comunitários.

Tentemos perceber, em seguida, como se encontram transpostos ou vazados, explícita ou implicitamente, na CRP e nos Estatutos da Região.

Como sabemos, o princípio da subsidiariedade encontra-se vertido no Tratado de Maastricht, nos seguintes termos:

“A Comunidade actuará nos limites das atribuições que lhes são conferidas e dos objectivos que lhe são cometidos pelo presente Tratado. Nos domínios que não sejam das suas atribuições exclusivas, a Comunidade intervém apenas de acordo com o princípio da subsidiariedade, se e na medida em que os objectivos da acção encarada não possam ser suficientemente realizados pelos estados-membros e possam pois, devido à dimensão ou aos efeitos da acção prevista, ser melhor alcançados ao nível comunitário”.

Por sua vez, o princípio da parceria, associado à ideia de complementaridade, encontra-se explicitado no regulamento dos fundos comunitários, nos seguintes termos:

“As acções comunitárias serão concebidas como complemento das acções nacionais correspondentes ou como contributo para as mesmas. Estas acções serão adoptadas numa estreita concertação, a seguir designada “parceria”, entre a Comissão e o estado membro, assim como com as autoridades e organismos designados pelo estado-membro no quadro das respectivas regulamentações e práticas nacionais, nomeadamente as autoridades regionais e locais e outras autoridades públicas competentes, os parceiros económicos e sociais, e quaisquer outros organismos competentes neste contexto.

Depois de se afirmar no texto Comunitário que a parceria será conduzida na plena observância das competências institucionais, jurídicas e financeiras de cada parceiro, e ainda que, assim, o estado-membro cria uma ampla e eficaz associação de todos estes organismos e, depois de acrescentar que a parceria abrangerá a preparação, o financiamento o acompanhamento e a avaliação, afirma-se que: “em aplicação do princípio da subsidiariedade (só para vermos como os dois conceitos estão ligados), a execução das intervenções é da responsabilidade dos estados-membros ao nível territorial adequado.”

Passemos agora, às disposições legislativas que definem as atribuições da Região em matéria de relações externas. Elas encontram-se consagradas em quatro alíneas do nº 1 do artigo 227º (t, v, u, x) da CRP, nos seguintes termos:

"Participar nas negociações de tratados e acordos internacionais que directamente lhes digam respeito, bem como nos benefícios deles decorrentes.

Estabelecer cooperação com outras entidades regionais estrangeiras e participar em organizações que tenham por objecto fomentar o diálogo e a cooperação inter-regional, de acordo com as orientações definidas pelos órgãos de soberania com competência em matéria de política externa;

Pronunciar-se por sua iniciativa, ou sob consulta dos órgãos de soberania, sobre as questões da competência destes que lhes digam respeito, bem como, em matérias do seu interesse específico, na definição das posições do Estado Português no âmbito do processo de construção europeia;

Participar no processo de construção europeia, mediante representação nas respectivas instituições regionais e nas delegações envolvidas em processos de decisão comunitária quando estejam em causa matérias do seu interesse específico."

Como sabemos também, Sras. e Srs. Deputados, estes últimos três aspectos encontram-se “ipsis verbis”, isto é, sem qualquer delimitação ou diferenciação, atribuída indiferenciadamente pelo Estatuto, à competência política da Assembleia, no seu artigo 30º (alíneas i, j, l,) e a totalidade deles, à competência genérica do Governo Regional, no artigo 60º (alíneas h), L), j).

Para além desta sobreposição de competências que, em boa lógica, caberia ao Estatuto delimitar, e da atribuição exclusiva ao Governo Regional da competência “para participar nas negociações de tratados e acordos internacionais que directamente nos digam respeito, bem como nos benefícios deles decorrentes”, — confesso que ao ler de novo esse trabalho, essa disposição, surgiram-me algumas dúvidas sobre a constitucionalidade de uma divisão estatutária que restringe apenas para o Governo Regional uma competência que é atribuída na Constituição genericamente à Região, mas deixo aqui a dúvida apenas com o peso que ela tem e também considerando o facto de que só me ocorreu agora — o Estatuto acrescenta às competências desta Assembleia o poder “para definir as grandes orientações de intervenção da Região no processo de construção europeia e acompanhar e apreciar a actividade desenvolvida nesse domínio pelo Governo Regional, designadamente através da aprovação de moções de orientação e de instrumentos de enquadramento do desenvolvimento económico e social”.

Permitam-me, Srs. Presidentes e Sras. e Srs. Deputados, algumas observações que me parecem ressaltar desta visão sinóptica, entre textos comunitários e textos constitucionais e estatutários portugueses.

Este paralelismo parece-me apontar para várias tarefas, a serem prosseguidas na presente ou próximas legislaturas.

Os princípios que inspiram os textos constitucionais e estatutários parecem os mesmos. Com a diferença, que, nos textos comunitários os princípios estão explicitados, nos textos da legislação nacional, não estão.

Que estas disposições tem por base os mesmos princípios e a mesma inspiração, não parece haver razão para dúvidas.

Os textos constitucionais enquadram um modelo que se podia chamar de subsidiariedade na parceria e de parceria na subsidiariedade.

Esta última fórmula tipificando o regime constitucional de separação de poderes e de repartição de competências entre o Estado e as regiões autónomas. E a primeira, compendiada nas competências que respeitam às regras de cooperação, consulta, audição e colaboração, entre os órgãos políticos e administrativos da República e da Região.

Poderá perguntar-se, se haverá vantagem na sua explicitação constitucional e estatutária?

Observemos, em primeiro lugar, que este parece ter sido o caminho encetado na última Revisão Constitucional de 97, introduzindo-se, no artigo 6º, da CRP o princípio da subsidiariedade dizendo-se: “O Estado é unitário e respeita na sua organização e funcionamento o regime autonómico e insular e os princípios da subsidiariedade, da autonomia das autarquias locais e da descentralização democrática da Administração Pública”.

Um comentador desta alteração observou que “a introdução do princípio da subsidiariedade é um passo relevante no sentido da necessária aproximação das decisões políticas aos seus destinatários”. Julgo também, que é uma tarefa a prosseguir, no proveito não só das pessoas, mas também das regiões.

O reforço das estruturas de cooperação inter-regional, sob a forma de parceria, parece uma exigência incontornável para as novas condições que as regiões menos desenvolvidas como a nossa, terão de defrontar, na perspectiva do futuro alargamento da União.

O desafio é de todos conhecido e está dimensionado e quantificado.

É sabido que as suas consequências não tem equivalente nos anteriores alargamentos, ou seja, na sucessiva passagem da Comunidade a nove, a doze e a quinze estados-membros.

O alargamento em curso quase vai duplicar as disparidades na União.

Segundo os dados estatísticos disponíveis, a população da União Europeia registará um acréscimo de 28%, enquanto o PIB crescerá apenas 11%. A relação entre as regiões mais ricas e as mais pobres, que é da ordem de 1 para 5, na actual Europa dos Quinze, passará de 1 para 9 na Europa futura de 28 estados membros.

Em contraste com esta perspectiva, o esforço de coesão económica e social, e sobretudo territorial, parece estar em baixa .

A redução das disparidades territoriais foi a aposta da Política Regional Europeia lançada nos anos 80, por decisões que financeiramente, privilegiaram a coesão entre países e portanto, entre cidadãos europeus.

Este esforço, comparável a um novo Plano Marshal, atingiu 36% do orçamento comunitário em 1999, ou seja, 0,46% do PIB comunitário.

Os fundos estruturais, principais instrumentos desta política, actuaram como uma alavanca de desenvolvimento tendo aumentado consideravelmente as ajudas a favor do reforço da competitividade das regiões menos desenvolvidas ou afectadas por problemas estruturais.

Desde 99, porém, esta política e os seus meios foram revistos em baixa, com a decisão de estabilizar o orçamento destinado a garantir a coesão interna da União e a preparar o alargamento, em 0,31% do PIB comunitário em 2006.

Esta descida coloca um problema de curto prazo. Saber se os meios orçamentais previstos são suficientes para a integração plena dos actuais e novos membros. Mas coloca, principalmente, um problema de fundo, quanto ao futuro das políticas de coesão territorial a nível da União alargada e quanto aos meios que pretende dispender para o êxito de um modelo europeu integrado e equitativo. A este novo contexto europeu, propõe-se o Governo Regional responder, no seu programa, com três medidas:

Reforçar a sua participação nos organismos europeus de cooperação inter-regional;

Aumentar a representação açoriana ao nível da representação portuguesa permanente em Bruxelas e abrir nesta cidade uma delegação para representação dos interesses regionais, em parceria com os parceiros sociais regionais, que revelarem esse interesse;

Criar na orgânica do Governo um núcleo competencial reapetrechado tendo em vista o melhor acompanhamento das questões europeias, a defesa dos nossos interesses específicos e a boa execução do III QCA;

Como se percebe, tudo isto é condição para habilitar o Governo Regional a participar activamente na definição dos contornos de uma nova política regional comunitária de competitividade, de acessibilidade, de qualificação e de emprego em que, a coesão territorial se torne um elemento indispensável da coesão económica e social.

Esta política só pode ser conduzida, sob a forma de parceria entre as instituições da União, os Estados e o conjunto das comunidades territoriais.

A pergunta que não resisto a colocar, aqui e agora, Sras. e Srs. Deputados, é se esta Assembleia também terá consciência e sentirá a necessidade, de — volto a citar as palavras do programa do Governo — “Criar e aperfeiçoar na sua orgânica, um núcleo competencial reapetrechado, tendo em vista o melhor acompanhamento das questões europeias, a defesa dos nossos interesses específicos e a boa execução do III QCA”?

Há, sobretudo, uma questão que não pode ser escamoteada, sobre estas matérias.

A CRP dispõe peremptoriamente, no corpo do nº 1 do artº 227º, que os Estatutos devem “definir” os poderes regionais. Todos sabemos que definir é delimitar, distinguir, estabelecer limites e fronteiras.

Será que se pode considerar esta tarefa satisfatoriamente cumprida, quando os actuais Estatutos se contentam em atribuir — não chegando a distribuir — as mesmas competências, exactamente nos mesmos termos, pela Assembleia e pelo Governo Regional, todas e cada uma das competências, que nesta área, a CRP atribuiu à Região?

Srs. Presidentes, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária e Srs. Membros do Governo:

Esta intervenção já vai mais longa do que seria desejável para a direcção da minha bancada.

Por isto mesmo, vou terminar, chamando a atenção da Câmara, para a fase de viragem em que se encontram as relações da Região com os Estados Unidos, no quadro do Acordo das Lajes.

Como é de todos conhecido, estas relações passaram, até meados dos anos oitenta, pela fase, das contrapartidas financeiras.

Esta fase foi, simultaneamente, muito vantajosa e pouco exigente para a Região. A Região limitava-se a receber as contrapartidas e aplicá-las em programas de investimentos.

Se dificuldades havia, era mais com o Governo Português, na transferência atempada das verbas do Acordo ou mesmo na sua antecipação.

Mas, logo que os americanos se lembraram de alegar que Portugal e os Açores, tendo entrado no clube dos países ricos e desenvolvidos da Comunidade, podiam dispensar a esmola dos dólares americanos, o então, Governo da República de Cavaco Silva e o então Ministro dos Negócios Estrangeiros Durão Barroso, quase sem darem tempo ao Governo da Região para tomar conhecimento do novo texto do Acordo, assinou-o, se bem me recordo, quase no mesmo dia em que o representante da Região era nomeado para o cargo.

O resultado foi passarmos para uma nova fase de cooperação com os americanos, de nível ou modelo terceiro mundista.

Algo de semelhante ao que alguns partidos entendem que deveria ser o rendimento mínimo garantido, ou seja, concedido directamente em géneros, para evitar os abusos “escandalosos” daqueles que, muitas vezes, há gerações, vivem abaixo do limiar da pobreza absoluta.

Transitámos assim, rapidamente para a fase de cooperação ao nível da sucata, das migalhas, dos excedentes, e das sobras arqueológicas do material militar e do equipamento civil.

Os exemplos maiores desta fase foram os célebres rebocadores para o porto da Praia, que valiam tostões para quem os dava e custariam milhões para quem os recebia, e dos depósitos de combustível que nem ao mais engenhoso sucateiro aproveitariam.

É, na transição desta, para outra fase que nos encontramos.

Outra fase, em que consigamos tirar partido do melhor que os americanos têm para nos dar, exactamente, como eles nos utilizam, no melhor que temos — a nossa posição geo-estratégia.

E o melhor que eles nos podem dar, pode ser e deve ser muito e bom.

Pode e deve ser um tratamento justo e humano para os nossos deportados da terra deles, muitas vezes simples vítimas indefesas da sociedade americana e do seu sistema judiciário e prisional.

Pode e deve ser a reparação e recuperação dos danos ambientais e paisagísticos gravíssimos, que os interesses militares americanos e a incúria militar e civil nacional e regional, espalhou pelos quatro cantos da Terceira. E que o actual Acordo nem prevê, nem acautela.

Pode e deve ser a melhoria e o incremento da cooperação na área científica e tecnológica, que se tem revelado frutuosa, precisamente também, porque é exercida entre iguais de ambos os lados, de universitários portugueses para universitário americanos, de técnicos americanos para técnicos portugueses.

Pode e deve ser, mais do que tudo, o alargamento desta cooperação para outras áreas, como a educação, a cultura, a arte, o desporto, a protecção civil, os bombeiros, etc..

Já pensaram Sras. e Srs. Deputados, quantos festivais de música, de todos os géneros e para todos os gostos, começariam a desfilar por toda a Região se, fizessem escala nos Açores, ao abrigo da cooperação, 0,00001% das orquestras, conjuntos e bandas americanas?

E no domínio da arte, em geral? E no aspecto da formação, em qualquer destes domínios?

Pode ser um manancial inesgotável e contínuo.

Só que...só que... os americanos são especialistas na cooperação com o terceiro mundo e em concordância com este modelo, por vezes, com mais proveito para eles próprios do que para o terceiro mundo. Mas parecem ter notórias dificuldades e resistências em termos de cooperação de nível do primeiro ou segundo mundo.

É mais um domínio, em que este Governo e esta maioria andando fará caminho.

Srs. Presidentes, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária e Srs. Membros do Governo:

O Primeiro Governo Regional do Partido Socialista, em condições políticas especialmente difíceis e adversas, conquistou e mereceu conquistar a confiança dos açorianos.

O segundo Governo Regional do Partido Socialista tem todas as condições políticas, asseguradas pelo voto popular, para corresponder à confiança que o primeiro conquistou e mereceu.

A nossa convicção profunda é que, com este programa e a experiência fecunda do anterior Governo, que o actual colhe e recolhe, em pessoas, valores e princípios, este Governo o conseguirá plenamente.

Os açorianos esperam-no e merecem-no.

E todos nós, neste Parlamento, temos o direito e o dever de exigí-lo.

Disse

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.

Deputado José Decq Mota (PCP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente Sra. e Srs. Membros do Governo:

Ao iniciar nesta tribuna a participação do Grupo Parlamentar do PCP nos trabalhos desta Legislatura, permita-se-me que saúde todos as senhoras e senhores Deputados que constituem esta Assembleia e que cumprimente o Governo Regional que agora inicia funções. Permita-se-me ainda que reafirme de forma clara e precisa que o Grupo Parlamentar do PCP, eleito pela CDU, irá dar continuidade, aprofundando, ao trabalho parlamentar que desde 1984 as representações Parlamentares do PCP procuraram realizar.

Iremos dar o nosso contributo para a dignificação deste que é o principal órgão da Autonomia Regional participando, apresentando propostas, levantando problemas e questões, representando efectiva e claramente os eleitores. Nortearmos a nossa acção política por um objectivo essencial: o aprofundamento da democracia nas suas vertentes política, económica, social e cultural. Procuraremos contribuir para que haja, em todas as circunstâncias, equilíbrio e oportunidade nas decisões. Questionaremos tudo o que houver a questionar sem prejuízo de uma postura aberta e dialogante com todas as bancadas e com o Governo. Procuraremos tratar, com igual profundidade, os grandes problemas regionais de âmbito institucional, político, económico e social e os problemas específicos das diversas ilhas. Trabalharemos com afinco, com empenho e com convicção na defesa dos interesses dos Açores e dos Açorianos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

As recentes eleições regionais deram uma significativa vitória de 49% dos votos expressos ao Partido Socialista, que pela distribuição que resulta do sistema eleitoral em vigor, deu lugar a uma folgada maioria absoluta com 56,6% dos mandatos desta Assembleia.

Em termos institucionais voltámos a ter, tal como aconteceu entre 76 e 96, um Governo com apoio parlamentar maioritário e é exactamente o programa desse Governo que está a ser apreciado.

Como é sabido a força política que represento deu sempre opinião contrária à existência de maioria absoluta parlamentar. Conservamos e mantemos, legitimamente, essa opinião o que não nos impede, naturalmente, de respeitar a opção do eleitorado.

Respeitar, verdadeiramente a opção do eleitorado implica, por outro lado, ter a noção perfeita das obrigações democráticas que cabem a quem se opõe a uma maioria absoluta.

Para que a alegada estabilidade não se transforme em imobilismo e para que a capacidade de resolver as questões num âmbito partidário restrito, não evolua para qualquer tendência mandonista, é necessário que haja, nesta Assembleia, um elevado debate político, sustentado na realidade sentida, que seja expressão dos problemas concretos e no qual os cidadãos e as populações se revejam, quer no que toca a conteúdos, quer no que respeita ao peso que esse debate tem que ter na evolução das medidas.

É também necessário que existam propostas que sejam alternativas possíveis às soluções consideradas inadequadas e incompletas, como é necessário que haja convergência de posições e de esforços sempre que tal se afigurar como possível.

Esta Assembleia terá que ser, perante as perspectivas pouco risonhas que realmente marcam o futuro, um órgão político muito vivo onde a qualidade dos debates, coexista com a frontalidade das opiniões e com o rigor e correcção dos procedimentos.

O Grupo Parlamentar do PCP vai, neste quadro de maioria absoluta, trabalhar com estas preocupações e orientações, ciente de que assim estará a contribuir para a consolidação da democracia e para a valorização da autonomia e que estará, principalmente, a contribuir para que os açorianos percebam, profundamente, a razão de ser da sua Assembleia Legislativa Regional.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Ao entrar em questões concretas tratadas no Programa do Governo e que marcam a nossa vida económica e política, não posso deixar de fazer nesta primeira intervenção, algumas referências e registar algumas opiniões no que respeita à agro-pecuária.

Em primeiro lugar, queria referenciar, que mais que o que está escrito no Programa ou do que foi dito na intervenção de apresentação, tem real importância política algumas das respostas que o Sr. Presidente do Governo deu aos pedidos de esclarecimento que eu e outros deputados lhe dirigiram.

Ficou a saber-se, nomeadamente, que o Governo pensa que a “adequada quantificação da quota do leite” pode ser resolvida pela exclusão do leite de consumo interno, pela realização de operações de resgate e pela redução forçada que medidas de defesa sanitária irão provocar.

Sendo esta a posição do Governo, queria manifestar a nossa discordância desta perspectiva, que está muito aquém da capacidade de produção que foi criada nos últimos 10 anos, principalmente por via do aumento de produtividade de cada animal.

A lavoura açoriana percebeu, no início da década, que só podia manter o seu rendimento conseguindo um aumento substancial da produtividade; os sucessivos governos incentivaram esse tipo de modernização. Assim chegámos a uma situação em que a capacidade produtiva instalada ultrapassou o limite estabelecido pela quota.

Quando foram negociadas as actualizações de quota o Ministro da Agricultura não defendeu, que se saiba, uma adequação das quantidades à realidade açoriana desse momento.

Entretanto o Estatuto da Ultraperiferia foi consagrado no tratado da União o que abriu a porta, tal como propusemos em 99, à criação de uma medida de excepção que permita que esta produção vital seja defendida.

Estamos de acordo com o Sr. Presidente do Governo quando diz que é necessário “uma quantificação adequada da quota do leite”. Mas estamos em desacordo com o Sr. Presidente do Governo, tudo o indica, no que respeita àquilo que se tem que considerar “uma quantificação adequada”.

É de fundamental importância proteger a actual capacidade produtiva leiteira, porque é de fundamental importância proteger os níveis de rendimento da lavoura.

É também de fundamental importância proteger, tal como ela merece, a credibilidade da carne açoriana, sendo por isso oportuno e a nosso ver indispensável, que neste debate, seja dada uma informação global sobre todos estes aspectos ligados ao recente aparecimento de uma cabeça de gado importada, contaminada com BSE.

As linhas de política sobre a agro-pecuária estão muito condicionadas por estes dois problemas, por isso, em sede de apreciação do Programa do Governo, é essencial que o Governo dê todos os elementos sobre os problemas referidos

Disse.

Muito obrigado.

Presidente: Para prestar esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Presidente de Governo Regional dos Açores.

Presidente de Governo Regional dos Açores (Carlos César): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Deputado José Decq Mota:

Eu gostava de clarificar aqui um posicionamento que, indiscutivelmente, será o de todas as forças políticas, incluindo o Governo.

O ideal seria haver quotas para todos, menos para nós.

Se isso pudesse acontecer, e não temos vergonha de o dizer, seria a situação ideal para os Açores, mas como é obvio, isso não nos parece possível de realizar.

O ideal, a seguir, é termos uma quota sensivelmente superior às nossas expectativas de produção nos próximos anos, se se mantiver uma taxa de crescimento à semelhança da campanha de 99/2000.

Porém, o ideal é termos capacidade de assegurar os compromissos que celebramos com a lavoura e com os agricultores, o de defender o nível de produtividade de 1999/2000, o de defender a imunidade dos agricultores em relação às penalizações correspondentes, ou por via da autorização de auxílios de Estado, ou por via da assunção dessas penalizações por parte do Estado na posição de infractor.

É esse o dossier que temos entre mãos.

Dizer que queremos ainda mais quota do que aquela que hoje corresponde ao autoconsumo, todos nós podemos dizer, todos nós dizemos e nós temos dito isso com insistência, desde que todas estas questões se colocaram no plano negocial.

Uma coisa é aquilo que é desejável, outra coisa é aquilo que é possível.

Será muito desagradável para os Açores não conseguir qualquer progresso nessa matéria. Será agradável para os Açores romper com uma situação que parece profundamente arreigada ao comportamento da política agrícola comum, que é a de evitar derrogações ou quaisquer adaptações a outras regiões, inclusive às regiões ultraperiféricas. É este o combate actual.

Todos nós estamos de acordo quando dissermos que o desejável é não haver quota para os Açores e haver quota para todos os outros, mas isso não é, aparentemente, praticável no quadro das preocupações e dos condicionamentos actuais que se vivem no âmbito da política agrícola comum na União Europeia.

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Sr. Presidente da Assembleia Legislativa Regional, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Srs. Membros do Governo Regional:

A responsabilidade de apresentar a esta Assembleia as linhas orientadoras do Programa do VIII Governo Regional cabe novamente ao Partido Socialista, em consequência do resultado inequívoco das eleições de 15 de Outubro deste ano.

Durante a última legislatura, tivemos como principal objectivo, reequilibrar as Finanças Regionais, restaurar a confiança dos investidores no Estado, melhorar as acessibilidades, baixar os custos com os factores ligados à produção de bens e serviços na Região, enfim, revitalizar o tecido produtivo, aumentar o emprego e dar os primeiros passos para que o turismo, que viveu um estado de latência durante muitos anos, sofresse um enérgico impulso.

Com efeito, a partir de finais de 97, os diversos sectores da actividade económica apresentaram um novo dinamismo. O consumo de cimento é disso um retrato exemplar. Enquanto que em 94 e 95 o consumo de cimento andava à volta das 160 mil toneladas, nos anos de 98 e de 99, estes valores passaram, respectivamente, para 275 e 285 mil toneladas, ou seja, um crescimento da ordem dos 80% em apenas 3 anos.

Os últimos dados do Serviço Regional de Estatística demonstram também que este ano a construção civil continua em alta, ou seja, de Janeiro a Setembro deste ano, já se consumiram 210.536 toneladas de cimento. Nunca se construiu tanto na Região, quer seja devido ao esforço público, quer seja devido ao esforço dos privados.

Mas se olharmos para outros sectores da nossa economia, o mesmo se verifica. Os anos de 98, 99 e 2.000 demonstraram um forte dinamismo do comércio por grosso e a retalho. A título de exemplo mencione-se o número de carros vendidos em 96, que foi de 3.178, contra os 5.842 vendidos em 99, ou seja, um aumento também próximo dos 80% em apenas três anos.

Durante o corrente ano, e de Janeiro a Agosto, já foram vendidos 4.002 carros, sendo certo também que este ano o número de carros comerciais ultrapassará em muito o ano de 99.

O mesmo se verifica com o consumo de electricidade, que passou dos normais 3 a 4% ao ano, para os 8.5% ao ano em 98 e 99. Também foram as actividades ligadas ao sector produtivo que mais cresceram, nomeadamente a indústria, o comércio e a hotelaria, que aumentaram os seus consumos a ritmos superiores a 10% ao ano.

O número de empresas dos Açores a receber, a nível nacional, os prémios de excelência atribuídos pelo IAPMEI, Caixa Geral de Depósitos e Banco Ultramarino, duplicou de 98 para 99 e, segundo recentes informações, este ano, a 12 de Dezembro, sofrerá um novo e significativo aumento em relação a 99.

Na área do Turismo, os sucessivos crescimentos das dormidas de 98, de 99 e certamente deste ano, vieram dar uma nova confiança ao sector que vive hoje momentos de grande optimismo em relação ao futuro. A baixa das tarifas aéreas e uma promoção da Região mais agressiva, por parte do Governo, aliás merecedora de primeiros prémios a nível nacional, e também por parte dos privados vieram imprimir uma nova dinâmica ao sector. Começam a surgir, por todas as ilhas, e repito, por todas as ilhas, novos projectos de investimento. As ligações directas dos Açores com o exterior, umas por iniciativa dos privados, outras por iniciativa da SATA Internacional vieram dar um novo fôlego a esta actividade. A esse respeito informo o Sr. Deputado Clélio Meneses, que as ligações da SATA Internacional com o exterior, obedece ao princípio da rentabilidade económica, ou seja, o Governo está impedido de subsidiar esta empresa.

Todas as rotas locativas que sirvam os interesses dos Açores, serão certamente exploradas pela SATA Internacional.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Muito se fez nestes últimos 4 anos. Os Açores passaram a ser uma das Regiões com a mais baixa taxa de desemprego do país e certamente uma das mais baixas da Europa. Criaram-se mais de uma dezena de milhar de postos de trabalho no decorrer dos últimos 4 anos. O terceiro trimestre deste ano indicava uma taxa de desemprego de 2.6% e uma população empregada à volta dos 99.116 trabalhadores contra, por exemplo, os 86.930 empregados em 95.

O sector empresarial do Estado está mais dinâmico e as suas áreas de negócio cresceram. A iniciativa privada investiu, modernizou-se e está mais saudável. Só nos últimos 4 anos o sector industrial e as empresas de construção civil receberam do PEDIP e do SIRAPA cerca de 4 milhões de contos de incentivos.

Os sectores do comércio e dos serviços receberam do SIRALA, PROCOM, RIME, SAJE e ICPME cerca de 5.6 milhões de contos de incentivos e o sector do turismo recebeu do SIFIT e do SITRAA cerca de 4 milhões de contos de incentivos.

Porém, cada nova meta alcançada implica necessariamente o surgimento de novos desafios. O cumprimento do Programa do VII Governo Regional originou nos diversos sectores da actividade novas prioridades que serão agora motivo da concentração de esforços públicos e privados.

A revolução que está a ocorrer na área das comunicações, e do comércio electrónico está já a introduzir novas formas concorrência com consequências importantes em todas as actividades económicas. A designada revolução digital exige da parte de todos nós um grande esforço de contínua aprendizagem e de actualização. Este é um enorme desafio já encetado durante a vigência do VII Governo Regional, mas que surgirá ainda com maior acuidade durante esta legislatura. Como é do vosso conhecimento, e por iniciativa do Governo Regional dos Açores, foi possível inscrever, no Programa do Governo da República, uma medida tendente à redução do tarifário das comunicações entre os Açores e o Continente, que deve obedecer ao princípio destas não terem um preço superior às mais altas tarifas dentro do território nacional. O Instituto das Comunicações de

Portugal, a Direcção Geral do Comércio e Concorrência, e a Direcção Regional dos Transportes e Comunicações e a Portugal Telecom estão, neste momento, em conversações para que a partir do início do próximo ano se venha operar uma nova baixa no tarifário das comunicações dos circuitos dedicados entre os Açores e Continente. Trata-se de uma enorme conquista que assume particular importância numa Região ultraperiférica, como a nossa.

O aumento do custo dos combustíveis verificado no decorrer deste ano e a valorização do Dólar face ao Euro obriga a um esforço concertado por parte do Estado e das empresas para racionalizar os seus processos produtivos de forma a torná-los mais eficientes e menos dependentes da energia fóssil. Obriga também a uma política já encetada durante a última legislatura de aumento da produção de energias renováveis, nomeadamente da energia geotérmica, eólica e hídrica, com vista a tornarmos cada vez menos dependentes da flutuação do dólar ou do barril de petróleo. O recente êxito alcançado na fase B da Geotermia, que é já responsável por 43% da energia eléctrica produzida em São Miguel, deixa-nos antever novos desenvolvimentos, tanto nessa ilha, como na Terceira. Estão também em marcha a renovação, ampliação e modernização dos diversos parques eólicos e das diversas centrais hídricas dos Açores. Não escondemos que este súbito aumento dos combustíveis no decorrer do ano 2000 irá necessariamente obrigar a alguns acertos no sistema tarifário dos transportes aéreos e marítimos.

O aumento das taxas de juro verificado no decorrer de 99 e de 2000, é outra condicionante importante a ter em conta na estratégia de desenvolvimento da nossa Região. Embora estejamos longe dos valores de alguns anos atrás, e de termos nos Açores taxas de juro iguais às dos outros países da União Europeia, o facto é que esta subida irá mais tarde ou mais cedo ter alguns reflexos no investimento produtivo.

Contudo, quer o aumento dos combustíveis, quer o aumento das taxas de juro, é um fenómeno conjuntural que afecta a todos. Há que conviver com ele, há que ser mais selectivo e rigoroso nos investimentos a realizar, há que fazer reflectir nos diversos processos produtivos os custos reais de cada operação. Nas economias ditas ocidentais, tal não tem representado nenhum impedimento ao forte crescimento económico que aí se tem feito sentir.

A situação de quase pleno emprego nos Açores coloca-nos novos desafios ao nosso desenvolvimento. Se queremos continuar a crescer aos ritmos actuais, sem entrada massiva de mão-de-obra vinda do exterior, com os efeitos nefastos que tal sempre acarreta, nomeadamente na manutenção da harmonia social tão característica dos Açores, temos de fazer um enorme esforço para aumentar a produtividade das empresas. Tal consegue-se com a adopção de novos métodos de trabalho, flexibilidade de funções, inovação tecnológica e qualificação profissional.

É verdade que ainda temos uma baixa taxa de actividade do sector feminino, 28% para as mulheres, contra 55% para os homens, e que em parte as novas unidades hoteleiras poderão aí buscar alguma mão-de-obra, mas só poderemos captar verdadeiramente este sector, se adoptarmos uma política remuneratória diferente. Aqui vai mais uma vez a diferença entre a quantidade massificadora e a qualidade que permite a preservação do nosso equilíbrio ambiental e social.

É por isso que os novos sistemas de incentivos que estão na fase final de discussão pelos diversos parceiros sociais privilegiam a qualificação profissional, a certificação de sistemas de garantia de qualidade e a mais valia ambiental.

Não existem prémios para a criação de postos de trabalho, ao invés do que ocorreu no passado, mas sim para quem apresentar, por exemplo, 75% dos seus trabalhadores com qualificação profissional reconhecida. É por isso que o novo sistema de incentivos, aprovado por unanimidade nesta Assembleia e já enviado a Bruxelas para notificação assume capital importância.

A manutenção do equilíbrio social existente nos Açores obriga-nos a uma atitude selectiva em relação ao nosso futuro. Temos condições para optar por um desenvolvimento económico que privilegie a qualidade ambiental e esteja intimamente ligado ao aproveitamento dos nossos recursos naturais e humanos. É esta a opção que melhor serve a população dos Açores, é esta a opção onde podemos ter vantagens comparativas, é esta a opção que melhor remunera os nossos trabalhadores, respeita a nossa qualidade de vida e que melhor se adequa às nossas condições geográficas e sociais.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Gostaria agora de uma forma sumária traçar os principais objectivos dos diversos sectores que são tutelados pela Secretaria Regional da Economia e que fazem parte do Programa do VIII Governo Regional aqui apresentados.

No que diz respeito ao capítulo referente à melhoria das acessibilidades e diminuição dos custos da economia insular, merecem realce os seguintes objectivos:

- continuar o esforço de melhoria da operacionalidade dos aeroportos, aeródromos e aerogares dos Açores bem como dos sistemas de ajuda à navegação aérea;
- continuar a política de reabilitação, reordenamento e reapetrechamento das diversas infraestruturas portuárias dos Açores;
- estabelecer um novo sistema de tarifas portuárias e uma gestão portuária mais racional e eficaz;
- estimular a modernização da frota de tráfego local; estimular a reconversão e a reabilitação dos vários combustíveis, existentes nas diversas ilhas dos Açores;
- garantir o processo de convergência do tarifário eléctrico no todo nacional;
- diminuir a dependência da Região em relação aos combustíveis fósseis, incentivando a produção de energias renováveis;
- promover a eficiência e a poupança na utilização da energia;
- assegurar que os Açores sejam abrangidos pelos novos serviços de telecomunicações de âmbito nacional, nomeadamente a televisão digital terrestre;
- garantir, em conjugação com o Governo da República, uma redução progressiva dos custos das comunicações entre ilhas e destas com o exterior.

No que diz respeito às políticas dirigida ao sector do turismo, merecem realce os seguintes objectivos:

- estimular a expansão e a modernização da oferta de alojamento turístico;
- aumentar e valorizar a oferta de animação turística e de equipamentos complementares;
- estruturar e diversificar a oferta de produtos turísticos;
- reforçar os mecanismos que estimulem o aumento da competitividade das empresas do sector;
- estimular a melhoria dos serviços de transporte aéreo e marítimo de passageiros;
- fomentar a promoção do destino turístico Açores;
- promover a qualificação dos profissionais para o sector.

A política dirigida ao sector industrial regional, para o próximo quadriénio, centrar-se-á nos seguintes objectivos:

- favorecer o aumento da produtividade, através da inovação tecnológica, qualificação dos recursos humanos e melhoria das eficiências energética e ambiental;
- apoiar o aprofundamento da especialização das actividades industriais tradicionais;
- incentivar a deslocação das indústrias existentes para Parques e Zonas Industriais;
- incentivar a utilização eficaz das tecnologias de informação;
- apoiar as empresas, associações e cooperativas de artesanato, numa perspectiva de desenvolvimento local.

A política dirigida ao sector comercial regional, para o próximo quadriénio, centrar-se-á em torno dos seguintes vectores:

- Continuar a apoiar a modernização e a dinamização do comércio tradicional nos centros históricos urbanos e no espaço rural;
- Continuar a apoiar a qualificação dos recursos humanos adstritos ao comércio;
- reforçar a promoção dos produtos regionais;
- apoiar a incorporação, no sector, das novas tecnologias de informação e a criação de serviços pós-venda.

No que diz respeito à protecção e defesa do consumidor propomos os seguintes objectivos:

- Defender a saúde e a segurança dos consumidores, incrementando, nomeadamente, o reforço da vigilância sobre todo o circuito alimentar;
- apoiar as associações de consumidores de âmbito regional e promover, em colaboração com estas, a informação e a educação dos cidadãos;
- apoiar o acesso dos cidadãos à resolução dos conflitos de consumo pela via extrajudicial;
- reforçar a actividade fiscalizadora em matéria económica.

Sr. Presidente da Assembleia Legislativa Regional, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Srs. Membros do Governo:

Com esta legislatura e com este novo Quadro Comunitário de Apoio, dá-se início a um novo ciclo do nosso desenvolvimento económico. Alguns desafios são novos e exigem novas respostas, outros já foram iniciados durante a vigência do VII Governo e exigem a continuidade e o aprofundamento das acções já anteriormente encetadas.

Acreditamos que este Programa contempla um conjunto vasto de objectivos e de medidas que promoverão a qualidade de vida dos açorianos. Acreditamos que durante os próximos 4 anos haverá com certeza acertos a fazer, fruto do diálogo com os diversos parceiros sociais ou de novas condicionantes macroeconómicas entretanto surgidas. Estamos certos, porém, que o cumprimento destes objectivos só pode ser conseguido se houver um forte envolvimento de todos, Governo, partidos políticos, autarquias locais, parceiros sociais e população em geral. Contamos como sempre com a participação activa e dialogante de todos vós para construirmos uns Açores mais modernos e solidários.

Tenho dito.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Apenas uma pergunta:

Há quatro anos o Sr. Secretário comprometeu-se a executar a iluminação do aeroporto das Flores, e cumpriu.

No entanto, tivemos informação de que ainda não foi feita a respectiva certificação. Por que razão e quando se prevê que seja feita?

Presidente: Para prestar esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Tanto quanto eu sei, este processo está em vias de ser certificado. Não tenho a certeza, se neste momento já está certificado, mas esta é uma informação que lhe posso dar "a posteriori".

Muito obrigado.

Presidente: Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

O Sr. Presidente do Governo teve a bondade de anunciar a esta Câmara que, a partir de Janeiro, iriam verificar-se reduções nos custos das comunicações.

Questionado sobre a matéria, entendeu não responder, ou então não sabia como responder, e remeteu para o Sr. Secretário da Economia a resposta a esta matéria.

As aporções aqui trazidas pelo Sr. Secretário, não ajudam a esclarecer minimamente esta matéria.

Portanto, volto a reafirmar a minha questão, ou seja, qual a modalidade das comunicações que vão ser objecto de redução a partir de Janeiro?

Em que valor percentual ou nominal terá expressão essa redução?

Tal resulta de investimentos realizados ou não pelo Governo Regional?

Relativamente à sua intervenção, Sr. Secretário, pretendia também saber, quanto à generalização da distribuição ou do acesso à TV digital terrestre, em que ponto está esta matéria?

Qual a data prevista para a instalação das infraestruturas de distribuição do sinal?

Quem vai custear este projecto?

Ele destina-se à distribuição do sinal do operador público de televisão, dos operadores privados ou de todos?

Com que custos para esses operadores?

Presidente: Para prestar esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Eu penso que em relação à questão das comunicações eu fui bem explícito.

O Governo Regional, através de conversações que teve com o Governo da República, conseguiu introduzir no Programa do Governo, que foi aprovado na Assembleia da República, uma medida

que penso de grande alcance, ou seja, igualar os custos das comunicações entre os Açores e o Continente, ao preço mais elevado entre as comunicações a nível nacional.

Este processo já está adquirido, vai ser posto em prática e agora os diversos parceiros, que entram neste processo (o ICP, a Direcção Regional dos Transportes e Comunicações, a Direcção Geral da Concorrência e a Portugal Telecom), estão em conversações.

Vai haver um abaixamento em Janeiro, não sei se será total ou parcial, nas ligações dedicadas.

Portanto, é isso que lhe posso dizer, é isso que lhe posso informar.

Não lhe posso dar mais esclarecimentos do que estes, porque este é um processo que ainda está em discussão, mas que deverá conhecer uma baixa significativa no próximo ano.

Quanto ao timing do concurso público para a TV digital, eu não lhe posso afirmar.

Eu sei que nós, Secretaria Regional da Economia, através da Direcção Regional dos Transportes e Comunicações, estamos intimamente ligados neste processo, estamos em conversações com o Ministério do Equipamento e penso que, no próximo ano, haverá lugar a este processo, mas não lhe posso afirmar datas concretas, porque não depende claramente do Governo Regional dos Açores, mas sim do Governo da República.

Estamos a acompanhar e a influenciar o processo, para que a Região esteja também abrangida em toda esta revolução tecnológica que vai afectar todos os cidadãos.

Muito obrigado.

Presidente: Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Costa Pereira.

Deputado Costa Pereira (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Nas medidas a executar no campo da economia, vejo a ampliação do aeroporto da Horta.

Tanto quanto era do meu conhecimento, esta era uma obra da iniciativa da ANA.

Pergunto:

O Governo Regional é que vai realizar esta obra? Com que verba?

Ou está pensando, ao contrário do que fez com o aeroporto da Flores — que se recusou assumir a propriedade do aeroporto — fazer o mesmo com o aeroporto da Horta?

Presidente: Para prestar esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Como sabe, há infraestruturas existentes na Região Autónoma dos Açores, que não pertencem ao Governo Regional dos Açores, mas que o executivo, através da boa cooperação que tem tido com o Governo da República, tem procurado influenciar para que desenvolvimentos importantes para os Açores, se façam atempadamente.

São projectos de interesse comum, fundamentais para o desenvolvimento dos Açores.

A dimensão deste aumento, é fundamental. É isso que está aqui em discussão.

No caso dos Açores, em relação aos radares, é importante que haja esse investimento.

Este é um objectivo que nós temos em comum com o Governo da República.

São projectos de interesse comum, por isso estão aqui.

Presidente: Para mais esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Costa Pereira.

Deputado Costa Pereira (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Eu fiquei na mesma, porque fiquei sem saber em que medida é que esta obra vai ser apoiada pelo Governo Regional, se ela é da ANA...

Presidente do Governo Regional dos Açores (Carlos César): Nós ainda não sabemos!

O Orador: Ah, não sabe?! Nós é que vamos saber.

Eu vejo aqui ampliação do aeroporto da Horta. Contacto com a ANA e ela diz que a obra vai ser executada por ela...

Presidente do Governo Regional dos Açores (Carlos César): O Sr. Deputado já devia conhecer.

O que nós queremos é que eles peguem na maior parte possível!

O Orador: Então tudo o que for agora obras da República, os senhores põem no seu Programa.

Presidente do Governo Regional dos Açores (Carlos César): Exactamente.

O Orador: Está bem, estou esclarecido!

Presidente: Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Humberto Melo.

Deputado Humberto Melo (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Apenas uma pergunta ao Sr. Secretário Regional da Economia.

V. Exa. referiu que o preço dos combustíveis seria ajustado no decurso do próximo ano. Eu queria saber se, no que se refere à energia eléctrica, continuará a ser prosseguida a política de convergência do tarifário regional com o tarifário nacional?
Em caso afirmativo, que percentagem pretende atingir durante esta legislatura?
Quanto à geometria, parece-me uma estratégia correcta. Aliás, ela já decorre do passado.
Sobre esta questão, gostava de saber se pretende concessionar a exploração da energia geotérmica na Ilha Terceira à actual sociedade, ou a uma nova sociedade?
Que estratégia está assente numa decisão ou na outra?

Presidente: Sr. Secretário, há mais uma inscrição para pedir esclarecimentos.

Não sei se pretende responder já, ou se prefere responder depois.

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Eu respondo depois, Sr. Presidente.

Presidente: Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Sr. Presidente, é para prestar um esclarecimento.

Presidente: Faça favor.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Diz o nosso povo e com razão que "quando a esmola é grande, o santo desconfia!"

De facto, é isso que está aqui em causa relativamente às comunicações.

Vai haver um abaixamento das comunicações. Em princípio será em Janeiro e julho que estamos mais ou menos de acordo dos dois lados, pelo menos é essa a informação que os senhores dão.

No entanto, a esmola parecia muito grande. Para já, trata-se, apenas e tão só, das ligações dedicadas, o que naturalmente não se reflecte na maioria da grande expressão de utilizadores da rede telefónica dos Açores, sendo que esses podem ser beneficiados no âmbito da estratégia do operador nacional, que é a Portugal Telecom.

Portanto, os senhores normalmente procuram privatizar os sucessos que não são só vossos. Quando se trata realmente de serem menos bem sucedidos, procuram repartir. É a vossa generosidade, mas já percebemos isso.

Quanto à distribuição da televisão digital terrestre, mais uma vez a vossa generosidade é muito grande, porque pretende generalizar aquilo que ainda nem sequer está alcançado.

Como o Sr. Secretário acabou de explicar, de facto, o seu departamento, está a procurar que a Região fique abrangida por este projecto nacional.

Parece-me estranho que o Sr. Secretário tenha diligenciado nesse sentido, isto no contexto das muitas e muitas repetições que fazem das boas relações com o Governo da República. Isso parecia-me algo que devia decorrer naturalmente e que não requeresse esse vosso esforço, muito menos a incerteza quanto ao resultado final.

Portanto, quando a esmola é grande, o santo tem mesmo razões para desconfiar.

Presidente: Para prestar esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

De facto, a esmola é grande a partir de 96...

Presidente do Governo Regional dos Açores (Carlos César): Mas nós não desconfiamos, confiamos!

O Orador: ... por isso confiaram.

Em Dezembro de 97, foram eliminados os três grupos de redes dos Açores. As chamadas telefónicas entre redes adjacentes numa mesma ilha, passaram a ser taxadas como chamadas locais.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Falou também em nacional!

O Orador: Passou-se a ter chamadas locais em todas as ilhas.

Há aqui evoluções muito importantes e, em cada processo, o Governo Regional dos Açores tem — por ter um bom relacionamento e por primar por esse bom relacionamento com o Governo da República — elementos seus nas decisões que são nacionais, mas que têm reflexos regionais. É por isso que no programa da televisão digital há um acompanhamento técnico deste processo e nós exigimos que ele fosse incluído no Programa do Governo da República, de modo que achámos extremamente importante que se explicitasse aqui, porque resulta do bom relacionamento entre o Governo Regional e o Governo da República e resulta também de uma estratégia que nós temos de cooperar e não de ficarmos isolados.

Gostamos muito da nossa autonomia. Achamos que devemos lutar por ela sempre que estiverem em risco os nossos direitos, mas também achamos que para o desenvolvimento, a cooperação entre o Governo da República e o Governo Regional é fundamental.

Em relação ao caso da geotermia, é evidente que gostaríamos muito que o processo fosse resolvido rapidamente, mas ainda estamos numa fase preliminar de prospecção. Quando ela terminar, porque há sempre uma certa incerteza nesta primeira fase, quando tivermos certeza da configuração que irá ocorrer na Ilha Terceira e qual será o modelo a ser aplicado, provavelmente será um modelo semelhante ao que existe em São Miguel, ou seja, a própria EDA e a EDP, irão fazer o investimento.

Penso que é fundamental para nós — na nossa estratégia de desenvolvimento e numa situação de aumento dos combustíveis, que eu direi que será para ficar — que a Região dependa cada vez menos da energia fóssil e que haja investimentos nesta área que nos permita fazer o nosso desenvolvimento através de uma energia que ainda por cima é renovável.

Em relação ao tarifário eléctrico, eu devo dizer que nós já fizemos um abaixamento próximo dos 25%. Há ainda 13% para serem conseguidos.

Nós gostaríamos de conseguir este processo nesta legislatura, mas não temos a certeza se será em um ou em dois anos, mas vamos trabalhar, porque agora vai-se renovar o novo protocolo com o Governo da República, para que a Região Autónoma dos Açores, a Região Autónoma da Madeira e o Continente Português, tenham, à partida, o mesmo valor da energia eléctrica em todo o país.

Muito obrigado.

Presidente: Para prestar esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Presidente de Governo Regional dos Açores.

Presidente de Governo Regional dos Açores (Carlos César): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Deputado Costa Pereira:

Só para esclarecer e tornar claro, porque pareceu-me que o Sr. Deputado tinha a dúvida de como é que aparecem menções, como a ampliação do aeroporto da Horta, neste Programa, ou outras de idêntica natureza

Elas aparecem, porque o Governo Regional manifesta assim a sua disponibilidade, no sentido de cooperar com a administração central, nos casos e em que entende de máxima relevância para a Região, como a antecipação de investimentos que não estavam imediatamente previstos, ou a realização de investimentos que a administração central não tencionava fazer na Região autónoma.

Atribuímos assim importância em algumas circunstâncias a que essa cooperação se faça também num sentido inverso, embora se espere de infraestruturas que estejam sobre a tutela da administração central, caiba a administração central a maior parte das responsabilidades na realização desses investimentos.

Para nós pareceu-nos importante, salvo melhor opinião da sua parte, que não houvesse um adiamento na reforma das acessibilidades das nossas estruturas aeroportuárias nos Açores, e pareceu-nos fundamental, no caso do Faial, que ele venha a ser melhor servido do que é hoje, quer em termos de frequência, quer em termos de operacionalidade ou em termos de segurança, para permitir que outras aeronaves possam aqui actuar com maior frequência e com maior segurança. Foi esse o nosso propósito, como acontece em outras áreas de menor ou maior importância.

Se nós desejamos, por exemplo, fazer um investimento de ordem regional, como colocar num edifício que é propriedade do Estado, a colecção militar do Museu de Angra do Heroísmo, nós disponibilizamos em conjunto, por exemplo, com as forças armadas, a custear uma parte desse investimento, que também se repercute em benefícios para as forças armadas, desde que isso releve do ponto de vista dos interesses da nossa Região.

Nós não temos uma postura, perante o Governo da República. Quando percebemos que a ordem de prioridades do Governo da República é outra, de dizer: "nós não colaboramos!", "nós não faremos!", "os açorianos que esperem, porque achamos que a responsabilidade deste investimento deve ser exclusivamente vossa!", ao invés, temos tido e sempre teremos, a colaboração do Governo da República em outros investimentos, cujo suporte financeiro é bastante significativo e que são da exclusiva competência da Administração Regional.

Nós governamos os Açores procurando servir o arquipélago em cada circunstância, de acordo com os interesses da nossa terra, mesmo que numa ou noutra circunstância, tenhamos que cooperar com investimentos que outros deviam realizar, porque sabemos também que somos destinatários de uma

solidariedade em relação a custos e investimentos que nós próprios é que deveríamos ter realizado ou iremos realizar no futuro.

Fica por isso esclarecido, porque encontrará e voltará sempre a encontrar, a participação da Região em investimentos que em teoria poderiam ou deviam ser da administração central.

Não lhe causará qualquer surpresa, neste ou noutro sector, verificar que a Região está a fazer coisas da Administração Central. Até pode ser que por "uso campeão" de exercício dessas competências, haja um aumento geral de competências para a Região e satisfaça muito os vossos desejos de consolidação e ampliação da autonomia regional.

Muito obrigado.

Presidente: Para mais esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Costa Pereira.

Deputado Costa Pereira (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Naturalmente que, depois do seu cativante discurso, eu fico esclarecido acerca daquilo que são as vossas intenções no relacionamento com a República e acho que esse relacionamento deverá continuar num trajecto extremamente profícuo.

A questão que eu levantei é muito simples. É uma questão de clareza num Programa do Governo, isto é, quando se escreve "construção ou ampliação do aeroporto da Horta", quem lê isto, pensa que o Governo é que vai ampliar.

Se os senhores estavam a pensar em colaborar, deviam ter posto "cooperação com o Governo da República para ampliação do aeroporto da Horta". Isto é que é clareza, porque senão, é evidente que a primeira ideia que ficamos, é que os senhores estão a apropriar-se de iniciativas que não são vossas e com verbas que não são nossas.

Muito obrigado.

Presidente: Para prestar esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Presidente de Governo Regional dos Açores.

Presidente de Governo Regional dos Açores (Carlos César): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Deputado Costa Pereira:

Bastaria V. Exa. ter recorrido a uma leitura atenta do Programa do Governo Regional, para verificar que, em capítulo próprio, essa mesma matéria é retomada.

Esse capítulo próprio é, exactamente, o capítulo que enquadra a consolidação da Autonomia Político-Administrativa dos Açores e o prosseguimento de uma relação fluída com o Governo da República.

Nesse capítulo, estão previstos os investimentos na segurança e operacionalidade dos aeroportos e aeródromos do arquipélago, em que se inclui esse tipo de colaboração que a Região tem com o Governo da República, ou seja, uma colaboração com um sentido recíproco.

É natural que em outros capítulos haja o desenvolvimento destas mesmas medidas que estão enquadradas no âmbito da cooperação entre a Administração Central e a Administração Regional.

Fica assim, pelo que vejo, satisfeita a clareza que V. Exa. desejava, que medidas como esta estivessem no Programa do Governo.

Presidente: Srs. Deputados, eu preciso de esclarecer aqui uma ou duas coisas rapidamente.

Como já devem ter verificado, está aqui um fotógrafo a tirar algumas fotografias.

Os órgãos de comunicação social têm, insistentemente, junto da Mesa, pedido para tirarem fotografias dos Srs. Deputados, quer em plenário, quer individualmente. Não é para nenhuma colecção de cromos daquelas de jogadores de futebol, mas sim para serem usadas pelos órgãos de comunicação social.

Portanto, peço a vossa compreensão, porque o técnico vai ter que se movimentar mais um pouco dentro da Sala para tirar fotografias em grupo.

Peço-vos também que amanhã, da parte da tarde, depois do intervalo, se puderem passar pelo hall de entrada, estará lá um equipamento montado para tirar fotografias individuais. Penso que não haverá nada de mal nisso. Portanto, se quiserem, isso vai ser feito durante o intervalo da tarde.

Posto isto, vamos interromper os nossos trabalhos até às 18 horas e entretanto pedia aos líderes dos Grupos Parlamentares para se encontrarem comigo na Sala de Conferências às 17 horas e 45 minutos.

Até já.

(Eram 17 horas e 30 minutos)

Presidente: Srs. Deputados, agradeçia que retomassem os vossos lugares, para darmos continuidade aos nossos trabalhos.

(Eram 18 horas e 40 minutos)

Para uma intervenção, tem a palavra a Sra. Deputada Ana Paula Marques.

Deputada Ana Paula Marques (PS): Sr. Presidente da Assembleia Legislativa Regional, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo Regional:

É com imensa alegria e alguma emoção que ao subir pela primeira vez à tribuna desta Assembleia, órgão máximo da Autonomia, saúdo V. Ex^a Sr. Presidente, desejando-lhe as maiores felicidades para o nobre cargo que desempenha.

As Sras. e Srs. Deputados, faço votos para que o trabalho aqui produzido seja em prol do desenvolvimento económico, a paz social, a solidariedade, a defesa do património cultural, natural e histórico e dos legítimos interesses dos açorianos que em nós depositaram confiança.

Ao Sr. Presidente do Governo e aos Srs. Secretários desejo um caloroso abraço solidário e um frutuoso desempenho para as exigentes funções que V. Ex^{as}. irão desempenhar durante esta legislatura.

É com grande honra e humildade que irei desempenhar as minhas funções trabalhando de uma forma responsável e consciente dos deveres que tenho para com os que me elegeram.

Sr. Presidente da Assembleia Legislativa Regional, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

O tema da minha primeira intervenção centra-se no âmbito do Turismo, assunto que me parece de vital interesse para o desenvolvimento económico da Região Autónoma dos Açores.

A comunicação que aqui vos apresento é fruto não só dos objectivos bem definidos no Programa do VIII Governo, mas também dos contributos de uma modesta reflexão sobre vários instrumentos escritos e dos princípios basilares para os que acreditam de facto que o Turismo não é um sector fechado, movimenta-se por si próprio, gerando sinergias entre os recursos escassos das regiões que constituem destinos turísticos potenciais. O Turismo é uma actividade fundamental pela capacidade intrínseca de gerar riqueza, criar postos de trabalho, estimular o desenvolvimento regional, valorizar a cultura e a natureza, exercendo assim um efeito multiplicador sobre toda a economia.

A Humanidade tem dois grandes desafios nos próximos anos, o equilíbrio entre o desenvolvimento e o emprego e o equilíbrio entre o desenvolvimento e o Ambiente. A qualidade de vida do sec XXI deverá estar associada a estes desafios.

O efeito transversal sobre toda a actividade económica que o turismo provoca, envolvendo as acessibilidades, o comércio, a indústria, as artes e ofícios tradicionais, a gastronomia, as festividades, as manifestações religiosas, o património histórico, o património natural, a qualidade da água, os cuidados com a saúde, enfim o equilíbrio ecológico, são os factores fundamentais para o desenvolvimento sustentável das regiões.

Sr. Presidente da Assembleia Legislativa Regional, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

A actividade turística, poderá constituir o motor do nosso desenvolvimento se as políticas para este sector forem definidas de acordo com o plano director de turismo, documento base para a discussão de estratégias de desenvolvimento. As medidas de política implementadas pelo Governo, na última legislatura, são demonstrativas de que estamos no bom caminho.

Verificou-se nos últimos anos um forte aumento no fluxo de turistas. A partir de 1998 a Região Autónoma dos Açores, foi a Região do país que apresentou maior crescimento em termos de hóspedes e dormidas. O esforço promocional realizado em três grandes campanhas publicitárias anuais, uma internacional e duas nacionais, bem como as campanhas publicitárias em jornais e revistas da especialidade, a participação nas principais feiras de turismo, a página na Internet, para divulgação e informações turísticas e ainda a concepção de novos materiais promocionais, foram de facto um grande esforço para alcançar o aumento verificado.

A redução do tarifário dos transportes aéreos para o continente em 27% e nas tarifas inter-ilhas de 17%, contribuiu para o aumento do tráfego aéreo. Também se assistiu à criação de ligações aéreas directas entre os Açores e os mercados emissores de turistas.

No que diz respeito aos transportes marítimos de passageiros e viaturas, no período de Maio a Outubro, foram garantidos itinerários pré-fixados e aprovados pelo Governo Regional: em 1998 a Açorline transportou 57000 passageiros e 3500 viaturas, em 1999 transportou 83000 passageiros e 8000 viaturas e em 2000 transportou 11853 passageiros e 14716 viaturas. A Transmaçor transportou só no último ano mais de 300.000 passageiros. Estas medidas fomentaram o turismo interno proporcionando aos Açorianos e a quem nos visita, o conhecimento das nove ilhas que constituem o arquipélago.

Os incentivos ao turismo tem vindo substancialmente a aumentar, ultrapassando o investimento privado, este ano, um milhão e cem mil contos. Se a este montante adicionarmos as verbas provenientes do Plano Operacional de Economia, verificamos que neste ano se estima um investimento privado de mais de quatro milhões de contos, prevendo-se o aumento em 40% do número de camas e duplicação deste número nos próximos quatro anos.

A diminuição da sazonalidade é já hoje uma realidade. A época baixa tem vindo a ser reduzida, pois a promoção de pacotes turísticos temáticos têm sido implementados. É na Região que está a força do produto e é para ela que se definem políticas de qualidade, reforçadas pela defesa dos valores de preservação do meio ambiente, do património histórico-cultural, não obstante, a complementaridade pela animação turística e pelo lazer, não esquecendo nunca a aposta na qualidade dos serviços prestados. É nesta componente que reside o toque final para a captação de fluxos turísticos. O crescimento sustentado da actividade turística passa pela autenticidade e a originalidade da nossa História, da nossa tradição cultural e da nossa realidade regional.

Nos últimos anos foram licenciados e entraram em funcionamento 13 novos empreendimentos de turismo no espaço rural, ou seja, quase um aumento de 40% na capacidade deste tipo de alojamento. Também ao nível da hotelaria tradicional foram remodelados nove empreendimentos, num total de cerca de 800 camas e a construção de 9 novas unidades num total de 1130 camas. Já está concluído o inventário dos recursos turísticos da Região que vai ser um instrumento fundamental e essencial ao planeamento.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

O desenvolvimento da actividade turística na RAA pressupõe o respeito pela dimensão cultural e pela sustentabilidade do meio ambiente. Do Corvo a Santa Maria possuímos um património de inegável valor; as Lagoas na Ilha das Flores, as Fajãs e a Caldeira de Santo Cristo, na ilha de S. Jorge, a Montanha e os marouços na ilha do Pico, o vulcão dos Capelinhos na ilha do Faial, a Furna do Enxofre na ilha Graciosa, o Monte Brasil, a cidade de Angra, património da humanidade e a serra de Santa Bárbara na ilha Terceira, o Pico da Vara, a Tronqueira, a Lagoa do Fogo e as nascentes hidrológicas de S. Miguel, a Baía de S. Lourenço, a Maia e o Sul na ilha de Santa Maria, a Caldeira do Corvo, já para não falar nos endemismos da nossa flora e fauna, a riqueza do nosso mar que nos aproxima e nos afasta e por tudo o que ainda falta dizer, já poderíamos ser considerados Região património mundial.

Nos próximos quatro anos vamos tornar o destino Açores mais competitivo, sustentável e de qualidade. Temos como principais objectivos expandir e modernizar a oferta de alojamento turístico, aumentar a oferta turística, melhorar os serviços de transporte aéreo e marítimo de passageiros, qualificar e intensificar a aposta na formação de profissionais para o sector.

Temos um plano estratégico de marketing turístico para a Região. A tradição e o ambiente fazem parte da identidade própria de cada local, são vantagens absolutas, no entanto, é necessário que sejam vendíveis. O Plano de Ordenamento Turístico da Região, modelo de desenvolvimento de referência essencial de médio e longo prazo, valoriza o potencial endógeno, compatibiliza o reequilíbrio da qualidade ambiental, cultural, social e económico da RAA.

Assim, as medidas a executar no Programa do VIII Governo, constituem um imperativo de desenvolvimento nunca antes experimentado nos Açores. Proliferam por todas as ilhas novos hotéis, novas unidades de turismo em espaço rural e novos restaurantes.

O Turismo de natureza é já hoje uma realidade, a procura de actividades ligadas ao património local, oficinas de artesanato, fábricas de produtos regionais, parques e jardins, museus e

monumentos com interesse histórico, constituem cada vez mais interesse por parte de quem nos visita.

O parque de campismo no luxuriante vale das Furnas é uma realidade, as termas do Carapacho na Graciosa, do Varadouro no Faial e da Ferraria em S. Miguel, vão também ser pólos de atracção turística. O Centro Cultural e de Congressos em S. Miguel, vai ser uma realidade. Em toda a Região desenham-se e descobrem-se trilhos turísticos que carecem de actualização, inventário e sinalização.

Estamos conscientes de que o Programa do VIII Governo Regional, além de ser coerente e equilibrado, é exequível, pois por todo o lado somos confrontados com o desenvolvimento. Nunca os Açores foram tão falados e apetecidos.

Tenho dito.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo Regional:

As minhas primeiras palavras são, naturalmente, dirigidas a todos e a cada um de vós, que aqui representais os legítimos anseios do Povo Açoriano. Regressado à Casa-Mãe da nossa Autonomia, agora na condição de Deputado, quero reafirmar o propósito de tudo fazer para dignificar este Parlamento, de tudo fazer para ajudar a construir o progresso e o desenvolvimento da nossa Terra, na justa medida do cargo, dos valores e da lealdade, que enobrece o combate político.

O povo decidiu, está decidido. O PS governa. Para isso foi mandatado. Mas a democracia não se esgota aqui. Sem oposição, ficaria incompleta a representatividade dos povos, enfraquecida a legitimidade dos governantes e imperfeita a liberdade.

É por isso que aqui estamos, exercendo essa complementaridade que a democracia exige.

Sras. e Srs. Deputados:

Vivemos um tempo dominado pela economia do conhecimento, onde a educação é o núcleo central do desenvolvimento. Não basta investir em infraestruturas de comunicação para garantir um lugar na competitividade da aldeia global. Fundamentalmente e antes de mais, importa ganhar o desafio da qualificação dos recursos humanos, porque são eles que fazem a diferença.

Nos Açores há ainda muito caminho a percorrer. E para recuperarmos os atrasos estruturais de muitas décadas, temos de crescer mais rapidamente, com base num projecto estratégico de política educativa, que traduza uma filosofia promotora de valores, de competências, de inovação, de reflexão e de capacidade criadora e de auto-avaliação do sistema.

Sinceramente, considero que a proposta do Governo se afasta destes objectivos. Falta-lhe o sentido estratégico e a visão estrutural, embora seja abundante em generosidade e intenções.

À parte do relatório de actividades e do auto-elogio de duvidoso recorte literário e objectividade, no essencial, o programa do Governo para o sector da educação é uma solução de continuidade, que aponta metas, mas omite os instrumentos de operacionalização das políticas — e convém lembrar que na educação mais importante que o produto é o processo.

Uma política educativa que vise a qualidade da escola pública, tem de dispor de um centro para a qualidade e avaliação do sistema escolar, como acontece já em regiões com as características arquipelágicas e políticas da nossa. Em nosso entender, importa dotar os Açores de um Centro Regional, habilitado para realização das avaliações, e bem assim de investigações e estudos de suporte às medidas a empreender pela Administração Regional, nos domínios da inovação curricular, metodológica, tecnológica e didáctica e da gestão. Só em presença de um instrumento com esta valência se pode tornar consequente uma política por objectivos.

De facto, não se produzem efeitos na ponta final do sistema educativo, quero dizer, nos níveis de escolarização e na qualificação dos recursos humanos, sem investimento nos factores multiplicadores da promoção do sucesso escolar. E entre estes, naturalmente assume especial relevância a formação contínua dos docentes. Muito está a ser feito neste campo, principalmente por iniciativa dos Centros de Formação de Escolas. Mas, outra vez, a essa boa vontade falta o sentido estratégico da formação. Os próprios planos anuais de formação da DRE enfermam deste

mal, parecendo-nos elaborados consoante a disponibilidade das entidades formadoras e de modas temáticas, portanto, longe das reais necessidades dos docentes e do sistema educativo.

O programa do Governo Regional pouco ou nada adianta neste capítulo. Nalguns casos deixa até mais dúvidas do que certezas. Acaso será exequível a criação "de salas de formação inseridas nas escolas de maior centralidade" quando são precisamente essas que se debatem com os mais graves problemas da exiguidade de espaços? Todavia, penso que era possível ir mais longe, nomeadamente através da criação de incentivos individuais para a frequência de acções de formação passíveis de contribuir para a valorização profissional do professor, à luz da multidisciplinaridade e interdisciplinaridade que devem caracterizar o acto pedagógico.

Relativamente à estabilidade e qualificação profissional do corpo docente, o ensino universitário encarregou-se de prover os quadros com professores devidamente qualificados e são por isso cada vez menos os grupos, sub-grupos, disciplinas ou especialidades carenciados. Há mesmo, pode dizer-se, uma crise de crescimento, traduzida em preocupantes fenómenos de desemprego de professores e de candidatos à profissão.

À Região não compete garantir emprego a cada cidadão que ainda está disponível para trabalhar. Todavia, o sector educativo ainda necessita de muitos professores, para funções pedagógicas que urge assegurar, como sejam as aulas de substituição e as aulas de estudo acompanhado. Isto sem falar nas necessidades decorrentes da redução do número de alunos por turma — uma paixão e um projecto abandonados pelo Governo, apesar de muito prometidos.

Para além disso, têm de ser revistos os mecanismos e critérios dos concursos de colocação de professores — contestados pelos próprios e respectivos sindicatos — por forma a minimizar, tanto quanto possível as injustiças cometidas no último ano.

Ao nível da flexibilização curricular, estamos de acordo quanto à introdução de conteúdos respeitantes à cultura, história e geografia dos Açores, até porque isso já corresponde à prática de muitos docentes, no âmbito das respectivas disciplinas. O mesmo se diga relativamente à prevenção das dependências e à promoção de estilos de vida saudáveis, com a diferença que não podemos, nem devemos, esperar pelo fim da legislatura para a sua efectiva introdução nos curricula. E é possível e desejável ir mais longe, sempre ressalvando a unidade do sistema educativo, conforme estabelecido na respectiva Lei de Bases. Por exemplo, com a estruturação de um programa regional de iniciação à Língua Estrangeira no 1º Ciclo e com a iniciação à informática no Ensino Básico.

Hoje o acto educativo não se confina ao cumprimento linear dos programas. Prolonga-se muito para além disso, na complementaridade de actividades extra-curriculares, cada vez mais valorizadas, porque também integradoras de saberes e promotoras de competências. É o caso do desporto escolar, que tem de ser repensado, para deixar de ser imposto e passar a ser desejado pelos alunos.

O ciclo dos factores multiplicadores da promoção do sucesso escolar completa-se com boas instalações e devidamente apetrechadas. A sobrelotação de estabelecimentos impõe a execução de medidas firmes, que não se compadecem com irremediáveis atrasos. Discordamos de algumas opções de prioridade definidas na Carta Escolar. Mas mais do que essas divergências preocupam-nos os atrasos já verificados na sua execução, passados que estão somente 11 meses desde a aprovação do documento. O plano de construções escolares parece, assim, inevitavelmente condenado ao incumprimento.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

As políticas desportivas que o Governo pretende executar no quadriénio são pouco ambiciosas. Pecam, quanto a nós, por dois defeitos: quantificam muito pouco as metas a atingir no final da legislatura e apontam para a descentralização de responsabilidades, parece-nos, sem a conseqüente transferência de meios. No mais, abundam generalidades e até contradições. Exemplos de uma e outra coisa: "Alteração dos limites actuais da participação de atletas e clubes desportivos açorianos em competições nacionais". Para mais ou para menos? Com que critérios? Para quê? Em que modalidade? Todas? E em que escalões e quadros competitivos?

Contradições: no capítulo da educação estabelece-se como meta da Legislatura "ter todas as escolas e áreas escolares a participar em eventos desportivos de nível regional e fomentar a participação regional em eventos nacionais e internacionais". Volvidas oitenta páginas o objectivo já é muito mais modesto: "ter clubes desportivos escolares a funcionar em todas as escolas".

Mais razoáveis parecem ser as propostas para a área das tecnologias da informação e da comunicação. Aqui tudo é novo ou quase novo, seja nos Açores ou em qualquer parte do mundo. E

por todo o lado, aqui ou noutro lugar, abrem-se perspectivas de crescimento e desenvolvimento que devem ser devidamente aproveitadas e até potenciadas. Depois das infraestruturas dos transportes, que construímos para ficarmos mais perto do mundo, agora, e só agora, a tecnologia lança-nos o desafio de participarmos na globalização do conhecimento e da informação. É preciso ganhar esta batalha, que é um imperativo de geração.

Para o PSD/Açores, consideramos importante acrescentar mais algumas medidas, como seja, equipar com um computador e uma ligação à Internet todas as salas de aula do 1º Ciclo do Ensino Básico; criar um linha de crédito bonificado para aquisição de equipamentos informáticos pessoais para professores e alunos; equipar todas as Juntas de Freguesia com um posto de informação multimédia, contendo pacotes de serviços básicos; e ainda majorar os apoios à instalação de projectos empresariais de comércio electrónico, preferencialmente para venda de produtos típicos regionais.

Finalmente, e quanto à comunicação social, dois aspectos nos separam da proposta do Governo Regional: "o serviço público, sendo uma obrigação do Estado, deve ser custeado pelo Estado, desenvolvido e tutelado pelo Governo da República", cabendo à Região somente participar subsidiariamente na prossecução de objectivos decorrentes da sua especificidade — como é o caso da produção de programas de informação, em TV e rádio, para as comunidades emigradas.

Por outro lado, temos de discordar frontalmente com toda e qualquer redução das comparticipações nos custos correntes da produção informativa, essencialmente porque os meios de comunicação social privados da Região vivem, "em termos de receitas com dificuldades económicas decorrentes dos mercados limitados onde se movimentam".

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Não queria terminar esta intervenção sem uma referência à efeméride que passa no próximo ano e que não foi incluída nos discursos que abriram esta legislatura — os 25 anos da Autonomia Democrática. Pela sua significação, a data deve mobilizar todos os agentes políticos, com especial relevância o Parlamento Açoriano, para um vasto programa de comemorações propiciadoras de uma pedagogia em torno das instituições autonómicas, do exercício da cidadania e do valor da liberdade. Dar a conhecer às gerações mais novas e "valorizar os benefícios que a forma de autogoverno trouxe aos Açores nos últimos 25 anos" é uma acto de elementar justiça para com os homens e o tempo. É uma outra maneira de celebrar Abril aqui.

Muito obrigado.

(Aplausos dos deputados da bancada do PSD)

Presidente: Para prestar esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Herberto Rosa.

Deputado Herberto Rosa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Nas palavras do Sr. Deputado Joaquim Machado, a quem saúdo, e no que respeita à área do desporto, pareceu-me estar subjacente uma crítica à cooperação por parte do Governo com outras entidades.

Realmente estranho, porque primeiro, este modelo de desporto que o Partido Socialista e o seu Governo pretendeu implementar, não é um modelo soviético. Portanto, não compete ao Estado, enquanto tal, ser o único futor na área desportiva como em qualquer outra área, nomeadamente nas áreas económicas e sociais.

É importante, é necessário, eu diria mesmo, é imprescindível que exista cooperação entre as autoridades regionais, as autoridades nacionais, as autarquias e as forças vivas, enquanto tal.

Aliás, a evolução que se viveu nos Açores nos últimos anos, nomeadamente a partir da década de 80, ficou a dever-se ao esforço e à assunção de responsabilidades por parte do próprio movimento associativo, ou seja, o processo de descentralização, de cooperação e comparticipação de todos, da sociedade enquanto tal, no fenómeno desportivo, é algo que a própria sociedade exige e chamou a si.

É claro que estas transferências de responsabilidades têm que ser acompanhadas aqui, como em todos os outros sectores, por transferências de meios financeiros.

Como o Sr. Deputado sabe, esta cooperação do Governo Regional com os clubes e associações, está regulamentada através de contratos programa. As coisas estão claras e transparentes.

As associações e os clubes assumem a responsabilidade, tal como as autarquias assumem e devem assumir cada vez mais, até porque no III QCA vão dispor de verbas no PRODESA para esse efeito. Se nós queremos que o desporto não seja algo artificial, mas seja algo que emana da sociedade, é preciso que toda a sociedade participe neste processo. Esta é a posição do Partido Socialista e já agora, porque há pouco foi dito que este não é o Programa do PSD, gostaria de dizer que este é o Programa do Governo do Partido Socialista e é decalcado do Programa Eleitoral do PS que foi sufragado pela esmagadora maioria dos açorianos.

Este, com muito orgulho, é o nosso projecto e nunca poderia ser, porque esse não mereceu o apoio dos açorianos, o Projecto do PSD.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Sousa, para prestar esclarecimentos.

Deputado Francisco Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado Joaquim Machado levantou algumas questões que eu gostaria de esclarecer.

Em primeiro lugar, gostaria de dizer que este Governo e este partido, têm uma visão estratégica da educação para esta Região. Os últimos quatro anos já deram provas disso.

Quando V. Exa. diz que, por exemplo, os concursos geraram injustiças, gostaria de dizer que há muitos anos o Ministério da Educação vem tentando aplicar algumas das medidas que foram criadas no diploma dos concursos desta Região com muito sucesso. Com tanto sucesso, que a sua bancada parlamentar, fazendo uma proposta de recomendação ao Governo Regional da anterior legislatura, dizia que mexessem em tudo, menos na norma que, por exemplo, permitiu a fixação de 384 professores nesses concursos.

Queriam que se mexesse em tudo, mas o melhor que estava contido no diploma, não, porque havia uma estratégia de fixação de quadros docentes nas diversas áreas escolares e escolas da Região.

Por isso, tivemos a coragem de fazer um concurso onde há uma norma que permite que um professor possa concorrer por 3 anos a determinada escola e, durante esse tempo, a escola sabe que conta com aquele docente e tem-no disponível para um projecto educativo. É uma situação que foi implementada porque há uma estratégia política para a educação desta Região. Há visão política.

Quanto às aulas de compensação, V. Exa. diz que este Governo não sabe isso o que é, mas foi pela mão daquele Sr. Secretário que era do anterior Governo e que continua neste, que pela primeira vez foram criadas, a sério, nos quadros das escolas, condições para terem um reforço de 7,5%, correspondendo ao número de professores dessa escola e, em situações devidamente justificadas, pode ir até 10% o aumento dos professores disponíveis em qualquer escola ou área escolar da Região, para, entre outras funções, dar as aulas de compensação.

A prova é que este ano ficaram colocados dezenas e dezenas de educadores e de professores nesta Região, exactamente para essas funções, bem como a de acompanhamento ou a de estar com os alunos quando haja furo ou ainda faltas ou ausências de curta duração pelo pessoal docente. Portanto, mais uma visão de estratégia para a educação nesta Região.

V. Exa. fica espantado, porque não sabe como é que se pode fazer formação contínua nas salas de formação nas escolas de centalidade.

É verdade que este Governo também já gastou cerca de 2 milhões de contos na Escola Secundária da Ribeira Grande e ao fazer a Escola Básica Integrada da Maia, criou condições para, dentro de dois anos, já haver salas disponíveis na Escola Secundária da Cidade da Ribeira Grande — julgo que será uma centalidade — havendo, portanto, espaço para que se faça essa formação nessas escolas e essa já é uma delas.

Também sabe, mas se está esquecido nós lembramos, que está em fase adiantada de execução, a Escola Secundária da Lagoa que, além de resolver um problema grave do ensino secundário nos concelhos de Vila Franca e Lagoa, vai também libertar espaços.

Senão vejamos: hoje, um aluno que queira frequentar o ensino secundário, residindo em Ponta Garça, tem que vir para a Antero de Quental, para as Laranjeiras ou para a Domingos Rebelo. Portanto, percorre metade da Ilha de São Miguel, para ter ensino secundário.

Esse aluno, pela visão deste Governo que entendeu que era preciso e necessário procurar, em primeiro lugar, fazer escolas no mundo rural permitindo a fixação, desde logo, dos jovens às suas localidades, também fez isso em relação à Lagoa e está construindo uma escola que vai libertar as três secundárias de Ponta Delgada, dos alunos de dois concelhos de São Miguel (Vila Franca e Lagoa). Haverá espaço e haverão salas para formação nessa escola que estamos a construir e que foi opção deste Governo fazer, e não outras de outros Governos.

V. Exa. também falou na formação contínua de professores. Gostaria de dizer que foi este Governo, ou este partido com o Governo anterior, que pela primeira vez consagrou no Orçamento da Região, dinheiro para a formação de professores, porque desde a transferência dos serviços da área da educação, do Ministério da Educação para a Região, nunca nenhum Governo tinha consagrado, em orçamento aprovado por esta Casa, dinheiro para a formação de professores.

Portanto, estratégia, visão para a educação desta Região e também para a formação de professores. Foi também com visão estratégica que se fizeram acordos com diversas instituições de ensino superior, desde logo, a própria Universidade dos Açores, para complementos de formação de professores. Felizmente, já estão a decorrer, porque nesta Casa e por várias vezes, o Deputado Francisco Sousa levantou-se e quase gritou, "berrou", exigiu e lutou para que se fizessem complementos de formação nesta Região, sobretudo para que se fizesse formação em áreas altamente carenciadas como é toda a formação na área educação/ensino especial.

Pela primeira vez, estão a ocorrer na Região com a visão estratégica do PS, com a visão do VII e do VIII Governo Regionais do Partido Socialista.

Não há visão estratégica do PS para o plano de construções que V. Exa. diz que já está condenado ao incumprimento. Não está!

O nosso plano não está condenado ao incumprimento porque nós entendemos fazer escolas de 600 a 700 alunos, começando pelas escolas do mundo rural — a da Maia já está feita, também vai-se fazer a do Ginetes e outras que temos na Carta Escolar que vão ser feitas — na perspectiva de fixar os alunos que neste momento se deslocam para as vilas e cidades, devendo ficar nas suas áreas de origem.

Nós tivemos coragem de fazer a Carta Escolar. Tivemos a coragem não só de a fazer, como acima de tudo e sobretudo, discuti-la, debatê-la com os parceiros sociais. Fizemo-la com visão estratégica. A nossa visão está bem clara no Programa deste Governo.

Se o Sr. Deputado Joaquim Machado não vê é porque tem falta de visão.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): *Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José do Rego.

Deputado José do Rego (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Peço a palavra para prestar um esclarecimento ao Sr. Deputado Joaquim Machado quando diz que o Programa do Governo não prevê uma avaliação do ensino, quer o do primeiro ciclo, quer do secundário.

Se vir como inovação de um centro de avaliações, ao ler a página 91 do Programa do Governo, fala-se em criar mecanismos de auto-avaliação e de avaliação externa das escolas, nos quais vão participar os pais, os estudantes, os professores, portanto, de uma forma integrada, todas as pessoas que estão integradas no sistema educativo dos Açores.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José San-Bento.

Deputado José San-Bento (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Caros Membros do Governo:

Gostaria de referir que pareceu-me notório, aliás, na minha opinião é muito claro, que o Sr. Deputado Joaquim Machado está muito mal informado em relação à questão do desporto, inclusivamente, à opinião generalizado dos parceiros nesse sector, mas faço-lhe o obséquio e com muito gosto de enviar a documentação referente ao Congresso de Desporto que houve em Ponta Delgada.

Gostava também de referir, como marca do Governo que o senhor fez parte, onde o "santo" era outro — com certeza recorda-se quem era o "santo" — que a marca fundamental da acção desse Governo foi a negociação que levou à descida do Lusitânea da 2ª Divisão B. Aliás, o Presidente do Lusitânea, em relação a isso, teve oportunidade de expressar uma opinião muito curiosa a esse respeito, inclusivamente foi muito claro no que diz respeito à imputação das responsabilidades.

Gostava também de referir, Sr. Deputado, em relação às confusões que faz aqui — eu sei que tem o orgulho de ser um liberal, aliás, o senhor tem uma personalidade de direita — que faz uma muito curiosa. O senhor é um liberal, por isso tem esse discurso fácil e demagógico, mas depois vem para aqui fazer exigências ao Governo.

Não sei se o Sr. Deputado e o seu partido assumem o Programa e os objectivos programáticos do vosso partido no plano nacional, mas defendem as privatizações das grandes empresas, das empresas de telecomunicações, ou seja, por um lado, defendem um mercado livre, uma sociedade

civil que toma conta de tudo, mas depois exigem ao Governo que intervenha, que ponha as comunicações mais baratas e misturam linhas dedicadas com linhas não dedicadas. Eu não sei se o Sr. Deputado sabe o que é uma linha dedicada, mas posso explicar-lhe isso.

Também gostaria de relembrar que quando o senhor era Subsecretário para a Comunicação Social — tempos de má memória, devo referir, e sobretudo saúdo a sua mudança de posição ou então será puro oportunismo político — na altura do outro "santo", não defendia canais nacionais de televisão para os Açores, pois não? O Sr. Deputado não defendia o preço das revistas idêntico ao Continente. Pelo menos nunca vi posições públicas em relação a isso.

Há aqui um aspecto em que parece que está usando um téticismo sem alma, está a ser oportunista e, para além disso, não tem legitimidade para falar sobre essas matérias.

Era apenas isto, Sr. Presidente.

Vozes dos deputados da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado para participar no debate.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Ouvi com a atenção que cada uma das intervenções recomendava, na proporção directa do seu conteúdo, aquilo que foi dito.

Naturalmente, que vou responder apenas a algumas matérias, porque há outras que me dispensam de fazer comentários, porque esta constante preocupação de alguns — parece-me que já menos, também devo registar com grande agrado — Srs. Deputados do Partido Socialista com o passado, não é um critério de perfeição. Quanto a mim, é mais uma atitude de desespero...

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Oh! Estamos a arrancar os cabelos!

O Orador: ... de quem se sente incapaz de desafiar o presente e se sente incapaz para o futuro. Mas o tempo como é bom conselheiro nestas coisas e encarregar-se-á de fazer justiça.

A má memória para o Partido Socialista, será provavelmente os 20 anos em que o PSD foi Governo. Provavelmente para nós, os últimos 4 e este também, não são de memória tão boa, mas vamos fazer o possível para aproveitar melhor este tempo de oposição, que é também um tempo de democracia, melhor do que os senhores fizeram, sobretudo tendo uma consciência de que podemos e devemos participar de uma forma muito mais responsável e construtiva, que os senhores não fizeram ao longo de 20 anos. Com certeza que terão essa resposta da nossa parte.

Deputado Dionísio Sousa (PS): Mentira!

O Orador: Relativamente a algumas das afirmações que aqui foram produzidas, na sequência da minha intervenção, a análise que eu faço é de que este Governo não tem uma política estratégica ao nível da educação. Tem, sobretudo, uma linha de continuidade relativamente àquilo que fez nos últimos 4 anos.

Algumas das realizações que o Sr. Deputado Francisco Sousa apontou, de facto, são inquestionáveis. Algumas delas decorrem do próprio tempo e da evolução do sistema educativo, não são necessariamente uma realização nem um mérito exclusivo do Governo Regional.

Por outro lado, elas são um somatório de realizações que, necessariamente, o resultado não visa uma estratégia de projecto educativo para a Região.

Deputado Francisco Sousa (PS): Dê um exemplo!

O Orador: Eu dou-lhe alguns exemplos. As aulas de compensação, são já conhecidas — e o Sr. Deputado sabe tão bem como eu — pelas aulas da improvisação e improvisação a dois níveis. São improvisação porque o Governo Regional nunca pensou colocar esses docentes e são improvisação, sobretudo — e é esta parte que mais me preocupa — porque essas aulas nem sempre funcionam (posso dar-lhe um exemplo de escolas em que se passaram dois meses com absentismo natural dos docentes e onde não se fizeram essas aulas de compensação) e as que se realizam não obedecem a critérios mínimos de objectivos pedagógicos, porque não existem recursos didácticos preparados, não existe um projecto pedagógico subjacente, nem existe uma linearidade curricular, ou seja, não se dá seguimento.

Deputado Dionísio Sousa (PS): Não existe na perfeição!

O Orador: Do meu ponto de vista, não pondo em causa a criação das aulas de compensação e a dotação dos quadros das escolas com professores com essa finalidade, eu sou da opinião que seria mais útil para o sistema educativo que esses professores colocados este ano estivessem a preparar projectos que tivessem uma sequência pedagógica e curricular para ser aplicada nos próximos anos, porque vão continuar a improvisar, a fazer leituras recreativas, jogos que do ponto de vista lúdico

tem algum interesse, mas que não prosseguem os objectivos do que deve ser uma aula de compensação.

Quanto às aulas de estudo ou aos tempos de estudo acompanhado, o Sr. Deputado não mencionou, porque parece-me que o Partido Socialista não tem nenhuma ideia sobre esta matéria, ou pelo menos um projecto que nos próximos tempos possa ser exequível.

Ao nível da formação de professores, parece-me estranho que só depois de 1997, é que se faça formação de professores na Região.

Deputado Francisco Sousa (PS): Não foi isso que eu disse!

O Orador: E antes disso, não se fez?

Sr. Deputado, se estava ou não escrito no orçamento e se passou ou não por esta Casa, isto é uma questão de forma.

A mim preocupa-me a realização material.

O Sr. Deputado não pode vir para aqui dizer que não se fazia formação...

Deputado Francisco Sousa (PS): Não foi isso que eu disse!

O Orador: ... ou induzir quem conhece pouco estas matérias que não se fazia formação. De facto, fazia-se. Isto foi apenas uma questão de forma. Estar ou não incluído no Orçamento é apenas uma questão de forma. A mim, preocupa-me mais a realização material.

Já agora, quando disse que o Projecto de Formação Profissional para Professores da Direcção Regional da Educação não obedece a uma estratégia, foi porque o conjunto de áreas temáticas que lá estão inseridas, nós voltamos da frente para trás, de trás para a frente, de cima para baixo, de baixo para cima e não percebemos o fio condutor. Provavelmente, a intervenção do Sr. Secretário da Educação há-de explicar-nos qual esse fio condutor.

Relativamente à Carta Escolar e não ao Programa para a Educação, passados 11 meses sobre a sua publicação, a mesma apresenta já indícios de não vir a ser concretizada nos termos que lá estão definidos, nomeadamente quanto ao calendário e o Sr. Deputado sabe muito bem de que casos é que estou a falar, ou seja, daqueles que já deviam ter sido concretizados e que não foram.

Por exemplo, a Escola Canto da Maia, cuja intervenção estava prevista para ser concluída em Março de 2000, sabe que continua por se fazer. Aliás, suponho que o concurso público só agora é que está a decorrer.

A Domingos Rebelo vai estar concluída em Setembro? O concurso público nem sequer foi lançado! Acredita que se vai concretizar o que está previsto no calendário da Carta Escolar?! Acredita? Eu fico à espera da sua resposta.

Deputado Francisco Sousa (PS): Ó filho, nós vamos estar aqui durante 4 anos!

O Orador: Quanto ao desporto, é evidente que eu não contesto nem me referia à descentralização que se faz para as associações desportivas, nomeadamente no âmbito dos acordos que são feitos e que, de resto, muitos deles, decorrem da política desportiva iniciada pelo Governo do PS, deva-se dizer também.

Quanto a alguns resultados, interessa pouco os resultados do Lusitânea, por quem eu tenho grande apreço, sobretudo os resultados que fora do campo muitas vezes o seu Presidente invoca.

Deputado José San-Bento (PS): Isso é grave!

O Orador: Aliás, com o mesmo regulamento desportivo, o Lusitânea fez duas épocas na vigência do anterior Governo. Nunca vi, nem o Lusitânea, nem o Governo, fazer uma crítica àquele regulamento desportivo. Só no dia em que "roubaram a casa", é que procuraram atribuir as culpas ao PSD de não ter "colocado as trancas".

Quanto a essa descentralização de competências, eu fico um pouco na dúvida do que está na página 171 do Programa, que diz:

"O financiamento do desporto deve ser assegurado essencialmente pelos, praticantes, Governo, Autarquias"

Ainda procurei aplicar a propriedade comutativa e fiz ao contrário: Autarquias, Governo e praticantes.

O Governo não está sempre aqui "ensanduichado", porque não se vai deixar "ensanduichar". O Governo está sim para aliviar para os parceiros do lado as responsabilidades que tem em matéria desportiva.

Eu acho que se pode e deve fazer mais em política desportiva.

Este Governo, como disse, aponta mal as metas. É pouco ambicioso nos objectivos.

Fico à espera da vossa resposta relativamente à reformulação da participação em competições nacionais, em que modalidades, quais, porquê e em que quadros competitivos?

Presidente: Para participar no debate, tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Sousa.

Deputado Francisco Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Joaquim Machado:

Estamos extremamente calmos, serenos...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Eu também estou!

O Orador: ... seguros. Não estamos em nenhuma atitude de desespero, porque o povo deu-nos aquilo que pedimos.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Foi o mesmo que já nos deu!

O Orador: Estamos aqui para corresponder àquilo que o povo nos pediu.

Para ficarmos bem conversados, este livrinho contém aquilo que nós dissemos aos açorianos que íamos fazer e ele está transcrito, quase na totalidade, no Programa do Governo que hoje estamos a discutir.

Nós estamos à vontade, estamos tranquilos, porque aquilo que nós dissemos e comprometemo-nos com os açorianos, é aquilo que estamos a dizer hoje e com a mesma linguagem, com a mesma terminologia e sem qualquer problema. Portanto, estamos — e repito uma vez mais — tranquilos, calmos e seremos como quem tem 30 deputados.

Não temos nenhuma necessidade de estar aflitos, porque tivemos muitas preocupações, tivemos muitos momentos de aflição, uma vez que vínhamos para esta Casa e nunca sabíamos o que é que ia acontecer. Foram montanhas de diplomas que vieram a esta Casa e os partidos, num direito que lhes é próprio, deixavam a sua posição para plenário.

Neste momento, estamos tranquilos, porque a posição para plenário há-de ser normalmente conhecida antes da vinda ao mesmo.

Quanto à participação democrática noutros tempos, eu ainda me lembro do primeiro dia — salvo erro 31 de Janeiro de 1985 — em que fiz a minha intervenção nesta Casa — não nesta Casa, mas lá em baixo, noutro pavilhão — e foi-me dito que estivesse calmo e sereno, porque aquilo que eu estava a dizer iria ser feito dali a 5 ou 6 meses, mas seria o PSD e o Governo do PSD a fazer e nunca o PS.

O nunca, felizmente, acabou-se e agora é o PS que o faz e fá-lo democraticamente.

Se há coisa que me orgulha, é de ter sido com um Governo Socialista que, por exemplo, criámos a gestão democrática nas escolas, com muita honra e com muito orgulho e eu pude, com a minha mãozinha, pela primeira e única vez, votar em quem eu queria que fosse o chefe, o representante, o líder, o responsável pela área escolar dos Arrifes, coisa que os senhores nunca quiseram. Podiam tê-lo feito a partir de 1979, em que foi feita a transferência de competências para a Região na área da educação, mas os senhores nunca quiseram fazer, porque entendiam que devia existir umas entidades chamadas delegados escolares e directores escolares, nomeados pelos senhores, para fazerem a vossa vontade, porque isso de eleição é muito complicado. Eleição é democracia.

Nós somos muito mais do que os senhores nessa matéria.

Na área da educação temos provas para dar todos os dias e nós permitimos que os parceiros finalmente intervissem. Fomos nós que permitimos que os parceiros sociais até se pronunciassem sobre coisas simples como o Calendário Escolar ou a Carta Escolar. Portanto, estamos à vontade.

Também gostaria de dizer que foi com o Governo Socialista que, pela primeira vez nos Açores, os três sindicatos existentes assinaram um acordo no mesmo dia e à mesma hora e, curiosamente, sobre aquilo que o senhor me diz que foi uma injustiça, ou seja, os concursos. Os três sindicatos que exercem actividade nesta Região assinaram um acordo com o Governo sobre essa matéria, curiosamente, o único assinado até hoje pelos três sindicatos com qualquer Governo. Não foi com nenhum Governo vosso.

V. Exa. ainda diz que há questões complicadas, como o projecto pedagógico. Foi com este Governo que se criou a legislação que permite às escolas — eu diria, obriga as escolas — a terem o seu projecto educativo.

Este Governo, democraticamente, disse: "as escolas têm que ter um projecto educativo, um projecto que dure três anos", com os parceiros sociais, com os pais, com os alunos, com as autarquias, com as forças vivas da localidade. Fomos nós, socialistas, que entendemos que assim é que se vive a democracia. Assim, aprende-se fazendo a democracia nas escolas.

Também fomos nós que entendemos que era necessário dotar as escolas de professores em número mínimo, para permitir aulas de compensação, o preenchimento dos furos, ausências imprevistas. Por acaso utilizou um termo que eu gostaria de perceber, isto é, o absentismo natural. Eu conheço do natural dos nossos professores de absentismo, são normalmente as faltas por maternidade, que é uma coisa natural.

Deputado Joaquim Machado (PSD): A doença!

O Orador: Penso que não há absentismo natural, porque o absentismo não pode ser uma coisa natural.

O natural, quando é natural, pelo menos nas férias, faltas e licenças da função pública — e o senhor sabe — está previsto por licenças e não por absentismo.

Como vê, nós estamos calmos, serenos, porque temos projecto para a educação e por razões várias acabei por vir parar nesta nova legislatura, mas no final da última legislatura disse que ia para casa muito satisfeito, muito contente e realizado, porque o Governo Socialista tinha feito coisas com que eu sempre tinha sonhado que os professores pudessem fazer nesta Região e que os alunos pudessem fazer, que os pais pudessem fazê-lo tal como a autarquias.

Foi com este Governo que, por exemplo, no seu concelho de Ponta Delgada, a Câmara teve dinheiro para reconstruir o parque escolar do 1º ciclo.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): *Muito bem!*

O Orador: Eu ainda me lembro, por exemplo, da Escola de São Roque, para falar numa das muitas que a gente passa, que até as portas eram uma vergonha.

O PSD, no seu último Governo, começou com esse projecto, mas até parece que tinha vergonha de dar dinheiro para conservar as escolas do 1º ciclo.

O anterior Governo Socialista deu todo o dinheiro que as câmaras quiseram para reconstruir o parque escolar do 1º ciclo, que em muitos casos tinha as traves espedadas com madeira, as portas e as janelas já não existiam.

Fomos nós que dissemos às câmaras para apresentarem os projectos, porque estamos aqui para reconstruir, ampliar e conservar. Portanto, estamos à vontade para dizer que conseguimos este ano, em construções escolares, utilizar cerca de 4 milhões de contos, o que corresponde quase tanto como os 4 milhões de contos da última legislatura em que os senhores foram Governo.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Para participar no debate, tem a palavra o Sr. Deputado Herberto Rosa.

Deputado Herberto Rosa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Novamente sou forçado a pedir a palavra para mais alguns esclarecimentos neste debate que aqui se está a travar, naquilo que diz respeito à política desportiva para os Açores.

Começaria por dizer que não tenho nenhum reboço, não tenho qualquer complexo em reconhecer que, em linhas gerais, a política desportiva do VII Governo, que vai continuar a ser aperfeiçoada pelo VIII, "bebeu" muito e deu continuidade à política desportiva que vinha do VI Governo Regional. Não se pode nem se deve fazer revoluções em todas as áreas.

É evidente que a política de contratos programa que já foi revista, provavelmente não da melhor forma, vinha do anterior.

Se o Sr. Deputado julgava que nos embaraçava com o facto de reconhecermos que demos continuidade a algumas boas medidas do passado, pois nós somos humildes, não temos a arrogância de querer inventar tudo de novo, debaixo do sol. Nessa matéria, estamos à vontade.

Há também uma outra questão que tem a ver com — vamos resumir do seguinte modo — um problema dialéctico.

V. Exa. considera alijar responsabilidades aquilo que para nós é partilhar responsabilidades. Nós entendemos que devemos partilhar responsabilidades e entendemos que no fenómeno desportivo, como outras áreas da sociedade, é importante a participação e comparticipação de todos. É necessário que todos se envolvam no fenómeno até para o tomarem como seu.

Ainda há dias num colóquio sobre desporto, tive oportunidade de afirmar que, enquanto tive responsabilidades nesta área, embora diminutas, sempre defendia que o material desportivo não devia ser cedido gratuitamente aos clubes. Devia ter um preço, nem que fosse simbólico.

Eu dou um exemplo: uma mesa de ping-pong que custa 50 contos, cedida gratuitamente a um clube, quando os rapazes se sentam em cima dela ninguém diz nada, mas se ela for cedida nem que seja

por 1000\$00, se alguém se sentar em cima dela, haverá um responsável que gritará para sair de cima, porque custou dinheiro.

É esta perspectiva de fazer sentir a todos que os investimentos que são feitos no desporto — que é importante para a saúde e não só, também noutros aspectos da sociedade e do bem estar das populações — não caem do céu e têm custos financeiros que são apreciáveis.

O VII Governo fez investimentos apreciáveis no sector desportivo da Região.

Quanto à filosofia, quanto às políticas do VIII Governo, apenas vou recordar — não vou ser exaustivo a ler todas as conclusões — algumas conclusões para o Sr. Deputado entender que as iniciativas do VIII Governo são de gerações espontâneas, não foi algum iluminado que se lembrou, mas emana do sentir e do pulsar da sociedade, nomeadamente dos agentes desportivos.

O Congresso do Desporto Açoriano, que se realizou no dia 21 de Maio deste ano, concluiu pela necessidade de:

"— Manter, aperfeiçoar e aprofundar as relações entre a Administração Pública Regional e o movimento associativo;

— Sugerir o apoio à modernização do movimento associativo regional, dotando de mais e melhores recursos;

— Manter e reforçar a ligação entre a educação física e o desporto escolar, com o movimento associativo;"

Aqui, obviamente que tem a ver com a questão dos clubes desportivos escolares que vêm crescendo de forma significativa na Região.

"— Apelar a que o poder local seja mais interventivo no desenvolvimento desportivo e na promoção de programas de prática das actividades físicas para as populações, numa perspectiva de definição e implementação de projectos e/ou parecerias, integradas e coordenadas com os sistemas educativo e desportivo;"

Deve-se enaltecer aqui, porque é de justiça, que muitas das nossas autarquias, não só a nível municipal, mas mesmo ao nível de freguesia, estão a dar resposta efectiva e cabal a este desidrato.

"— Aumentar o número de técnicos a tempo inteiro nas associações;

— Compatibilizar o investimento financeiro no desenvolvimento desportivo, de acordo com as exigências de generalização da sua prática e de melhoria dos níveis de prestação já alcançados."

Se V. Exa., como certamente já fez, confrontar isto com o que está no Programa do Governo, vai concluir, como nós concluimos, que o Programa do Governo é, no essencial e grossomodo, o resultado do Congresso, ou pelo menos que, no essencial, as conclusões do Congresso não caíram em saco roto e tiveram tradução na política desportiva que vai ser implementada pelo VIII Governo. Política desportiva essa que está aqui traçada nas suas linhas gerais, porque este é o Programa do Governo — e há pouco julgo que houve alguma confusão na bancada do PSD — não o Plano a Médio Prazo e muito menos o Plano para 2001.

Nós não estamos aqui a quantificar tostões nem acções. Nós estamos a falar de grandes linhas da filosofia de acção, porque a implementação na prática, nós teremos oportunidade de discutir e de analisar a sua quantificação e a sua calendarização, quando estivermos aqui o PMP e os documentos anuais de plano e respectivo orçamento.

Quanto à questão que o Sr. Deputado também colocou em última instância e que nós aparentemente não temos resposta, ou seja, o que é que se pretende com a alteração dos limites actuais da participação de atletas e clubes desportivos açorianos em competições nacionais, gostaria de dizer que V. Exa. certamente não querará pensar de nós, aquilo que os açorianos não pensaram, isto é, que somos todos doidos.

Se V. Exa. não julga isso, como os açorianos também não julgam, certamente não pensa que o que nós queremos dizer aqui é reduzir. Não!

V. Exa. sabe que ao nível do futebol existem 10 ou 12 equipas, o facto de na 2ª Divisão B do futebol — e volto ao futebol, porque é a minha área — só poder estar duas equipas simultaneamente, o campeão regional não poderá subir na próxima época se um dos outros não descer. Em outras modalidades, provavelmente poderão existir problemas desse tipo.

Essas são áreas que no entendimento do Governo do PS e do Partido Socialista, devem ser resolvidas, porque o que deve conduzir a que se participe ou não em competições nacionais, ou eventualmente internacionais, é o mérito desportivo e os resultados alcançados.

Um atleta açoriano que seja campeão de 100 metros, deve ter hipótese de participar nos jogos olímpicos, se for necessário, e não ser coarctado dessa participação por razões de natureza financeira.

É necessário negociar com o Governo da República, como se diz aqui "relacionamento entre a Região e os respectivos órgãos de soberania", porque a Região não dispõe dos meios financeiros para isso.

É necessário que os órgãos da República, não só os órgãos do Governo, mas as próprias federações nacionais, entendam que o nosso direito de participação deve ser resultado do mérito e não condicionado por disponibilidades financeiras.

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado para participar no debate.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

Muito brevemente, muito embora esta parte do debate esteja a ser interessante.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): O debate!

O Orador: Esta parte do debate. Há partes que são mais interessantes do que outras, tenho que o admitir. Pelo menos devo ter uma opinião sobre isto e espero que permitam pelo menos isso à oposição.

Sr. Deputado Francisco Sousa, na sequência da sua intervenção, pretendo saber quantas escolas já têm projectos educativos.

Ao nível da formação profissional, de facto, o Sr. Deputado tentou dizer-nos que não se fazia formação — durante os Governos do PSD fazia-se formação profissional — mas não disse nada sobre esta forma desgarrada com que aparecem as acções de formação previstas, nomeadamente no plano da DRE.

De facto, absentismo ou absentismo natural, o Sr. Deputado sabe que quando nós estamos no uso da palavra de improviso, há algumas expressões que nem sempre correspondem exactamente ao pensamento de quem as profere.

Naturalmente que o Sr. Deputado percebeu muito bem a minha intenção, do mesmo modo que eu também percebi, a páginas 87 do Programa do Governo, quando se diz:

"Pretende-se até final da licenciatura, pelo menos 60% do preenchimento..."

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Licenciatura?

O Orador: É o que está na minha versão!

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Isso é uma gralha!

O Orador: Eu também percebi o que estava aqui, percebi a intenção e não quis ver aqui nenhuma outra coisa que se podia bem discorrer sobre ela.

Por exemplo, na página seguinte, temos um outro período que para usar aquelas expressões da gramática, dita, tradicional, não tem nem verbo nem complemento directo. Uma frase que começa por "Para tal a gestão flexível dos curricula...", mas eu percebi a intenção. Isso para mim foi suficiente.

Espero que quanto à questão do absentismo natural, o Sr. Deputado tenha percebido concretamente o espírito da minha expressão.

Deputado Francisco Sousa (PS): Percebi!

O Orador: Pois, percebeu! Esta parte agora também não convém muito.

No que se refere aos concursos, de facto, os três sindicatos assinaram, mas isso não significa que tudo esteja bem, nem que tudo esteja perfeito, porque foi um dos sindicatos que assinou o dito contrato, já veio protestar contra a interpretação da Secretaria, nomeadamente quanto ao tempo de serviço que deve prestar o docente colocado nessas condições do chamado horário zero.

Portanto, o facto de ter assinado não significa que tudo o que decorrer daí tenha estado certo.

Quanto ao mais e nomeadamente à parte do desporto, realmente nós já percebemos que o PS é muito generoso a partilhar responsabilidades e é tão generoso a partilhar responsabilidades como a arrecadar os sucessos, mesmo quando estes são de terceiros.

Eu já comecei a perceber mais um bocadinho do desporto. Afinal, não é para reduzir. Já se fez um bocadinho de luz, mas o resto continua por explicar.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Ela já estava feita!

O Orador: Quanto ao mais, Sr. Deputado Francisco Sousa, eu também estou tranquilo. Este não é o Programa do PSD. É o vosso Programa!

O vosso Programa foi, de facto, sufragado por aqueles mesmos eleitores que também durante 20 anos sufragaram os nossos.

Deputado Francisco Sousa (PS): Não. Eu sufraguei este e o anterior, mas os outros não!

Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Ricardo Rodrigues): Alguns já morreram!

O Orador: Por justiça da memória de alguns que tiveram assento nesta Casa, manda essa justiça aqui dizer que este aparte do Sr. Secretário da Agricultura, não foi de todo feliz, mas alguns dos vossos que sufragaram também, infelizmente já partiram e não estão entre nós!

Foram esses mesmos que nos sufragaram durante 20 anos, sendo certo que nós aqui também representamos 32 mil eleitores que sufragaram as nossas propostas e foram essas que em nome deles também aqui apresentei.

Presidente: Para participar no debate, tem a palavra o Sr. Deputado Bento Barcelos.

Deputado Bento Barcelos (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

A intervenção do Sr. Deputado Francisco Sousa suscitou-me vontade de participar neste debate. Não estava previsto, mas faço-o com muito gosto e, exactamente, para solicitar um exercício de memória e de respeito à história da autonomia dos Açores.

É incomparável a obra feita de 4 anos do Governo do Partido Socialista, com 20 anos dos Governos do PSD.

Se ao longo destes 4 anos do primeiro mandato do Governo Socialista houve aspectos positivos na área da educação, não se podem comparar com os enormes aspectos positivos desenvolvidos ao longo de 20 anos na área da educação.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Com certeza! Não podemos comparar 4 anos com 20!

O Orador: Sr. Deputado, deixe-me falar.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Com certeza!

O Orador: Eu estou aqui em representação do povo e a minha atitude vai ser uma atitude de muita seriedade, de muito respeito e de aproveitar bem o tempo.

O que eu quero aqui dizer é que se houve vitórias no processo educativo nos Açores, nos 4 anos do Governo Socialista, houve imensas vitórias ao longo de 20 anos nos Açores.

Partimos, em 1975, com uma Região que não tinha escolas. As crianças saíam para fazer o 3º ciclo, na maioria das ilhas, para outras ilhas. Foi preciso implementar o ensino obrigatório do 3º ciclo. Foi preciso construir escolas. Foi preciso implementar o ensino secundário na maioria das ilhas; foi preciso construir escolas e dar apoio ao arranque do projecto do Instituto Universitário, mais tarde Universidade dos Açores. Foi preciso criar a Escola Integrada do Corvo, ainda no meu tempo de Secretário Regional. Foi preciso dar atenção a todo esse conjunto de projectos de investimentos fundamentais, sem os meios financeiros que agora temos, sem as possibilidades de comunicação e sem o processo cultural que agora se tem, porque hoje em dia qualquer pai, qualquer mãe compreende ser natural os seus filhos estudarem.

É preciso ter isto em conta e sobretudo ter em conta que se não houve investimentos nas escolas do 1º ciclo, esses investimentos arrancaram no último Governo do PSD, quando a então Secretária das Finanças — a Dra. Berta Cabral — sugeriu a inclusão no Orçamento de meio milhão de contos para, em cooperação com as autarquias, se avançar nesse projecto.

Foi um takeoff, mas se até a essa altura não foi feito o investimento...

(Aparte inaudível do Deputado Vasco Cordeiro)

Eu não me amedronto com esse tipo de comentários. Estou aqui para trabalhar, Sr. Deputado.

O takeoff foi o arranque nesse processo de investimentos, mas quero dizer-vos que se não houve investimentos ao nível do 1º ciclo, foi porque não era possível fazer investimentos a esse nível, uma vez que foram feitos investimentos de milhares e milhares, de milhões de contos, ao nível do 3º ciclo e do secundário, correspondendo, sim, à grande necessidade de dar condições para que todos aqueles que quisessem estudar, pudessem fazê-lo nas suas próprias ilhas.

Mais: em relação ao pré-escolar, quando os senhores assumiram o poder, 92% da cobertura nos Açores do pré-escolar, estava realizada.

É importante que se tenha em conta que não foi apenas nestes 4 anos que se fez todo o processo de desenvolvimento da educação nos Açores.

A leitura que quase se dá a entender, pela intervenção do Sr. Deputado Francisco Sousa, é que todas essas vitórias e todas as suas alegrias eram apenas, digamos, somadas e sentidas nos últimos 4 anos. O povo não acredita nisso e nós estamos aqui para os representar.

Gostaria de dizer ainda, terminando com esta última intervenção sobre este assunto, que em relação à Carta Escolar, tudo na vida tem um alicerce.

A Carta Escolar surge na sequência da necessidade de se fazer um levantamento da projecção de alunos para a próxima década. Esse levantamento foi iniciado no Governo do PSD e foi comunicado, tratado e conversado com as estruturas sindicais, entre elas aquela em que o Sr. Deputado na altura era o primeiro responsável.

Para rigor da verdade, para respeito pela história, para dignificar todo o processo da autonomia vivida nos Açores, em relação ao processo da educação, era preciso eu deixar aqui esta nota.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José do Rego para participar no debate.

Deputado José do Rego (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu não queria entrar aqui num debate muito específico sobre a educação, mas também não gostaria que houvesse confusão entre o que são aulas de compensação, aulas de apoio, aulas de substituição. Gostaria que as pessoas não ficassem confusas no que concerne ao que se faz nas aulas de substituição ou nas aulas de apoio.

Quando é uma aula de apoio trata-se da matéria específica de uma determinada disciplina que o aluno tem (matemática, ciências, física...). Quando é uma aula de substituição poderá ter actividades lúdicas como o Sr. Deputado disse.

Todavia, as aulas de substituição nunca poderão ser aulas de compensação ou de apoio, porque os quadros das escolas nunca terão o número efectivo de professores de matemática ou de inglês para substituir pontualmente as falhas dos professores.

Portanto, aulas de substituição, compensação ou de apoio são completamente diferentes.

Outro assunto que o Sr. Deputado Joaquim Machado frisou há pouco, que gostaria de realçar aqui, prende-se com o facto de ele querer levar às escolas do 1º ciclo a Internet.

A Internet já existe hoje em 80 escolas do 1º ciclo através do projecto "Internet nas escolas".

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Isso foi só um takeoff!

Presidente: Para participar no debate, tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Sousa.

Deputado Francisco Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Penso que da minha parte dou por encerradas algumas destas matérias.

No entanto, gostaria de prestar alguns esclarecimentos ao Sr. Deputado Joaquim Machado que me pergunta, desde logo, quantas escolas tem o projecto educativo.

Olhe, todas deviam ter!

Quanto às acções desgarradas, não é verdade, porque o Governo — e já vinha do anterior — tem um projecto — já foi anunciado publicamente e foi dito qual era — por exemplo, nos complementos de formação para os professores, nas áreas de especialização dos mesmos.

É por isso que eu estou muito satisfeito, porque já se está a pôr em prática uma coisa que eu pedi anos consecutivos para se fazer nos Açores, ou seja, formação na área da educação especial. Era difícil, era impossível, era não sei quantos, mas já está a ser feito, finalmente. Não foi feito no tempo de outros Governo, mas sim deste Governo do Partido Socialista.

São pequeníssimas vitórias, tão pequeninas, tão pequeninas, que há professores que tentaram fazer esses cursos vários anos e não conseguiram, porque só podiam fazê-los no Continente, embora tivessem até bolsa de estudo, mas era obrigatório ausentarem-se da Região. Pela primeira vez não é. A própria Universidade dos Açores, a Escola Superior de Educação de Lisboa, a Escola Superior de Leiria, estão a fazer complementos de formação na Região. Os professores não têm necessidade de sair das suas ilhas para fazê-lo, a não ser aqueles que vivem em ilhas onde não há essa possibilidade.

Há pelo menos três ilhas onde estão a ser feitos complementos de formação, ou seja, Terceira, Faial e São Miguel, o que significa que só se sai de seis ilhas. Pela primeira vez, faz-se isso.

O Sr. Deputado fica preocupado também com a assinatura do protocolo dos concursos pelos Sindicatos.

Os horários certos não têm nada a ver com aquilo que eles assinaram. Protestaram, porque entenderam que a forma como a Secretaria estava a definir as actividades deles, não estava correcta, mas o diploma dos concursos foi assinado pelos três sindicatos que se deslocaram a esta cidade.

Nós estamos à vontade, porque foi um processo negocial com cerca de dois anos. Houve imensas versões e foram introduzidas ao longo do diálogo, ao longo das negociações, muitas alterações.

É com uma visão estratégica, para esta Região, da educação, a fixação de professores nas escolas. Conseguiu-se uma parte, mas este é um processo que levará vários anos. Os professores que quiserem podem concorrer por três anos, o que significa que, pela primeira vez, na Região alguém vai trabalhar três anos numa escola e essa escola sabe que conta com esse docente durante esse tempo. Essa é também uma pequeníssima vitória e foi através desse diploma que largas dezenas de professores que já pensavam que nunca mais seriam professores, que nunca mais entrariam no quadro da escola, viram finalmente essa garantia.

Sr. Deputado Joaquim Machado, foi com muito gosto que eu vi que este ano, com a nova legislação, já não houve os protestos que um ano antes tinha havido, dos professores não colocados nas escolas. Deu resultado.

É inevitável que tenhamos montanhas de professores no desemprego, porque a Universidade dos Açores continua a formar para o desemprego, mas isso não é culpa do Governo, porque o Governo já mandou mudar. Aquele Sr. Secretário que ali está já disse montanhas de vezes para mudarem os cursos, mas a Universidade não muda.

O Governo não dá cursos à Universidade, ela é que dá cursos para professores. Se a Universidade entende formar professores sabendo que não há colocação para eles, é um problema da Universidade e não deste Governo.

Ninguém pode dizer ao Professor Vasco Garcia: "ou fazes assim, ou cortamos-te a cabeça".

Isso é uma competência da Universidade e ela é que determina e não este Governo, felizmente.

O Prof. Vasco Garcia vai continuar com os seus órgãos próprio a ter a sua liberdade e a sua autonomia própria que é dele, da Universidade e ninguém lhe toca.

Nós respeitamos muito a autonomia das escolas, coisa que os senhores não respeitam, nem respeitavam, pelo menos quando eram Governo e eu estou à vontade porque estava lá.

Os mesmos eleitores que nos deram os votos, são os mesmos açorianos. Felizmente votaram em nós, porque acreditam que temos um projecto com visão na educação dos Açores.

Sr. Deputado Bento Barcelos, nós tivemos enormes vitórias. Eu vivi enormes vitórias nestes quatro anos.

Algumas delas eu discuti tantas vezes nesta Assembleia e não consegui. Felizmente com o Governo Socialista, eu tive imensas vitórias, grandes vitórias nesta Casa.

Essa foi uma alegria muito grande para mim, ou seja, ao fim de 20 anos de luta, de 15 nesta Casa, conseguir isso. Consolou-me a alma.

Já agora gostaria de frisar um pequeno pormenor, já que quis fazer história. Se não me falha a memória, quem assinou a criação da tal coisa que o Sr. Deputado falou, ou seja, o Instituto Universitário Açores, que se chamava António Brotas, que por acaso — se calhar, por acaso — o homem até era socialista.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Contra a lógica da história!

O Orador: É natural que a mãe queira que os seus filhos estudem. Nós fizemos isso, e fizemo-lo com muita vontade, com muito gosto e com muita alegria, porque queremos que todos os açorianos que queiram estudar o possam fazer.

Por isso, por exemplo, criámos bolsas de estudo para a formação de professores das áreas que esta Região carencia.

Quem quiser pode estudar, porque criámos bolsas para isso. Nós não temos problemas, estamos à vontade.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Já se fazia!

O Orador: Já se fazia e vamos continuar a fazer. Há coisas que já se faziam e nós vamos continuar a fazer.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Então diga assim, porque fica melhor!

O Orador: Aquilo que era bem feito, continuou a ser feito, mas garanto que em quatro anos houve muito mais vitórias que em quaisquer quatro anos anteriores.

Nestes quatro anos que agora virão, haverá muito mais vitórias que nos últimos quatro anos que os senhores tiveram por cá.

Aí, até os açorianos acreditaram nisso, e deram-nos este rancho de gente que enche o coração.

Presidente: Não havendo mais inscrições, terminamos por hoje os nossos trabalhos, com a alegria do Deputado Francisco Sousa, o que não é mau.

Antes de dar por encerrado os nossos trabalhos, passo a anunciar o tempo disponível para cada grupo parlamentar e Governo:

PS: 2 horas e 25 minutos;

PSD: 1 hora e 28 minutos;

PP: 20 minutos;

PCP: 17 minutos;

Governo: 2 horas e 15 minutos.

Continuaremos amanhã pelas 10 horas.

Boa noite.

(Eram 20 horas)

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Socialista (PS):

Manuel Herberto Santos da Rosa

Partido Social Democrata (PSD)

José Francisco Salvador Fernandes

Partido Comunista Português (PCP)

Paulo António de Freitas Valadão

Deputados que faltaram à Sessão:

Partido Socialista (PS):

António das Neves Lopes Gomes

Manuel Avelar da Cunha Santos

Manuel Soares da Silveira

Partido Social Democrata (PSD)

Aires António Fagundes Reis

João Manuel Bettencourt Cunha

José Manuel Avelar Nunes

Mark Silveira Marques

A Redactora: Maria da Conceição Fraga Branco